

OPINIÃO

As sanções sobre a Rússia

RICARDO REIS E3

Portugal dói tanto

FRANCISCO LOUÇA E3



Pacote da habitação: difícil fazer pior
MANUELA FERREIRA LEITE E31

PESSOAS

➔ **Roel Meeusen** é o diretor-geral da Roche Diagnósticos Portugal E27



➔ **Dicas** Como fazer um recrutamento inclusivo E27



Expresso
Casa com jardim para ela brincar

Abra uma nova página na sua vida.

BPI Expresso
bpiexpressoimobiliario.pt

ECONOMIA

IMOBILIÁRIO & EMPREGO

Expresso50
2627
3 de março de 2023
expresso.pt

Estado não sabe quantas casas devolutas tem

➔ **Nem o PRR faz avançar inventário do imobiliário público** que já era “premente” em 2007 ➔ **Para renda acessível, Ministério da Habitação soma 1000 imóveis devolutos a 3000 fogos** em projeto ou empreitada E18

Número de desempregados ‘voluntários’ duplica

Inflação e incerteza não travam saídas. Número de desempregados que se despediram é o maior da década

Em janeiro, cerca de 7% das novas inscrições nos centros de emprego tiveram por base demissões. São 3694 desempregados. E24

Novo Banco acelera reforço do Estado antes da venda

Fundo de Resolução perde peso no capital. BCP pede decisão a Medina para modelo de financiamento

A Lone Star já não vai vender o NB este ano. Quer fechar dossiês antes da operação, entre eles os ativos por impostos diferidos. E6

A primeira fábrica da Nestlé em Portugal faz 100 anos



Empresa celebra raiz centenária em Portugal com novos projetos. Em Avança está a investir €25 milhões na linha de bebidas de cereais E16



1980 QUANDO CAVACO SILVA APRESENTOU UM PLANO ANTI-INFLAÇÃO

50
EXPRESSO
1973-2023

PREÇOS Em fevereiro de 1980, Cavaco Silva, então ministro das Finanças de Sá Carneiro (ambos na foto com Álvaro Barreto, ministro da Indústria), anuncia 15 medidas para baixar a inflação, onde se destaca a valorização do escudo. É uma inversão da desvalorização dos anos anteriores, que era um pilar das recomendações do FMI. O recuo da inflação acabou por ser pontual. O défice externo regressou e as contas públicas pioraram. Três anos depois, o FMI regressava a Portugal. FOTO ARQUIVO “A CAPITAL” E8

Shield, a empresa que persegue crimes de mercado E5

VIVER EM PALÁCIOS Morar numa casa com história, cheia de charme, está ao alcance de poucas bolsas. Preços começam nos €4500 por m² E22

Chegou a hora da verdade para Elon Musk E12

Utilidade Marginal

João Silvestre
jsilvestre@expresso.imprensa



NEM TODOS PERDEM COM A SUBIDA DO PREÇO DAS CASAS

Quem ouve a discussão sobre o mercado imobiliário pode, por vezes, ficar com a ideia de que a brutal valorização das casas nos últimos anos é uma espécie de apocalipse que sobre todos nós se abateu. Nada mais errado. É péssimo para quem quer comprar ou arrendar casa, mas tem sido um verdadeiro maná para muitos portugueses (e não só). Talvez valha a pena dizer o óbvio: para uma economia estagnada e endividada — no Estado, nos privados e face ao exterior —, a atração de capitais nunca pode ser uma má notícia. A questão é o que fazer com eles. Há quem esteja a ganhar bastante. Não é por acaso que são quem mais vociferam contra algumas das medidas anunciadas. Perfeitamente natural. Muitos fizeram investimentos com expectativas que agora podem ser goradas. Convém, ainda assim, não fugir do problema e focarmo-nos no que está em causa. Os números não deixam grande margem para interpretações subjetivas. Bastam três. Primeiro, entre 2013, quando bateram no fundo, e o terceiro trimestre de 2022, os preços da habitação mais do que duplicaram. É uma média nacional que fica aquém do que aconteceu em cidades como Lisboa ou Porto e que, ainda assim, vai bem além da inflação acumulada nestes anos ou, pior, do que o aumento do rendimento médio dos portugueses. Segundo, o alojamento local entrou em força em Portugal e, em menos de uma década, já soma mais de 100 mil registos. Terceiro, as rendas subiram 50% nos últimos cinco anos. A mediana, claro está, porque em alguns casos o salto foi quase o dobro.

Intervenções no mercado imobiliário implicam sempre prejudicar uns a favor de outros. Há margem para isso. Mas é preciso que as medidas sejam afinadas, haja estudos e se avaliem os impactos. Nada disso se conhece

Casas caras, difíceis de comprar para milhões de portugueses de parcos rendimentos, alimentadas por compradores estrangeiros à boleia de benefícios fiscais ou de vistos *gold*, de investidores financeiros ou do turismo no alojamento local. Preços impossíveis para muitos dos que querem arrendar. Quem perde? Todos os que procuram casa e não a encontram. Quem ganha? Todos os outros. Quem lucra com alojamento local, quem esteve no mercado imobiliário a surfar a onda (e a especular numa fase de juros “zero”) e quem já tinha património antes do *tsunami* chegar. Que são — espante-se, por favor, caro leitor — a maioria dos portugueses. Os dados do Censos 2021 mostram que 75% das famílias portuguesas vivem em casa própria. Alguns terão comprado já a onda in alta. Mas todos os que têm casa ganham quando o mercado sobe. E ficam mais ricos. Dizem-nos as estatísticas do Banco de Portugal e do INE que, entre 2017 e 2020, as famílias enriqueceram, em média, €21 mil só nos ativos reais (imóveis essencialmente). Corresponde a uma valorização na ordem dos €30 mil milhões. Os portugueses com casa ficaram mais ricos, os outros nem por isso.

Havendo entrada de capital e estando muitas famílias mais ricas — porque as casas valorizaram, porque têm maiores rentabilidades com elas por causa das rendas elevadas ou porque investiram no alojamento local em tempo de *boom* no turismo —, o problema está na assimetria de todos estes efeitos. Compete ao Estado mitigá-los e reparti-los da forma mais justa possível. Com impostos e/ou outras medidas. Sem nunca esquecer que qualquer alteração será sempre também assimétrica nas suas consequências. Pode prejudicar aqueles que se pretende beneficiar. As soluções não são fáceis, exigem estudos, diagnósticos e análises de impacto, que parecem inexistir, e implicam sempre prejudicar uns em favor de outros. Porque nem todos perdem com as casas caras.

TRABALHADORES DA FERROVIA NÃO DESARMAM: A SEGUIR A UMA GREVE, EIS QUE VEM LOGO OUTRA



ILUSTRAÇÃO PAULO BUCHINHO

Mais uma semana, mais comboios parados devido a greves — e a contestação não vai dar tréguas, pois na próxima semana está prevista nova paralisação a partir de sexta-feira, 10 de março, com duração até 17 de março. A paralisação desta semana abarcou não só os trabalhadores da CP, na segunda e quarta-feira, como também os da Infraestruturas de Portugal (IP), na terça e na quinta-feira, o que obrigou os comboios da Fertagus — que ligam Lisboa a Setúbal através da Ponte 25 de abril — a parar. Foram decretados serviços mínimos de 25% das viagens de comboio, claramente insuficientes para a procura, sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e a CP já recebeu um pré-aviso de greve do Sindicato

dos Maquinistas (SMAQ) para o período de 10 a 17 de março. Os trabalhadores exigem um aumento de salários que reponha — ou pelo menos se aproxime — da perda de poder de compra motivada pela inflação. Mas reclamam também melhores condições de trabalho assim como a humanização de escalas. Nem o Governo, nem a CP, nem a IP dão sinais de querer rever o aumento já decidido para este ano. Os passageiros é que já não têm paciência para tanta contestação. Os que podem ficam em casa a trabalhar, o que de alguma forma tem limitado o impacto das greves. O braço de ferro entre o Governo e os trabalhadores, acusados ambos de intransigência, promete durar.

INFLAÇÃO RECUA EM FEVEREIRO PELO QUARTO MÊS

Taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor, em %



FONTE: INE

INFLAÇÃO BAIXA, MAS PREÇO DOS ALIMENTOS NÃO A inflação em Portugal, medida pela variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor, baixou em fevereiro para 8,2%, o que compara com 8,4% em janeiro, indica a estimativa rápida do Instituto Nacional de Estatística. É o quarto mês consecutivo de recuo da inflação. Os preços dos

produtos energéticos passaram de uma variação homóloga de 7,1% em janeiro para 2% em fevereiro. Mas a variação do índice relativo aos produtos alimentares não transformados acelerou de 18,5% para 20,1%. O mesmo aconteceu com o indicador de inflação subjacente (exclui produtos energéticos e alimentares), que aumentou de 7% para 7,2%.

7,1%

DESEMPREGO AGRAVA-SE EM JANEIRO

O primeiro mês de 2023 fechou com más notícias para o mercado de trabalho. Em janeiro, a taxa de desemprego subiu para 7,1%, um agravamento de 0,3 pontos percentuais face a dezembro do ano passado e de 1,2 pontos na comparação com o mês homólogo de 2022. No final do mês, o Instituto Nacional de Estatística (INE) contabilizou 374,8 mil desempregados no país, mais 68,3 mil do que há um ano (22,3%), confirmando o que os indicadores do desemprego registado já sinalizavam: o fim de ciclo na descida do desemprego. Mais, nos dados conhecidos esta semana o INE revê em alta a taxa de desemprego de dezembro, inicialmente estimada em 6,7% e que terá ficado em 6,8%.

Costa promete ‘acelerar’, mas não diz como



Depois do mal-estar que a alteração à lei laboral abriu entre os patrões e o Governo, António Costa recebeu esta semana as cinco confederações patronais representadas na concertação social. Os patrões esperavam sair da reunião com a garantia de que o próximo Orçamento do Estado traria medidas específicas para atenuar o efeito das alterações à lei laboral na contabilidade das empresas. Com isso Costa não se comprometeu, mas fez outras promessas: acelerar a execução do PRR e do Portugal 2030 e agilizar as medidas previstas no acordo de rendimentos, nomeadamente a suspensão dos descontos para o Fundo de Compensação do Trabalho e, “até ao final da semana”, detalhar os descontos no IRC para quem aumente salários acima de 5,1%. Como? Não disse. O que deixou claro aos patrões é que nas alterações à lei laboral não recua, nem lhes garante contrapartidas.

2013

ESTADO ARRANCA O ANO COM EXCEDENTE

As Administrações Públicas tiveram um excedente de €2013 milhões em janeiro, de acordo com o boletim de execução orçamental. É uma melhoria homóloga de €184 milhões. A melhoria nas contas face ao arranque de 2022 resultou de aumentos da despesa efetiva de 5% e da receita de 6,2%, com a cobrança de impostos e contribuições a crescer 10,5%.

E se vier aí uma nova poupança que varia à boleia das Euribor?

A presidente da Euronext Lisbon, Isabel Ucha, acredita que o Governo deveria retomar a comercialização das obrigações do tesouro destinadas aos investidores individuais, como qualquer português. A justificação para o Governo ter descontinuado as obrigações do tesouro rendimento variável (OTRV) foram as baixas taxas de juro, mas agora, no contexto oposto, devia haver um regresso aos produtos cuja remuneração varia ao sabor das

Euribor. “É um instrumento muito interessante e que devia ser dinamizado. Esperamos e desejamos que o Governo volte a olhar para este tipo de emissões”, disse Isabel Ucha esta semana. As OTRV são negociáveis em bolsa, ao contrário dos certificados de aforro e do tesouro. Os certificados de aforro têm registado uma procura recorde, em detrimento dos depósitos, e este mês já atingiram o teto máximo de 3,5% para as novas subscrições.

Os russos estão mais pobres e consomem menos do que antes da guerra. O teto imposto há três meses sobre o preço do petróleo russo começou a reduzir as receitas das exportações, mas podia ser apertado

As sanções sobre a Rússia



R ao Quadrado

Ricardo Reis

rquadrado.expresso@gmail.com

Com o triste aniversário da brutal, injustificada e fracassada invasão da Ucrânia pelas tropas de Vladimir Putin, é uma boa altura para refletir sobre o efeito das sanções económicas sobre a Rússia. É negável que a economia russa se ressentiu com o abandono das empresas estrangeiras, com a falta de produtos que vinham de fora e com a impossibilidade de desenvolver qualquer indústria fora do petróleo, gás e produtos relacionados. Medir ao certo qual foi a quebra no PIB russo em 2022 e estimar qual será em 2023 não é fácil, até porque, com os embargos internacionais, há também menos vigilância sobre a forma como os russos calculam as suas estatísticas. Mas com a revisão para cima do desempenho da economia europeia, não há dúvida de que, em termos relativos, a economia russa se contraiu mais no último ano do que a economia alemã ou a economia de qualquer outro país na União Europeia.

Apesar disso, o saldo da balança comercial russa melhorou muito durante a guerra. Se durante 2021 esse saldo rondava os 15 a 20 mil milhões de dólares por mês, em 2022 ele esteve nos 25 a 30 mil milhões mensais.

Achar que isto é um sucesso para a Rússia é um exemplo da velha falácia mercantilista. O saldo comercial russo melhorou em grande parte porque as suas importações caíram. Os russos têm menos bens estrangeiros para consumir, ao mesmo tempo que enviam para o exterior mais bens. No presente, porque eles têm menos bens, eles estão inequivocamente piores por isso.

O que os russos recebem em troca pela sua generosidade presente é uma dívida, muitas vezes na forma de moeda estrangeira, que eventualmente eles poderiam usar para adquirir bens. Com o embargo atual, isto é muito difícil ou mesmo impossível. Podemos e devemos preocupar-nos com a acumulação de dólares e euros pelos russos, não por ser uma demonstração de força ou de bem-estar dos russos, mas antes se achamos que num futuro próximo Putin pode usar esta moeda para importar armamento de outros países fora da Europa para alimentar a sua máquina de guerra.

Esta perspetiva, as sanções em 2022 falharam. A Europa começou a reduzir a sua dependência do petróleo e gás russos e vê-se nos dados uma quebra gradual e significativa das quantidades que comprámos. Mas, com a subida do preço, as receitas para os russos subiram consideravelmente em 2022, com o valor das exportações a aumentar 21% em relação a 2021. Este é o dilema que vem com sanções sobre as exportações de petróleo russo que afete a sua produção: porque isto reduz a oferta global de petróleo, aumenta o seu preço, pelo que pode ter um efeito limitado, ou positivo, nas receitas russas, ao mesmo tempo que impõe custos severos sobre a nossa economia.

A 5 de dezembro de 2022, os EUA e a UE tentaram uma abordagem diferente. Desde então, as empresas europeias só podem transportar petróleo russo vendido a menos de 60 dólares por barril. O preço de produção de um barril de petróleo na Rússia ronda os 5 a 20 dólares, dependendo da eficiência do poço. Logo, a 60 dólares os russos continuam a preferir vender, pelo que não há uma redução da oferta de petróleo mundial. Mas, a este preço, o valor das suas exportações cai e há uma travagem na sua acumulação de moeda estrangeira.

Há uma forma relativamente simples de verificar se isto funciona. Enquanto no mercado global o barril de petróleo de referência é o de *brent*, os russos exportam sobretudo o barril de Ural. Antes da guerra, os preços dos dois tipos de petróleo eram semelhantes. Desde a invasão, o Ural começou a vender a um desconto de cerca de 30% em relação ao *brent*. Desde 5 de dezembro esse desconto aumentou para os 40%. As receitas

com as exportações de petróleo russo estão em queda, embora a quantidade produzida e exportada não tenha mudado muito.

Se os russos passarem a vender o seu petróleo a outros clientes usando os portos no Pacífico, sem precisar das empresas de transporte europeias, isto não afeta o efeito desta política no preço global do petróleo: os outros clientes também passariam a comprar menos dos outros fornecedores, sobrando mais para nós. Mas, claro, nesse caso a Rússia poderia vender por mais de 60 dólares. Nos dados dos últimos três meses vemos precisamente um grande aumento na exportação de petróleo russo para a Turquia, Índia e China, que não estão sujeitos ao teto dos 60 dólares. Mas, porque estes clientes têm agora muito mais força negociadora para pagar menos aos russos, em média estima-se que os russos tenham recebido cerca de 74 dólares por barril nos últimos três meses, abaixo dos cerca de 84 dólares a que se tem transacionado o petróleo de *brent*. O desconto a que os russos estão sujeitos não é tão grande, mas está lá na mesma.

Seria por isso boa ideia nesta altura pensar em reduzir o teto europeu para os 40 dólares por barril. Era uma forma de apertar mais o gargalo sobre as receitas de Putin e evitar o seu uso no futuro. Putin não está só a perder a guerra militar, mas também a guerra económica. Sanções, embargos e tetos de preços não têm um efeito brutal imediato mas moem e destroem gradualmente a economia russa. Se enviar armas para os ucranianos é a prioridade, travar esta guerra económica de forma mais eficaz tem de ser uma preocupação constante para todos os países que estão do lado da Ucrânia.

As receitas com as exportações de petróleo russo estão em queda

Passou mais de um século e será que não nos tutela ainda uma réstia desse espírito de casta, desse desprezo pela população, do fingimento como forma de política?

Portugal dói tanto



Estado da Noção

Francisco Louçã

francisco.louca@gmail.com

Quando o rei D. Carlos se passava de palácio em palácio, enfiado pelas intrigas entre os seus jurados apoiantes e cansado da maçada que era pavonar-se perante o povo, terá dito a alguns dos intelectuais que eram os seus colegas na arte do desespero que Portugal "é uma piolheira". "Uma granja e um banco: eis o Portugal, português. Onde está a oficina?" E sem esta função eminente do organismo económico não há nações. Pode haver populações provinciais; pode haver Mônacos; mas falta um órgão de circulação, um membro ao corpo humano. Um povo constituído em nação é como um abecedário: todas as letras lhe são necessárias para escrever o que pensa", terá explicado Oliveira Martins, que, fiel à sua ambição e ao rei, tentou vários ministérios e parece ter falhado em todos. A "piolheira", em todo o caso, era isto mesmo: granja, o poder dos aristocratas e novos-ricos fundiários, sentados num campesinato miserável governado pela baioneta dos guardas, e um banco, onde se negociavam os tesouros ultramarinos, as comissões, os falcatruas. Isso criava "Mónacos", uma jogatana divertida no Estoril, mas pouca oficina; muito *export-im-*

port, mas rara produção; um enriquecimento de alguns e um mar de pobres e de sacrificados. A piolheira era o Portugal das castas. Passou mais de um século e será que não nos tutela ainda uma réstia desse espírito de casta, desse desprezo pela população, do fingimento como forma de política? Portugal dói desse passado que nos persegue e dói tanto quando o presente nos humilha.

Abuso

Portugal dói quando o primeiro-ministro se dirige aos idosos para lhes anunciar o maior aumento de sempre das suas reformas e pensões. São 8%, coisa nunca vista, um maná celestial, eu cuido de vocês. Ora, como quem lê estas páginas, o Governo sabe que o valor do aumento de 2022 e de 2023 fica pelo menos 6% abaixo do valor da inflação dos mesmos anos e que, portanto, a proteção social emboreceu os idosos; sabe que está a preparar um ajustamento para 2024 que considere um aumento só sobre metade do valor que foi acrescentado em função do ano de inflação máxima e que, assim sendo, vai acentuar essa queda do poder de compra. E, apesar disso, anunciou-lhes um privilégio, um ganho que é uma perda, esperando que a ilusão monetária de um aumento abaixo da inflação os convença de que é uma benesse. A velha obsessão do PS de congelar as pensões, como propôs no seu programa de 2015, até se orgulhando da conta do que assim retiraria aos pensionistas, 1660 milhões de euros — graças a Catarina Martins, essa medida caiu logo que Costa precisou de negociar para ser Governo —, é agora transformada numa medida pior ainda, a redução do valor real espantando um paga-

mento abundante. Saber e enganar, com a certeza de que isso resultará, como dói Portugal.

Dói que passem seis anos desde a promessa do médico de família para toda a gente, que foi agora enterrada com alguma baixeza e não pouco cinismo. Na verdade, nada foi feito, nem sequer tentado. E haveria 26 mil casas, todas as famílias que viviam em condições indignas chegariam aos 50 anos do 25 de Abril com casa reabilitada ou construída — quatro anos depois, faltam os tijolos onde se multiplicou a solenidade do juramento, os ministros com a tutela da habitação estão sequestrados no Governo, que lhes recusa o orçamento e a vontade política para começar, e agora multiplica declarações enfáticas sobre o que sabe que não vai acontecer. Em todos estes casos eles sabem que não vão fazer, não vai acontecer, o tempo corre e o problema se agrava. Portugal dói da mentira.

Assalto

Privatizaram-se os correios, outra velha obsessão do PS, que pôs no seu programa essa grande reforma pelo menos desde 2011 por razões ainda

Dói que passem seis anos desde a promessa do médico de família para toda a gente, que foi agora enterrada com alguma baixeza e não pouco cinismo. Na verdade, nada foi feito, nem sequer tentado

hoje misteriosas, e a empresa financeira do Estado e garantia uma presença de conforto em tantas vilas e aldeias onde é precisa. O mais antigo serviço do país foi entregue a uma horde de capitais vagamente reconhecíveis, a empresa degradou-se ao ponto da vergonha. E agora que a TAP dá lucro e portanto pode pagar o que ficou a dever, começa a corrida para a vender ao desbarato e a missão sagrada do Estado, que era preservar as "caravelas" modernas, disse-nos o primeiro-ministro num arroubo poético, passou a ser vendê-la o mais depressa possível a espanhóis, franceses ou alemães ou a quem seja. O desprezo por Portugal dói.

A inflação dos produtos alimentares é em Portugal o dobro da de países com estruturas produtivas comparáveis, que importam parte do seu consumo e que, como nós, não produzem petróleo nem gás. Descobre-se que há supermercados que cobram na caixa um preço diferente do que afixam nas embalagens. Os bancos festejam lucros monumentais, enquanto cobram juros e um maná de comissões e deixam as poupanças dos depositantes serem corroídas pela inflação. Os vistos *gold* meio que terminam depois de terem feito o seu serviço, entre a corrupção e a inflação imobiliária, agora temos um substituto melhor, os *nómad*s digitais para tendas milionárias ou rendas exorbitantes; o Alojamento Local só pareceu ser demasiado quando ocupou três quartos das habitações de um bairro. Se Oliveira Martins hoje nos visse, notaria que Portugal é agora uma granja turística e a finança, irmanados na especulação, o novo Mônaco. Neste festim atiram-nos à cara, como se fosse um sucesso, o que é o desprezo pelo povo. Portugal dói tanto.

A semana

EM 2 MINUTOS

BCP O lucro do BCP em 2022 disparou 50%, para €207,5 milhões, tendo os resultados em Portugal mais do que duplicado, compensando o agravamento das perdas no mercado internacional, designadamente na Polónia. O retorno sobre o capital próprio subiu de 2,4% para 4% em 2022, mas ficou ainda abaixo do custo de capital, estimado em 10%.

671

milhões de euros foi quanto a EDP Renováveis lucrou em 2022, mais 2% do que em 2021. As receitas cresceram 35%, para €2,37 mil milhões. A EDP Renováveis anunciou ainda uma nova política de remuneração aos acionistas, substituindo o dividendo pela distribuição de direitos sobre novas ações.



MOTA-ENGINHARIA A construtora portuguesa reportou esta semana uma subida de 69% do seu resultado líquido anual, para €41 milhões. A faturação da Mota-Engil em 2022 disparou 47%, para €3,8 mil milhões, e a carteira de encomendas do grupo alcançou um novo recorde de €12,6 mil milhões.

3,2

por cento foi quanto cresceu a economia portuguesa no quarto trimestre em termos homólogos, tendo o Produto Interno Bruto (PIB) avançado 0,2% em cadeia. Os valores ficam 0,1 pontos percentuais acima da primeira estimativa do Instituto Nacional de Estatística (INE). O crescimento global em 2022 foi de 6,7%, em linha com a projeção do INE. É o maior crescimento desde 1987.



INFLAÇÃO O INE estimou que a inflação em fevereiro tenha ficado em 8,2%, depois dos 8,4% de janeiro. A confirmar-se, será o quarto mês consecutivo de abrandamento do crescimento dos preços. No entanto, a inflação subjacente (sem produtos alimentares não transformados nem produtos energéticos), acelerou de 7% para 7,2%.

SEMAPA O grupo que detém a Navigator e a Seel fechou 2022 com um lucro de €307,1 milhões, mais 55% do que no ano anterior.

BLUEPHARMA A farmacêutica portuguesa inaugurou quarta-feira uma nova fábrica em Coimbra, num investimento de €30 milhões.

FUSIONFUEL A empresa portuguesa de hidrogénio verde teve um resultado antes de impostos negativo em €11,1 milhões no quarto trimestre, triplicando as perdas registadas no terceiro trimestre.

SEGUROS A sentença do "cartel dos seguros", onde estão a ser julgadas a Zurich e a Lusitania, devia ter sido lida na terça-feira, mas foi adiada, devido à greve de funcionários judiciais.

ALTOS



Paulo Barradas Rebelo
Presidente da Bluepharma

A Bluepharma inaugurou uma fábrica de genéricos em Coimbra, num investimento de €30 milhões que permitirá dar um impulso industrial aos medicamentos genéricos de elevada potência contra o cancro e criar 100 postos de trabalho. Desta forma aumenta a sua força exportadora e continua a contribuir para o desenvolvimento do sector da Saúde em Portugal.



Isabel Ucha
Presidente da Euronext Lisbon

Os indicadores relativos às transações no mercado de capitais mostram que a Bolsa de Lisboa está a reconquistar pequenos investidores: no ano passado, 15% dos negócios foram feitos por investidores individuais, o que representa o triplo do volume que se registava em 2019. São “tecnologicamente mais sofisticados e financeiramente mais literatos” — e são também uma boa notícia para um mercado que precisa de sangue novo para funcionar melhor como alternativa ao financiamento das empresas portuguesas.

egor.pt

Serviços e Produtos que interagem entre si

egor

E BAIXOS



Manuel Beja
Presidente do Conselho de Administração da TAP

É apontado como um dos responsáveis pelas irregularidades detetadas no caso da indemnização atribuída à ex-administradora da TAP Alexandra Reis, de acordo com as conclusões preliminares do relatório da Inspeção-Geral de Finanças, citadas pelo jornal “Eco”. A confirmar-se esta imputação de responsabilidades no relatório final, fica numa posição delicada, pois a pergunta “o que fez o presidente do Conselho de Administração para prevenir este caso?” já andava no ar.



Manuel Pinho
Ex-ministro da Economia

Demorou tempo, mas aconteceu: Manuel Pinho assumiu que cometeu, “ao longo de vários anos, crimes de fraude fiscal”, beneficiando de um esquema utilizado pelo Grupo Espírito Santo em que os pagamentos de parte das remunerações e dos prémios eram feitos “por fora”, nomeadamente através de paraísos fiscais. Mas negou ter cometido os outros crimes de que está acusado.

PEDRO LIMA
plima@expresso.imprensa.pt

EM DESTAQUE

Energia Seca penaliza resultados anuais da EDP

A EDP melhorou lucros em apenas 3%, para €679 milhões, penalizada pelo desempenho da atividade em Portugal

A EDP encerrou o ano de 2022 com lucros de €679 milhões, 3% acima do resultado de €657 milhões do ano anterior, anunciou a energética portuguesa esta quarta-feira, 1 de março.

A seca extrema e imparidades em centrais térmicas levaram a operações portuguesas a apresentar um resultado negativo de €253 milhões. O resultado recorrente, que desconta

o impacto de eventos extraordinários, cresceu 6% para €871 milhões em 2022. Um ano antes tinha sido de €826 milhões. Esta melhoria deve-se, segundo a energética, ao “bom desempenho das operações internacionais, sobretudo da atividade de energias renováveis na Europa e nas operações de redes de eletricidade no Brasil”.

A seca extrema vivida em Portugal em grande parte do ano de 2022 foi negativa para o grupo. Os 12 meses terminados em setembro de 2022 foram o terceiro ano hidrológico mais seco desde 1931, recorda a empresa. O que “penalizou fortemente os resultados da EDP em 2022, mesmo considerando a forte pluviosidade no 4º trimestre de 2022, que permitiu a recuperação do armazenamento nas albufeiras para níveis acima da média” de perto de 70%, “melhorando as perspectivas de produção no início de 2023”, lê-se no comunicado ao mercado.

Custos não recorrentes de €192 milhões, que incluem imparidades em centrais térmicas no Brasil e em Portugal, e o mau resultado da operação portuguesa, que fechou o ano com um

resultado líquido negativo de €157 milhões, levaram o resultado líquido do grupo aos €679 milhões.

A margem bruta cresceu 27%, para os €6,12 mil milhões em 2022, face aos €4,84 mil milhões de 2021. Os custos operacionais dispararam 51% para os €1,84 mil milhões, comparativamente com os €1,22 mil milhões do ano anterior.

O resultado antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (EBITDA no acrónimo em inglês) melhorou em 21%, para os €4,52 mil milhões, “com forte contributo do crescimento na EDP Renováveis e nas redes de eletricidade no Brasil”. A EDP anunciou que irá pagar um dividendo de €0,19 por ação, inalterado face a 2022.

A subsidiária EDP Renováveis apresentou resultados na segunda-feira e reportou uma subida ligeira (mais €16 milhões) dos lucros, para os €671 milhões em 2022. O aumento dos encargos com juros e câmbios desfavoráveis contrabalançaram os ganhos originados com o aumento de 21% do preço médio da eletricidade.

PEDRO CARREIRA GARCIA
pcgarcia@expresso.imprensa.pt

Alta velocidade “É um comboio que seguirá em frente em 2023”

O TGV e o novo aeroporto de Lisboa permitem ao novo presidente da Mota-Engil ter uma perspectiva otimista para o mercado português este ano

Carlos Mota Santos, novo presidente do grupo Mota-Engil, está otimista em relação a Portugal para 2023 e para os próximos anos. “Os grandes investimentos previstos no âmbito do PRR, como a alta velocidade ferroviária, deverão começar a arrancar ainda este ano”, disse ao Expresso o gestor, que substituiu em fevereiro Gonçalo Moura Martins na liderança executiva da Mota-Engil.

A margem da apresentação de resultados, o responsável salienta também o interesse nas novas linhas de Metroropolitano do Porto e de Lisboa e lembra que o grupo está na fase pré-contratual do novo hospital de Lisboa.

“Estou convicto de que a alta velocidade é um comboio que vai partir e seguir em frente ainda este ano”, diz em relação ao tantas vezes adiado projeto de alta velocidade em Portugal. Um interesse que levou o grupo a anunciar, no início de fevereiro, um consórcio nacional com as construtoras Teixeira Duarte, Casais, Conduril, Gabriel Couto e Alves Ribeiro.

Em relação ao novo aeroporto de Lisboa, Carlos Mota Santos venceu o que espera a saída do relatório final sobre a sua localização até ao final do ano. “Esperamos que o projeto arranque em 2024”, acrescentou.

Estando otimista, o novo presidente executivo da Mota-Engil “tempera” as expectativas perante a manutenção este ano de um contexto de elevada exigência, com inflação e falta de mão de obra. “A falta de mão de obra é, aliás, mais um obstáculo à execução do PRR, pois não afeta só a construção. Os sectores industrial, agrícola e de serviços também têm falta de trabalhadores”, afirma. Para resolver o problema a curto prazo, Carlos Mota Santos sugere um apoio à imigração controlada e de qualidade e, a médio prazo, o reforço das escolas técnicas e profissionais para formar recursos humanos nestas áreas.

Portugal cresce 5%, ao arripio da Europa

O volume de negócios da Mota-Engil em Portugal cresceu 5%, para €526 milhões, em 2022, representando 72% do total da região europeia mas apenas 9,6% do volume de negócios total do grupo. Já a carteira de encomendas recuou €20 milhões, para €526 milhões, equivalente a 4% das encomendas angariadas a nível internacional. No entanto, Portugal



Carlos Mota Santos, presidente da Mota-Engil FOTO D.R.

foi a exceção nas contas da Europa, afetadas por um recuo de 30% da atividade na Polónia, devido à guerra na Ucrânia, e pela venda da unidade de Irlanda-Reino Unido.

A nível global, o grupo revelou esta quarta-feira um crescimento dos lucros da ordem dos 69%, para €41 milhões, e uma progressão de 47% da faturação, para €3,8 mil milhões. Outro recorde em 76 anos de existência foi o crescimento da carteira de encomendas global para €12,6 mil milhões, duplicando o registado em 2020.

América Latina e África, motores de crescimento

A nível global, Carlos Mota Santos prevê que o grupo cresça 20% em

2023, muito suportado pelo negócio na América Latina, sobretudo no México, e em África. Com um crescimento de 145% do volume de negócios, para €1519 milhões da carteira de encomendas, a região da América Latina foi a que mais contribuiu para o engrossar da carteira global em 2022. E atribui o crescimento à materialização da carteira angariada em 2021. Destaca, no México, a participação no Tren Maya, o maior projeto ferroviário da América Latina.

“O México vai ter um contributo muito grande na ‘desglobalização’ da aposta na reindustrialização da economia norte-americana”, adianta. E lembra que, como membro do NAFTA (Mercado Comum da América do Norte, que inclui também os Estados Unidos e o Canadá), o México vai precisar de construir um milhão de metros quadrados industriais, além de ter de reforçar a logística e as infraestruturas rodoviárias e portuárias. “O México vai precisar de duplicar a sua capacidade energética na próxima década”, informa.

Quanto a África, o “mercado natural” da Mota-Engil, lembra que o grupo recompru a participação de 20% que a Sonagol detinha na unidade africana e ganhou a obra do corredor do Lobito. Em Moçambique, o grupo espera a retoma do projeto de gás no Norte do país e prevê reforçar a carteira dos serviços de mineração. Este sector tem um peso de 15% na faturação global da Mota-Engil, com uma carteira de encomendas de €1700 milhões.

HELDER C. MARTINS
hmartins@expresso.imprensa.pt

Seguros MDS quer duplicar receita até 2025

Grupo de seguros e gestão de risco vendido à Ardonagh vai expandir-se a um ritmo mais acelerado em novos mercados

O grupo de seguros e gestão de risco fundado pela Sonae em 1984 e vendido no ano passado à multinacional inglesa Ardonagh continua a ser gerido por portugueses e a sua estratégia passa por ter 75% das suas receitas oriundas do estrangeiro. “A nossa ambição é duplicar a receita nos próximos três anos, prevenindo ultrapassar os €200 milhões”, diz José Manuel Dias da Fonseca. Explica o presidente da empresa que isso não significa que a MDS não vá crescer em Portugal: “Ir crescer, embora a um ritmo diferente da componente internacional.”

O grupo Ardonagh, explica o gestor, vai manter a equipa de gestão e a marca MDS, apesar de ser uma empresa grande e estar nos 15 maiores países do mundo. “É uma empresa com sete anos, muito forte no Reino Unido e em zonas de conforto, como a Austrália e a Irlanda, e traz-nos capital para crescermos no sector dos seguros, por um lado, e, por outro, a MDS é um passo importante para a sua expansão.” E refere que nas geografias onde a MDS se encontra, Brasil e África, sobretudo Angola, vai continuar a haver crescimento, mas a estratégia delineada com a Ardonagh determinou que a expansão em 2023 irá focar-se sobretudo nos EUA e no México: “Os crescimentos esperados são uma combinação de crescimento por aquisições e de crescimento orgânico.”

“Já foi formalizada a aquisição por parte do Risk Consulting Group (consultora na gestão de risco do grupo MDS) de uma empresa que opera nos EUA e no México.” Dias da Fonseca explica que o racional da venda do grupo MDS por parte da Sonae e do grupo Suzano à Ardonagh foi dar azo a que a organização pudesse crescer mais, já que os dois grupos que a detinham não têm como prioridade a área seguradora. “Não foi à primeira oferta que a MDS foi vendida, mas esta união permite-nos ter acesso a soluções dentro do próprio grupo, dimensão para trabalhar melhor as propostas de clientes e potenciar um crescimento a todos os níveis”, o que não era possível sem haver um parceiro com capital na equação. Esta semana finalizou a compra de um dos maiores corretores independentes do Chile, a Renaissance. A Ardonagh é uma multinacional com sede no Reino Unido que funciona como plataforma independente de distribuição de seguros no mundo, marcando presença em mais de 130 localizações, com nove mil colaboradores.

Em 2022, as receitas do grupo MDS ascenderam a €111 milhões, dos quais €64 milhões do Brasil, África (Angola e Moçambique) e outras geografias, como Malta, Espanha e Suíça. Em Portugal as receitas foram de €47 milhões. Em 2021 a receita do grupo foi de €83 milhões, dos quais €40 milhões em Portugal.

IVICENTE VICENTE
ivicente@expresso.imprensa.pt

NÚMEROS

41

milhões de euros, mais 69%, foi o resultado líquido obtido pela Mota-Engil em 2022

47%

foi o aumento da faturação global registado em 2022, para um total de €3804 milhões

Mercados Software para prevenir burla na bolsa cresce em Portugal

Israelita Shield quer continuar a expandir-se, mas não “embarca em loucuras” na contratação

Uma mensagem eletrónica trocada tem muita informação. Quem a envia, de onde enviou, para quem enviou. O que está no corpo desse e-mail também. Quando se está numa grande sala de negociação de um banco de investimento, mais informações por ali estão. Saú de que departamento, de que mesa de negociação, qual a ligação daquela mensagem com outras enviadas através da mesma plataforma?

Junta-se inteligência artificial, com processamento de linguagem natural e alertas vermelhos, e esta é a base dos

ingredientes de trabalho da Shield, empresa israelita que está presente em Portugal através de um centro tecnológico, e que é fornecedora deste serviço para bancos e empresas do sector financeiro, com vista a detetar possíveis situações de manipulação de mercado ou problemas de conduta.

“O nosso software, sendo utilizado e explorado, tem a capacidade de funcionar como uma ferramenta preventiva de situações como a de 2008”, explica Nuno Hortênsio, o responsável da operação da Shield em Portugal, ao Expresso. A banca tem de respeitar regras de mercado e de transparência de mercado, e, por isso, soluções como a da empresa israelita, fundada em 2018, servem para ajudar a concretizá-las: “A tecnologia facilita que o banco tenha capacidade de observar estas práticas e que possa agir”.

A Shield trabalha para salas de mercado com mais de 500 operadores, o que não existe em Portugal, pelo que os clientes — que Nuno Hortênsio não identifica — estão em centros financeiros como Estados Unidos, Reino Unido, Singapura, Alemanha ou França.

O responsável garante que a israelita Shield não tem acesso aos dados, e que

o arquivamento e processamento varia consoante as jurisdições das entidades para que trabalha. Este tipo de soluções não é, aliás, transversal a todos os funcionários de uma instituição financeira: “Não somos nenhuma espécie de Big Brother. Tudo o que monitorizamos é relacionado e aprovado pelo banco, e existe o conhecimento por parte dos empregados”, diz Nuno Hortênsio, que

A Shield emprega 120 profissionais, 60% dos quais em Israel. Em Portugal, começou com 12 e tem agora 19 trabalhadores

explica que o que está em causa é o desenho do software, a infraestrutura e como funciona, com dados que são encriptados, e que só banco é que a eles pode aceder em caso de falhas detetadas. É dos bancos a responsabilidade por encontrar e denunciar eventuais irregularidades.

Não são só práticas de abuso de mercado que podem ser detetadas; também o podem ser os problemas de conduta,

que ganharam peso na pandemia, com a explosão do trabalho remoto, segundo adianta.

Nuno Hortênsio defende que a Shield, por ser recente, está bem posicionada na oferta destes serviços. As primeiras tecnológicas a construir estas plataformas fizeram-no numa altura em que bastava arquivar e disponibilizar os dados; “entretanto, a tecnologia avançou, e os reguladores começaram a pensar que não basta arquivar: se temos os dados e há esta tecnologia toda disponível, temos de fazer alguma coisa com eles”. O grupo entrou no mercado havendo já conceitos de cloud “muito maduros, e em que já temos conceitos de inteligência artificial”. Daí, acredita o português, a adaptação tecnológica das concorrentes é “mais difícil”.

2024 é de maturação

Neste momento, indica Nuno Hortênsio, a Shield também está a explorar a área das criptomoedas: “Já estamos em fase de análise e investigação. Temos conversas com clientes na área de cripto, a tentar perceber o que precisamos de fazer.”

Portugal tem peso na evolução tecnológica, já que foi no ano passado que a empresa escolheu o país para instalar o seu hub tecnológico. A operação começou em abril com 12 trabalhadores na área de investigação e desenvolvimento, mas o ano acabou já com 19 profissionais, expandindo-se para áreas de arquitetura de soluções e de áreas da cloud. “Estes indicadores são um reforço do que esteve na base da nova decisão”, acredita o gestor.

“Escolhemos Portugal por toda a qualidade de recursos técnicos que nós temos. Portugal é a Silicon Valley da Europa”, defende Nuno Hortênsio, falando na formação que há no país para estes profissionais. O crescimento é para manter: “Temos quatro posições abertas e vamos continuar a crescer de forma mais orgânica este ano.”

No próximo ano, “vem outro patamar”, a estabilização: “É importante estabilizar. Não queremos criar 200 postos de trabalho para daqui a um ano ter de reduzir. Existe muito trabalho interno e de maturação de processos. Queremos crescer de forma responsável e não embarcar em loucuras.”

DIOGO CAVALHEIRO
dcavaleiro@expresso.imprensa.pt

Descodificador Ordem e protesto

por ELISABETE MIRANDA

Nova lei das ordens profissionais vai ser promulgada por Marcelo, mas **não entra já em vigor nem garante o fim da contestação**. Há bastonários que vão conformar-se com as regras, outros que prometem mais protestos

1 Porque surgem estas regras?

Há vários anos que instituições nacionais e internacionais vêm dizendo que, em Portugal, as condições de acesso a algumas profissões, reguladas, são demasiado restritivas. OCDE, Comissão Europeia e Autoridade para a Concorrência vinham recomendando que se separasse aquela que é a função de representação da classe profissional das funções de regulação e de supervisão. Recomendaram também que a gestão de sociedades deixasse de estar restringida apenas aos profissionais do sector (por exemplo, que seja possível que uma sociedade de advogados seja detida por contabilistas, por exemplo, e não apenas por advogados). Com o número de ordens a crescer sucessivamente (já há 20 ordens profissionais, a representar mais de 400 mil trabalhadores), o Governo inscreveu a medida no seu programa e aproveitou os milhões do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para financiar a transição.

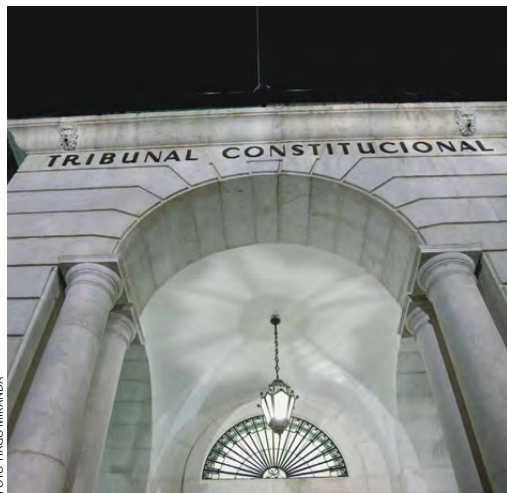


FOTO TIAGO MIRANDA

2 O que prevêm?

Genericamente, prevê medidas que garantam mais concorrência entre empresas, mais fácil acesso dos profissionais ao mercado e maior supervisão. Para aumentar a concorrência admite-se a constituição de sociedades multidisciplinares (o tal exemplo dos advogados). Para facilitar o acesso à profissão estabelece-se uma duração máxima aos estágios profissionais (têm de ser de 12 meses ou, no máximo, excepcionalmente, de 18 meses), não devem repetir matéria que já foi lecionada na universidade e têm de ser remunerados. Mais ainda: a avaliação final do estágio é feita por um júri externo à ordem. As ordens passam também a ter de ter um provedor, e tanto este provedor como o órgão disciplinar são funções asseguradas por pessoas de fora da profissão. O órgão de supervisão, sendo constituído por profissionais do sector, também tem de ser preenchido por um número mínimo de pessoas externas.

3 Quais são as críticas?

As críticas são de diversos níveis. Há quem considere que o diploma aprovado e já validado pelos juizes do Tribunal Constitucional aplica as mesmas regras a realidades distintas — tendo as ordens estruturas e realidades diferentes, seria importante que a lei as diferenciasses. Há quem considere que a obrigatoriedade de remuneração dos estágios vai deixar os estagiários sem terem para onde ir — porque os patronos e as entidades que não têm dinheiro não os podem acolher. E há críticas mais virulentas, com dirigentes a considerarem que a imposição de um órgão de fiscalização constituído por membros externos à profissão é uma ingerência e um insulto, porque ninguém melhor que os profissionais do sector para conhecerem a sua realidade. O antigo bastonário da Ordem dos Advogados chegou a dizer que “nem no tempo do antigo Novo existiu alguma vez uma proposta semelhante”.

4 E agora o que acontece?

As ordens confiavam no Presidente da República e no Tribunal Constitucional para travar o diploma, mas as suas pretensões acabaram por cair por terra, com os juizes a não verem nele violações à lei fundamental. A lei entrará em vigor mas não terá efeitos imediatos — nem garante o fim da contestação. Para já, o Governo terá 120 dias para fazer uma lista e diminuir o número de ordens, apresentar proposta de alteração aos seus estatutos e um regime jurídico das sociedades multidisciplinares. Do lado das associações profissionais, as reações dividem-se. Fernanda de Almeida Pinheiro, a nova bastonária dos Advogados, garante que a constitucionalidade não é o fim da linha. “Não é, para nós não é. Lutaremos até ao fim.” Já Jorge Batista da Silva, da Ordem dos Notários, garante que “darão início a um processo interno de discussão e aprovação de uma proposta de alteração aos estatutos”.



PATEK PHILIPPE
GENEVE

BEGIN YOUR OWN TRADITION

NUNCA SOMOS VERDADEIRAMENTE
DONOS DE UM PATEK PHILIPPE.

APENAS CUIDAMOS DELE
PARA A GERAÇÃO SEGUINTE.



CALATRAVA PILOT TRAVEL TIME REF. 5524G

DAVID ROSAS
time experts

Lisboa - Av. Liberdade, 69A - T 213 243 870
Porto - Avenida da Boavista 1471 - T 226 061 060
Algarve - Quinta Shopping, Loja 20 - T 289 399 410
www.davidrosas.com

AVIAÇÃO

TAP falha pedidos de visto prévio ao TC

Há contratos que têm de passar pelo Tribunal de Contas, mas a TAP esqueceu-se. Galamba admite exceção



Ao tornar-se pública, a TAP era obrigada a pedir visto prévio ao Tribunal de Contas para contratos acima de €5 milhões, mas nem o Governo nem a transportadora aérea terão pensado nisso FOTO NUNO VEIGA/LUSA

ANABELA CAMPOS

O nervosismo foi grande na administração da TAP quando a companhia percebeu que poderia estar perante uma falha junto do Tribunal de Contas (TC), a quem nunca submeteu um pedido de visto prévio aos contratos de valor superior a €5 milhões desde que voltou a ser pública, como era seu dever.

Era uma situação a que estava obrigada desde que o Estado retomou o controlo da empresa, em 2020, quando comprou a participação do acionista privado norte-americano, David Neeleman. É que a lei tinha mudado em 2013, na sequência da intervenção da *troika*, e o visto prévio do TC em contratos superiores a este montante tinha passado a ser obrigatório. A falha seria posta a nu na auditoria que o TC tem atualmente em curso à gestão da TAP e onde tudo será passado pelo crivo dos inspetores do tribunal. Mais uma dor de cabeça para a administração, já a braços com um problema criado

pela alegada má interpretação do estatuto de gestor público no caso da saída da ex-administradora Alexandra Reis.

Os alarmes soaram. E, sabe o Expresso, a administração da TAP pediu ajuda às duas tutelas (Finanças e Infraestruturas) para que fosse feita uma exceção ao regime legislativo criado na sequência do Programa de Estabilização Financeira, decorrente da intervenção da *troika*, e que a partir de 2013 obrigou a um controlo mais apertado das contas das empresas públicas, levando a uma alteração da lei. Pedia a gestão um regime de exceção com efeitos retroativos. Parte da sua afiliação devia-se também ao facto de os gestores poderem ser sancionados financeiramente por esta falha.

Exceção a caminho?

O TC assegurou ao Expresso que não recebeu por parte da TAP desde 2020 qualquer contrato para efeitos de fiscalização prévia. E esclareceu que, “nos termos da lei, os atos e contratos

das empresas públicas com valor igual ou superior a cinco milhões de euros (artº 47, nº 1 a), da lei 98/97) estão, salvo disposição em contrário, sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas”. A lei tinha mudado em 2013, e a TAP e o Governo ter-se-ão esquecido de que seria preciso criar uma exceção quando a transportadora voltou a ser pública. O risco não tinha sido medido.

Na quarta-feira, após a notícia do Expresso sobre esta alegada falha, o ministro das Infraestruturas veio admitir que poderá ser criado um regime de exceção. “A TAP, tal como a CGD, tem um regime de exceção para as remunerações. Se for necessário, criaremos um regime de exceção para os contratos que têm de ter o visto prévio do TC”, salientou em declarações à RTP. Defendeu ainda que a necessidade de “um visto prévio é incompatível com a gestão de uma companhia aérea”. E salientou que “não seria correto imputar a gestores a responsabilidade” neste tipo de atos em que há necessidade de rapidez na decisão. João Galamba

tenta assim retirar pressão sobre a gestão da companhia. É que o TC clarificou que “a não submissão de tais contratos a fiscalização prévia é suscetível de gerar responsabilidade financeira” para quem decidiu.

Os contratos com valores superiores a €5 milhões em companhias aéreas estão habitualmente relacionados com a compra de combustível ou a contratação externa temporária de um avião, com a tripulação e serviços técnicos (ACMI). Tratando-se de compras que exigem alguma celeridade, são incompatíveis com o tempo que demora a chegar uma autorização prévia do TC (60 a 90 dias). Consciente dessas limitações,

A lei que libertava as companhias das regras de contratação das empresas públicas mudou em 2013, com a entrada da troika

antes da alteração da lei, as empresas públicas de transportes, como é caso das transportadoras, não estavam abrangidas pelo regime — existia uma diretiva europeia que as libertava das regras de contratação das empresas públicas.

Para em comentários, a TAP disse apenas que irá colaborar com as autoridades competentes no sentido de dar todas as explicações que forem pedidas. A existirem falhas da gestão neste caso, tudo aponta para que uma eventual responsabilidade seja atribuída a Manuel Beja, o presidente do Conselho de Administração (*chairman*) da companhia, por tratar-se de um tema de governo das sociedades. E se assim for é uma incumbência do *chairman*. Não foi possível apurar, porém, se a gestão executiva, liderada por Christine Ourmières-Widener, ou os serviços jurídicos da TAP terão alguma vez alertado para esta questão. Discreto, Manuel Beja mantém-se em silêncio sobre o assunto.

acampos@expresso.imprensa.pt

Aberta a porta ao litígio no caso Alexandra Reis

À espera das conclusões do relatório da Inspeção-Geral de Finanças (IGF) a ex-administradora da TAP e ex-secretária de Estado do Tesouro Alexandra Reis tem um leque de cenários a enfrentar e decisões a tomar consoante o veredicto final das Finanças. O litígio não está excluído. Alexandra Reis, a gestora que deixou a companhia em fevereiro de 2022 com uma indemnização de €500 mil — depois de ter sido convidada a sair pela presidente da transportadora —, só irá definir a estratégia a seguir depois de ter nas mãos o documento com as conclusões da IGF. Até lá, fecha-se em copas. Está, porém, tudo em aberto. De acordo com a hipótese de a gestora ser reintegrada na TAP, como noticiou a SIC — uma possibilidade que deverá rejeitar e que não faz parte das conclusões preliminares do relatório, segundo apuro o Expresso —, até à hipótese de litigar em tribunal no caso de discordância face às conclusões do relatório. A Justiça é um caminho pelo qual a gestora poderá optar se for obrigada a devolver a indemnização ou parte dela na sequência de um processo que considere inadequado ou injusto. Aliás, o relatório, onde são vários os cenários equacionados, não exclui a possibilidade de o pagamento da indemnização ser considerado nulo, e se assim for a gestora poderá ser obrigada pela TAP a devolver a indemnização. Em dezembro, após a demissão das Finanças, a gestora afirmou que devolveria a indemnização se houvesse alguma ilegalidade no processo. E garantiu então que “esse princípio se aplicaria também aos termos” da sua “cessação de funções na TAP”. Vai ser preciso esperar pelas conclusões para perceber o que irá fazer. A.C.

Iberia anuncia, pela terceira vez, a compra da Air Europa

Negócio foi suspenso devido à pandemia e deverá agora ser concretizado por metade do preço que teria sido pago em 2019

A holding IAG (International Airlines Group) parece determinada a que desta seja de vez. Após duas anteriores tentativas fracassadas de aquisição da companhia aérea espanhola Air Europa, a principal concorrente da Iberia, por causa da pandemia, da consequente crise económica

e do colapso da companhia parente ao grupo Globalia, parece agora possível, finalmente, concluir a operação de compra. Isso mesmo foi anunciado há alguns dias por Luis Gallego, CEO da IAG — que também integra a British Airways, a Vueling e a Air Lingus —, na apresentação dos resultados da empresa, que este ano recuperará 98% dos níveis alcançados em 2019.

Para Portugal, o fim definitivo desta longa aventura comercial, que começou há mais de três anos, poderá significar a entrada

da Iberia na corrida para assumir o controlo da TAP, na qual outros grupos europeus, como a Air France, KLM e Lufthansa, também estão envolvidos. Gallego admitiu que a companhia aérea portuguesa continua a estar “na mira” da Iberia e da IAG. “O nosso grupo está sempre à procura de oportunidades no mercado”, embora tenha observado: “Neste momento, a nossa prioridade é a Air Europa. Os peritos estimam que o negócio possa estar concluído no prazo de 18 meses, estando sobretudo dependente das decisões das autoridades europeias e espanholas da concorrência.”

A passagem do tempo e as vicissitudes encontradas ao longo do caminho desvalorizaram a operação inicial. Quando a Iberia anunciou o seu desejo de adquirir a Air Europa, com o objetivo de reforçar o *hub* de Madrid e consolidar o papel da transportadora aérea de bandeira espanho-

la como porta de entrada para a América Latina, a companhia aérea da família Hidalgo obteve um compromisso de pagamento de mil milhões de euros. Um total de €500 milhões foi agora fixado como o valor da Air Europa, dos quais €100 milhões já foram entregues há mais de um ano, quando a companhia estava à beira da falência. Com essa participação, a Iberia tornou-se proprietária de 20% das ações da Air Europa. Agora chegará aos 100% mediante o pagamento de €100 milhões em dinheiro e outros €100 milhões em ações da Iberia, quando a Comissão Nacional de Mercados e Concorrência (CNMC) autorizar a transação, e o restante no segundo e terceiro anos, respetivamente, a partir dessa data de aprovação.

A IAG assume a dívida da Air Europa, fixada em mil milhões de euros, cujo principal credor é o Estado espanhol. Terá também

de assumir os compromissos da companhia aérea da família Hidalgo com a Boeing para a renovação da frota de longo curso, assinada em agosto de 2022: oito Boeing 787 Dreamliner e cinco Boeing 737 Max, num montante de cerca de €2,5 mil milhões. A Air Europa tem 50 aeronaves de várias capacidades em uso, com as quais transportou 13 milhões de passageiros em 2019 e alcançou receitas de €2,1 mil milhões. As rotas de e para o Brasil são uma parte fundamental da atividade operacional da empresa.

O anúncio, pela terceira vez em três anos, da aquisição da Air Europa pela Iberia foi recebido com considerável ceticismo nos mercados

A Iberia, entretanto, voltou a ter lucro (€431 milhões) em 2022, depois de perder €2765 milhões em 2021. A companhia espera um resultado positivo entre €1,8 mil milhões e €2,3 mil milhões em 2023 e está a planear investimentos de €4 mil milhões. Na ausência dos números finais de 2022, a Iberia transportou cerca de 95 milhões de passageiros entre janeiro e setembro desse ano, um número que contrasta com os 38 milhões para todo o ano de 2021.

O anúncio, pela terceira vez em três anos, da aquisição da Air Europa pela Iberia foi recebido com considerável ceticismo nos mercados onde as ações da IAG estão cotadas. Na Bolsa de Madrid as ações da *holding* caíram quase 7%, embora tenham recuperado as suas posições nos dias seguintes.

ÁNGEL LUIS DE LA CALLE
Correspondente em Madrid
economia@expresso.imprensa.pt



Massa Crítica

Luís Marques
l.s.marques@sapo.pt

O AZAR DE FERNANDO MEDINA

Fernando Medina anda em maré de azar. Noutras condições os resultados da economia em 2022 seriam motivo para grandes festejos. Foi o que fez Mário Centeno. Andou anos a atirar foguetes com a redução do défice até o colocar a zero. Nesses tempos, o rigor orçamental e o controlo das contas públicas tinham-se tornado um enorme capital político, por conta dos desvarios de José Sócrates. Esse tempo passou. Os resultados são apresentáveis, mas as preocupações são outras. Atormentado pelo “fantasma” de Alexandra Reis e por heranças deixadas na Câmara Municipal de Lisboa, Medina terá o seu momento de glória ofuscado por uma inflação persistente e uma crise social crescente.

Dificilmente Medina terá outra oportunidade como esta. O PIB cresceu uns extraordinários 6,7%, mas convém recordar que em 2020, por efeito da pandemia, a economia registou um trambolhão de 8,3%. Em relação a 2019, a recuperação ainda é baixa. A dívida pública recua para 113,8% do PIB em 2022, mas é bom sublinhar que, segundo o Banco de Portugal, em termos nominais a dívida aumentou €3,3 mil milhões para €272,6 mil milhões. Os números têm buracos, mas já vimos festas por menos. O turismo cresceu. As exportações melhoraram. Os cofres estão cheios. E, no entanto, nada disso parece politicamente relevante nos dias que correm.

O ministro das Finanças está a apanhar com os estilhaços da política de cativações que fizeram a glória do seu antecessor e a popularidade de António Costa. Aquilo que garantiu o sucesso a Centeno é agora o pior pesadelo de Medina. Na habitação. Na saúde. No ensino. Nos serviços públicos. O resultado de anos a cortar no investimento público e a “comprar” o apoio dos aliados está agora à vista em todo o seu esplendor de misérias. A conjuntura mudou. Acabou o tempo da inflação baixa e dos juros negativos, que disfarçavam os problemas. Agora, eles estão bem à vista, para azar de Medina.

Nem os números que chegam de fora ajudam. Ao contrário das previsões feitas há apenas um mês, a inflação está a subir em fevereiro, quando deveria descer. Em França, a inflação subiu para 7,2%, o valor mais alto desde 1999 e duas décimas acima das previsões. Em Espanha, fevereiro fechou com 6,1%, seis décimas acima das previsões e superior ao valor de janeiro, que foi de 5,9%. Nos Estados Unidos registou-se uma inversão na tendência de descida. A inflação continua a ser um grande problema, ao contrário do que nos andam a dizer há dois anos. A pressão para aumentar as taxas de juro aumentou.

Fernando Medina tem de aproveitar o melhor que puder os resultados macroeconómicos de 2022. É o que lhe resta, dadas as contrariedades financeiras e políticas. A partir de agora será sempre a pior. No plano interno e externo. Na política e eventualmente na justiça. O controlo das contas públicas e o rigor orçamental já não são garantia de sucesso ou de popularidade. Azar.

50 EXPRESSO
1973-2023

Preços O ministro das Finanças de Sá Carneiro anuncia 15 medidas para baixar a inflação, incluindo a valorização do escudo. Mas o recuo da inflação é pontual, o défice externo regressa e as contas públicas pioram

1980 O pacote anti-inflação de Cavaco contra a receita do FMI

Textos SÓNIA M. LOURENÇO

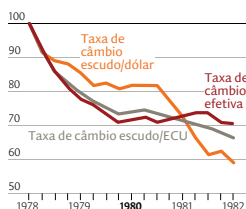
Foi a 9 de fevereiro de 1980 que o rosto de Aníbal Cavaco Silva começou a tornar-se familiar para muitos portugueses. Nessa noite, o então (quase) desconhecido ministro das Finanças de Sá Carneiro — cujo Governo tinha entrado em funções há pouco mais de um mês — apresentou ao país, através da emissão da RTP, o pacote anti-inflação aprovado nesse dia em Conselho de Ministros. O Executivo avançava com 15 medidas, onde se destacava a revalorização do escudo — ao arripio da desvalorização seguida nos anos anteriores e que era um dos pilares das recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) — para conter a escalada dos preços, que estava há três anos acima dos 20%.

A inflação baixou em 1980, até mais do que o previsto, e a economia acelerou e os salários reais aumentaram — mais uma vez invertendo a política dos anos anteriores, recomendada pelo FMI. Mas o recuo da inflação foi pontual, subindo logo em 1981, já no Governo de Pinto Balsemão, depois da queda do avião onde seguiam Sá Carneiro e Amaro da Costa ter ditado o fim do Executivo. Além disso, o défice externo regressou — agravando-se nos anos seguintes — e o saldo negativo das contas públicas acentuou-se. Três anos depois, em 1983, Portugal assina novo acordo — duro — com o FMI.

Depois de dois anos focada na correção das contas externas, a orientação da política económica portuguesa muda em 1980. Com a escalada dos preços do petróleo a causar um choque sobre a economia mundial, o Governo AD de Francisco Sá Carneiro define como prioridades a redução da inflação, a aceleração do investimento para dinamizar a economia e o crescimento dos salários reais. No seu livro “A Política Económica do Governo de Sá Carneiro”, Cavaco Silva — que

PORTUGAL TRAVA DESVALORIZAÇÃO DO ESCUDO

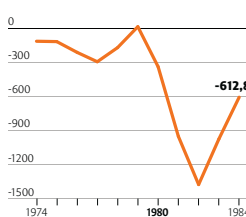
Índice com o primeiro trimestre de 1978 = 100



Fonte: RELATÓRIO DE 1982 DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A ECONOMIA PORTUGUESA. NO ÂMBITO DO ARTIGO IV DA INSTITUIÇÃO

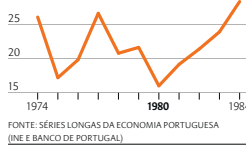
DEFÍCITE EXTERNO REGRESSA A PARTIR DE 1980

Saldo da balança corrente e de capital. em € milhões



INFLAÇÃO DESCE EM 1980, MAS SOBE LOGO DEPOIS

Variação anual de preços no consumidor, em %



Fonte: SÉRIES LONGAS DA ECONOMIA PORTUGUESA (INE E BANCO DE PORTUGAL)

declinou responder às questões do Expresso — escreve que a política salarial deveria “assegurar o crescimento dos salários reais e, portanto, não poderia ser um instrumento primordial da contenção da subida dos preços”.

Revalorização do escudo mantida “em segredo”

De entre as medidas apresentadas destacava-se a revalorização do escudo em 6%, “que se tinha conseguido manter em total segredo”, escreve Cavaco Silva, considerando que “o escudo tinha sido desvalorizado excessivamente e podia ser pontualmente revalorizado sem que fosse afetada a competitividade externa da indústria portuguesa”. Desde 1977, a política cambial passava pela desvalorização deslizante (*crawling-peg*) do escudo (ver texto ao lado).

O economista Daniel Bessa considera que foi uma medida “de coragem”, tomada contra a desvalorização do escudo “que se tinha tornado endêmica, aparecendo alguém, pela primeira vez, a dizer que podemos fazer diferente, inverter o ciclo de empobrecimento”, diz ao Expresso, falando na “aura” criada por Cavaco Silva como ministro das Finanças de Sá Carneiro, “que depois o consagrou”. Para o economista Abel Mateus, autor do livro “Economia Portuguesa”, a revalorização do escudo “era justificada”, porque dada a desvalorização anterior corrigida pela inflação “a competitividade já estava restabelecida”. Porém, o choque do petróleo “lembra comprometer estas políticas”, lembra.

Outras medidas do pacote anti-inflação passavam pela contenção do consumo público; condicionamento dos aumentos dos quadros de pessoal da Administração Pública e controlo rígido de novas admissões; limitação do montante de subsídios não reembolsáveis atribuíveis às empresas públicas; combate à especulação e obtenção de lucros ilícitos bem como a fraudes na saúde; manutenção do regime de preços máximos para bens essenciais e de



consumo generalizado; e medidas na área laboral para estimular a produtividade e conter a subida dos salários, mas sem impor um teto salarial, ao contrário do que sucedera entre 1977 e 1979.

Resultados? A inflação passou de 21,7% em 1979 para 16,1% em 1980, segundo as séries longas para a economia portuguesa, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística e pelo Banco de Portugal (ver gráficos). Mas volta a subir logo a partir de em 1981. Não foi surpresa para Daniel Bessa: “Das medidas anunciadas, a única que é verdadeiramente anti-inflacionária é a revalorização do escudo, logo acompanhada do anúncio de que se manteria a desvalorização deslizante, com impacto inflacionário permanente.” Ora, “não tendo mudado nada de essencial, não pode admirar que a inflação tenha regressado ao nível de 1979”. Já Abel Mateus nota que “as medidas sobre controlo de preços não tiveram qualquer efeito, como em muitos outros países em que foram implementadas”.

Nesse ano, a economia portuguesa acelera, com a procura interna a expandir-se “fortemente”, lê-se no relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal relativo a 1980. Evolução impulsionada pela “flexibilização substancial da política monetária”, levando a uma aceleração do crédito, e de “um aumento marcado nos salários reais” pela primeira vez em três anos, salienta o FMI no relatório de 1982 sobre a economia portuguesa, no âmbito do artigo IV.

1980 EM REVISTA

Banca e seguros privados
“Iniciativa privada terá acesso à banca e seguros”, escreve o Expresso a 26 de janeiro, adiantando que o diploma legal que o determina já está pronto.

Combustíveis caros
“Combustíveis mais caros — como têm aumentado e porquê”, lê-se na edição de 2 de fevereiro.

Medidas anti-inflação
A 9 de fevereiro o Expresso dá uma notícia com o título “impostos diretos: escalões alargados e taxas diminuídas”, onde se lê que “o ministro das Finanças, Cavaco Silva, deverá falar amanhã na televisão e ter no dia seguinte um longo encontro informal com os jornalistas, com o objetivo de explicar as medidas de natureza económica,

financeira e social com que o Governo pretende minorar os efeitos psicológicos e políticos dos recentes aumentos de preços”.

Sector privado livre
“Sá Carneiro diz que Governo vai libertar o sector privado do gueto”, é a promessa do primeiro-ministro de então contida na edição de 16 de fevereiro.

Aumentos na Função Pública
“Governo aprovou: aumento de 18% na Função Pública”, é notícia de 4 de abril.

Caça à evasão fiscal
A 12 de abril o Expresso diz que “abriu a ‘caça’ à evasão fiscal”.

Nacionalização em Moçambique
“Nacionalizadas três

empresas portuguesas em Moçambique”, conta o Expresso de 3 de maio. São empresas “do sector das pescas, que se encontravam já intervencionadas, após abandono pelos seus proprietários” e a sua nacionalização “era há muito aguardada”.

Ouro revalorizado
A 10 de maio o Banco de



Em ambos os casos é uma inversão das políticas recomendadas pelo FMI nos anos anteriores. Mas logo em 1981 verifica-se um forte arbrandamento da economia portuguesa.

Mais ainda, o défice externo, medido pela balança corrente e de capital, regressa em 1980. Só vai aumentar nos anos seguintes. “A extensão da deterioração da balança corrente não se tornou clara até bem dentro de 1981”, reconhece o FMI.

Também o défice público se agravou em 1980, com o Banco de Portugal a alertar que “o nível de desequilíbrio atingido pelas contas do sector público não pode deixar de constituir motivo de preocupação”. É para este ponto que Abel Mateus aponta baterias: “Não se controlou o défice orçamental, que continuou em 1980 e nos anos seguintes a ser bastante elevado.” Acresce que “o controlo do crédito foi completamente furado pela subida do crédito externo via empresas públicas”, vinca.

Um novo acordo com o FMI começa a ser discutido em 1980 por Cavaco Silva com uma equipa do Fundo liderada por Teresa Ter-Minassian. Mas a morte de Sá Carneiro interrompe o processo. Cavaco Silva já não faz parte do Executivo seguinte, liderado por Francisco Pinto Balsemão. Acaba por ser o IX Governo Constitucional, liderado por Mário Soares, a fechar um acordo com o FMI, em 1983. A condicionalidade imposta ao país foi bem mais dura do que nos anos 70.

slourenco@expresso.imprensa.pt

Cavaco Silva, ministro das Finanças de Sá Carneiro, era até então (quase) desconhecido para a maioria dos portugueses

FOTO ARQUIVO A CAPITAL

Desvalorização deslizante: a ideia veio do MIT

Crawling-peg implementado a partir de 1977 ajudou Portugal a superar os problemas do défice externo

A política económica em Portugal na década de 70, após a Revolução de Abril, contou com uma assessoria de luxo: economistas do Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos Estados Unidos. E há um nome incontornável nesta relação de Portugal com o MIT, José Silva Lopes. O ministro das Finanças dos II e III Governos Provisórios e governador do Banco de Portugal entre 1975 e 1980 tinha contactos na famosa universidade norte-americana, nomeadamente com o professor Richard Eckaus — anos mais tarde galardoado pelo Presidente da República Aníbal Cavaco Silva com a Grã-Cruz do Infante D. Henrique —, que trouxe vári-

as equipas de economistas do MIT a Portugal.

No início de 1977, já com Silva Lopes no Banco de Portugal, uma crise da balança de pagamentos obriga a uma desvalorização do escudo em 15%. Contudo, “a situação continuou a piorar. E no verão de 1977 estávamos numa situação extremamente difícil”, recorda Silva Lopes no livro “Memórias de Economistas”, revelando que “chegámos a ter reservas que davam para pagar só um dia de défice”.

Nessa altura estavam em Portugal os economistas do MIT Rudiger Dornbusch e Paul Krugman — futuro Nobel e na altura um jovem estudante. “O Rudiger Dornbusch trouxe a ideia do *crawling-peg* (desvalorização deslizante) do escudo. Foi uma ideia brilhante que introduziu na nossa política financeira e mudou todo o contexto”, conta Silva Lopes no livro.

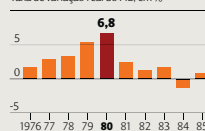
Como funcionava? O regime consistia no anúncio de uma taxa de desvalorização mensal do escudo, inicialmente fixada em 1%, face a um cabaz de moedas dos principais parceiros comerciais portugueses. Em 1978, no âmbito da negociação de um acordo de estabilização com o Fundo Monetário Internacional (FMI), Portugal faz nova desvalorização discreta do escudo, de 6,1%, e aumenta a taxa de desvalorização mensal para 1,25%. São também introduzidos limites quantitativos à expansão do crédito bancário.

Mas em fevereiro de 1980, com a economia a sofrer o impacto de novo choque petrolífero, o Governo Sá Carneiro, com Cavaco Silva na pasta das Finanças, avança com um pacote anti-inflação onde se destacava a revalorização do escudo em 6%. Ainda assim, manteve-se o regime de desvalorização deslizante ao ritmo de 0,75% ao mês. Só no verão desse ano, quando era já certo que a taxa de inflação ficaria abaixo da meta de 20%, essa taxa baixou para 0,5%. Contudo, foi aligeirado o controlo do crédito e o défice das contas públicas continuou a agravar-se. Um novo acordo com o FMI, em 1983, acentuou a desvalorização do escudo.

1980: DÉFICE ORÇAMENTAL SEM CONTROLO

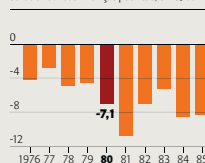
ECONOMIA PORTUGUESA ACELERA

Taxa de variação real do PIB, em %



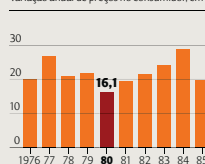
DÉFICE DAS CONTAS PÚBLICAS AGRAVA-SE

Saldo anual das finanças públicas, em % do PIB



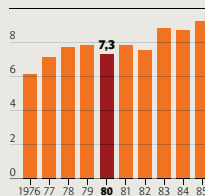
INFLAÇÃO BAIXA DA FASQUIA DOS 20%

Variação anual de preços no consumidor, em %



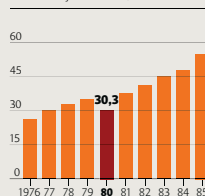
PRIMEIRA QUEDA NO DESEMPREGO DESDE 1974

Taxa de desemprego da população com 16 e mais anos, em %



RÁCIO DA DÍVIDA PÚBLICA RECUA

Dívida bruta consolidada das Administrações Públicas, em % do PIB



FONTE: SÉRIES LONGAS DA ECONOMIA PORTUGUESA (INE E BANCO DE PORTUGAL)

INFLAÇÃO RECUA, MAS SOBE LOGO DEPOIS

Com a economia portuguesa e mundial a sofrer o impacto de novo choque petrolífero, o Governo avança com um pacote anti-inflação, que consegue aliviar a escalada dos preços. Mas o alívio é temporário, e a escalada dos preços volta a acentuar-se logo no ano seguinte. A economia acelera em 1980, impulsionada pela procura interna — investimento e consumo —, na sequência do aligeiramento do controlo do crédito e do aumento real dos salários — invertendo a política dos anos anteriores. E o desemprego desce pela primeira vez desde a Revolução de Abril de 1974. Mas o défice das contas públicas continua a agravar-se e não foi controlado. Até porque a atualização do salário mínimo e de prestações sociais como as pensões pressionou a despesa. No ano seguinte, a economia portuguesa irá arbrandar e o défice das contas públicas agravar-se ainda mais.

Portugal é autorizado a revalorizar as reservas de ouro.

Situação difícil na TAP

A TAP é declarada empresa em “situação económica difícil” a 12 de julho.

Indemnizações

A 18 de agosto é regulada a “entrega dos títulos representativos das obrigações emitidas para

pagamento das indemnizações devidas pelas nacionalizações ou expropriações”.

Salário mínimo e pensões “Governo decidiu aumento apreciável do salário mínimo e das pensões”, lê-se a 30 de agosto.

Gestor público “Estatuto do Gestor Público

inconstitucional por violação da competência do Parlamento”, diz o Expresso a 25 de outubro.

TAP fecha? Energia aumenta “Ministro dos Transportes poderá “fechar” a TAP?” é o título de uma notícia publicada a 20 de dezembro em que se lê que “fontes bem informadas revelaram ao Expresso que a TAP poderá

encerrar, caso se concretizem as anunciadas greves de alguns dos sindicatos da empresa. Segundo apurámos, o SITEMA (Sindicato dos Técnicos de Manutenção de Aeronaves) declarou já que entrará em greve, por tempo indeterminado, a partir da próxima terça-feira — o que poderá apressar o encerramento da transportadora nacional. Isso

mesmo foi transmitido, ainda que implicitamente, pelo ministro dos Transportes ao Conselho de Gerência da empresa numa carta”. Na mesma edição há uma notícia com o título “agravamento de 11% nos custos da eletricidade”, consequência já do conflito entre o Irão e o Iraque.

PEDRO LIMA
plima@expresso.imprensa.pt



EXPRESSO.PT Leia mais no site do Expresso sobre os 22 anos da Bluepharma e o investimento que está a ser feito na produção de medicamentos genéricos potentes

Bluepharma abre fábrica de genéricos

Unidade custou €30 milhões e vai fazer medicamentos de alta potência para o cancro

ANA SOFIA SANTOS

A Bluepharma estreia uma nova unidade de fabrico 22 anos depois de ter ficado com a operação da Bayer em Portugal. Vai produzir medicamentos genéricos de alta potência em Eiras, na região de Coimbra, onde a companhia nasceu, em 2001, quando uma equipa de gestores agarrou na 'Fábrica de Aspirina', localizada em São Martinho do Bispo.

O investimento soma €30 milhões — apoiado em 20% por fundos do Portugal 2020, dos quais 10% a fundo perdido — e a área de implantação são oito mil metros quadrados. Vão ser criados 100 novos postos de trabalho.

Com passos firmes, Maria Isolina Mesquita, vice-presidente da Bluepharma e responsável pelas operações industriais, conduz-nos pelos corredores das instalações, que foram inauguradas na quarta-feira. A administradora teve um papel fundamental na passagem do conhecimento da Bayer — onde era a diretora-geral em Portugal — para a Bluepharma — e, desde aí, lidera a área de

produção. Além das unidades em Eiras e em São Martinho do Bispo, a farmacêutica tem também um polo em Taveiro, onde fica a plataforma logística e a marca própria Bluepharma Genéricos.

"É uma fábrica diferente", começa por dizer Maria Isolina Mesquita, e explica que naquelas salas contíguas vão ser produzidos comprimidos e cápsulas de elevada potência, para uso hospitalar, destinados a tratar o cancro. Mas o investimento maior, na ordem de €70 milhões, está no desenvolvimento, em conjunto com as parceiras alemãs Helm e Welding, dos 20 dossiês — que possibilitam a Autorização de Introdução no Mercado (AIM) — de genéricos oncológicos que a Bluepharma tem em carteira para licenciar a clientes internacionais. Seis destes medicamentos, que custaram cerca de €20 milhões às três parceiras, já estão vendidos e a respetiva produção passará a ser feita na nova unidade.

Os fármacos com uma elevada capacidade terapêutica têm uma toxicidade muito elevada, o que obriga a que sejam manipulados em contenção,

TRÊS PERGUNTAS A

Paulo Barradas Rebelo

Presidente da Bluepharma

1 Esta fábrica é diferente?

1 Sim, fazemos medicamentos com uma atividade farmacológica muito alta e, também, tóxicos. As máquinas retêm todas partículas e não existe exposição do operador.

2 Os fármacos potentes são uma tendência?

2 São. Temos mais substâncias e mais ativas porque conseguimos ser mais precisos no alvo.

3 É uma vantagem competitiva para Portugal?

3 Sem dúvida. Na Europa não há muitas destas fábricas. São medicamentos muito caros e este projeto traz ao mercado a um custo baixo fármacos genéricos para o cancro de alta qualidade e sofisticados.



Maria Isolina Mesquita e Paulo Barradas Rebelo, gestores da Bluepharma FOTO NUNO BOTELHO

para que o operador dos equipamentos não seja exposto a nenhuma partícula. Por isso ali as máquinas são manuseadas através de luvas especiais (como aquelas que vemos nos filmes ou em documentários quando está em causa uma possível contaminação biológica por um vírus, por exemplo). "Não há contacto entre o pó e o operador", explica Maria Isolina Mesquita.

Reindustrializar a Europa

Não existem muitas fábricas com estas características na Europa, salienta, por sua vez, o presidente da empresa, Paulo Barradas Rebelo, enfatizando a importância da unidade para a reindustrialização do Velho Continente — numa altura em que as vulnerabilidades neste

sector estão expostas, com a escassez de muitos princípios ativos. A capacidade produtiva da unidade de Eiras são 300 milhões de unidades de formas sólidas orais potentes por ano, muito acima das necessidades do mercado hospitalar interno, que consome cerca de 42 milhões. O foco do laboratório permanece a exportação.

A Bluepharma é aquilo que na gíria do sector farmacêutico se chama CDMO — Contract Development and Manufacturing Company —, ou seja, um centro de desenvolvimento e fabrico de medicamentos para terceiros. "Produzimos, sobretudo, para outras companhias — mas também para a Bluepharma Genéricos — e exportamos 90% da produção" com destino a cerca de 40 países, indica Paulo Barradas Rebelo.

A farmacêutica transformou uma unidade industrial (a ex-Bayer), com 58 empregados, e que fornecia o mercado nacional, num grupo farmacêutico com mais de 750 colaboradores, delegações ativas em três países (Angola, Moçambique e EUA) e que passou de um volume de negócios de €3 milhões para €55 milhões por ano no que toca à produção industrial.

Somados outros negócios, como os genéricos de marca própria e a consultoria em ensaios clínicos, a faturação ascende aos €70 milhões. Em 2022 foram vendidos 34 milhões de embalagens, fruto de cerca de 400 AIM em produção, das quais 110 são de fármacos comercializados em Portugal.

assantos@expresso.impresa.pt

opto®



Por uma nova forma de ver a SIC.

#OLÁ OPTO

MAIS DE 10 MIL HORAS DE CONTEÚDOS ONDE E QUANDO QUISERES!

VÊ ATÉ DOIS DISPOSITIVOS EM SIMULTÂNEO E PARTILHA COM UM FAMILIAR OU AMIGO.

A PARTIR DE €3,99

Começa a ver em Opto.sic.pt ou descarrega a aplicação para os teus dispositivos preferidos



TURISMO

Faltam trabalhadores e vão nascer 65 hotéis em Portugal em 2023

Grupos estão a fazer aumentos e a elevar o **salário mínimo para €900 ou €1000**, mas, com o turismo a crescer, a falta de pessoal está a agravar-se

Textos **CONCEIÇÃO ANTUNES**

Portugal prepara-se para mais um bom ano turístico, pelo menos igualando os resultados-recorde de 2022, e, apesar da conjuntura internacional turbulenta que impacta no bolso dos viajantes, o problema dos hotéis não é conseguirem clientes, mas sim trabalhadores para assegurar a operação.

“Prevê-se a abertura de mais 65 hotéis em Portugal em 2023, e vai ser necessária mão de obra para acudir a essa situação”, adverte Bernardo Trindade, presidente da Associação da Hotelaria de Portugal (AHP), lembrando que o sector do turismo conta com cerca de 450 mil trabalhadores e “perdeu 45 mil registos na Segurança Social durante a pandemia, que ainda não conseguiu recuperar, quando entretanto abriram novos hotéis ou restaurantes, e tudo isso requer mão de obra. O turismo lidera os crescimentos salariais, as empresas estão num esforço grande para conseguir pessoal, mas é um equilíbrio precário”.

“O problema de escassez de pessoas para trabalhar no alojamento e restauração piorou, cerca de 45% das empresas dizem estar a laborar sem trabalhadores suficientes”, reitera Ana Jacinto, secretária-geral da Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP), enfatizando que o canal Horeca (hotéis, restaurantes e cafés) “empregou menos 34.100 trabalhadores em 2022 face a 2019, dos quais menos 31.375 na restauração e 2725 no alojamento, segundo dados do INE”. Cita ainda um estudo feito em 2022 pelo World Travel & Tourism Council (WTTC), “que analisou a escassez de mão de obra em Portugal, concluindo que faltam cerca de 49 mil trabalhadores no sector”.



O turismo gerou €21,1 mil milhões em 2022 e ainda não repôs os 45 mil trabalhadores que perdeu com a pandemia

“Não tenho dúvidas de que no verão as nossas empresas vão sentir ainda com mais intensidade este problema da falta de mão de obra. Se hoje já temos muitas empresas a trabalhar com bastantes dificuldades, esta escassez de trabalhadores vai tornar tudo ainda mais difícil e corremos o risco, indesejado, de baixar a nossa qualidade de serviço”, adverte a responsável da AHRESP.

Pestana pôs hotéis inteiros só a alojar trabalhadores

Os 65 novos hotéis em 2023, segundo contas da AHP, são um fator a agravar a falta de trabalhadores já sentida no mercado. O grupo Pestana, o maior em Portugal, com um portefólio de 108 hotéis, está em fase de contratar pessoal também para duas novas uni-

“O peso fiscal sobre rendimentos de trabalho é o principal motivo para as empresas não pagarem salários mais elevados”, frisa a secretária-geral da AHRESP

dades a abrir este ano em Lisboa: uma pousada em Alfama, no início de abril, e um hotel na Rua Augusta, em maio.

“A partir de março até meados de junho precisamos à volta de 600 trabalhadores”, adianta José Theotónio, CEO do grupo Pestana, recordando que no ano passado as necessidades até eram maiores, atingindo mil funcionários.

“Tentamos dar alojamento aos trabalhadores sazonais na Madeira, Porto Santo e Algarve. Às vezes arrendamos apartamentos, o que é cada vez mais difícil, mas os nossos hotéis já têm uma parte de quartos para trabalhadores”, refere. “Tivemos hotéis só dedicados a alojar pessoal no ano passado: o Pestana Delfim, no Algarve, e parte do Colombo’s Resort, em Porto Santo”.

O grupo Pestana instituiu em 2023 o salário mínimo de mil euros (incluindo subsídio de refeição) para os cerca de quatro mil trabalhadores em Portugal, oferecendo ainda benefícios como seguro de saúde, apoio psicológico ou mobilidade para trabalhar em outros hotéis, até fora do país.

“No ano passado os trabalhadores do grupo ganharam 15 salários e meio, pela distribuição de resultados em ano bom”, nota José Theotónio. “Este ano

ainda só subimos as pessoas que ganhavam abaixo dos €850 e aguardamos os acordos coletivos para fazer os outros aumentos, que nunca serão abaixo dos 5,1% acordados em concertação social.”

Vila Galé aumenta massa salarial em €4,5 milhões

A Vila Galé, que prepara em 2023 a abertura de quatro hotéis (Alentejo, Tomar e Açores), subiu em janeiro o salário mínimo no grupo para €900, o que abrangeu “cerca de 200 colaboradores, incluindo os sazonais, todos os restantes já tinham salários superiores”, segundo o administrador, Gonçalo Rebelo de Almeida.

Este ano avançou aumentos médios de 11% aos 1350 trabalhadores em Portugal, “num aumento de €4,5 milhões na massa salarial paga pelo grupo”, quantifica o gestor. O grupo está a “recrutar entre 400 e 500 pessoas para reforço sazonal” e “procuramos apoiar os colaboradores quanto a alojamento nos hotéis ou em instalações de apoio”.

O grupo Porto Bay, com 15 hotéis e mais de mil colaboradores, começou no ano passado a oferecer passes sociais, entre outras regalias, como seguros.

“Mas em muitas entrevistas de emprego a primeira preocupação já não é o salário, e sim o horário”, constata o administrador, Bernardo Trindade. Nos aumentos para este ano o grupo diz “acompanhar os contratos coletivos de trabalho, e cumprirmos o que ficar acordado em sede de concertação social”.

Gerindo 20 hotéis com 900 colaboradores, a Amazing Evolution fez este ano aumentos médios de 8%, mas a CEO, Margarida Almeida, adverte para dificuldades na contratação, devido à carga fiscal. “Estas pessoas estão a sair de Portugal, é um problema estrutural”.

A massa salarial já subiu 40% face a 2019 no grupo Hoti, que tem 16 hotéis em Portugal, totalizando 870 trabalhadores, e avançou aumentos médios em janeiro “superiores a 7,5%”.

“Portugal é hoje muito procurado em países como Nepal ou Bangladesh para funções que os portugueses não querem fazer”, nota o presidente da AHP

de acordo com Paulo Sasseti, diretor regional de Operações. “O que estamos a fazer para captar e manter as pessoas são planos de carreira com muita formação, boas condições para receber imigrantes, damos seguro de saúde ao fim de três meses de casa e trabalhamos muito em coesão de equipa com atividades *outdoor*, temos de apaparicar melhor o nosso *staff*”, resume o responsável.

“Sentimos agora que há muitos mais currículos a chegar, nem é preciso pôr anúncios, todas as semanas chegam 30 ou 40 aos nossos recursos humanos, sobretudo de pessoas do Norte de África, Tunísia, Bangladesh ou Nepal, mas também de argentinos e venezuelanos, para não falar de brasileiros”, constata. “Não estamos no sufoco que estávamos há uns meses, graças a Deus. São menos portugueses e mais estrangeiros, mas é o que há.”

Aumento de 8% em 2023, segundo a AHRESP

As associações falam de “um esforço muito grande das empresas para fazer aumentos salariais”, que já vem do ano passado, e, segundo a secretária-geral da AHRESP, a recente contratação coletiva para 2023 resultou em “aumentos salariais perto dos 8%” tanto para hotéis como para restaurantes, como cantinas, refeitórios ou fábricas de refeições — e nestes últimos até “foi possível acordar aumentos salariais já para 2024”. Ana Jacinto frisa serem aumentos superiores aos 5,1% acordados pelos parceiros sociais, e “queremos fazer parte da valorização dos salários e profissões, mas para isso os encargos fiscais sobre as empresas devem ser reduzidos”.

O presidente da AHP nota que “Portugal é hoje um sítio muito procurado em países como Nepal ou Bangladesh para funções que os portugueses não querem fazer”. O recurso à imigração é visto como inevitável, sobretudo através dos acordos que estão na calha com países lusófonos, mas é preciso “resolver o problema da habitação para colocar estas pessoas, além de uma rede de transportes compatível, o que é crítico no Algarve, e é para isso que o PRR serve”, sustenta Bernardo Trindade, enfatizando a importância que deve merecer o turismo, “que em 2022 trouxe ao país €21,1 mil milhões em receitas, 15,4% acima de 2019”.
cantunes@expresso.imprensa.pt

Impostos ‘comem’ aumentos e custam 100% do salário

Melhorias salariais em 2023 não chegam aos trabalhadores de forma equivalente e as empresas querem menos carga fiscal

Os aumentos que os grupos turísticos estão a avançar não têm o respetivo impacto no bolso dos trabalhadores devido à carga fiscal, sendo o peso dos impostos “o principal motivo

que tira capacidade financeira às empresas para pagarem salários mais elevados”, garante Ana Jacinto, secretária-geral da Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP). A associação propôs ao Governo, em novembro, um pacote de medidas para redução dos impostos sobre os rendimentos do trabalho, mas continua sem resposta.

“Os aumentos que se verificam em 2023 estão a sobrecarregar ainda mais os custos com o trabalho e não têm correspondência em termos de mais rendimento disponível para o trabalhador”, salienta a responsável. “Por exemplo, um trabalhador a residir no continente, que não seja casado nem tenha dependentes a cargo, com um salário bruto mensal de €1000, recebia no ano passado €777 líquidos, e a empresa tinha um custo mensal de €1237,50. Considerando um aumento de 7,5% no vencimento deste trabalhador, o salário líquido sobe para €827,75, o que significa mais €50,75 e um aumento de 6,5% no rendimento líquido disponível. Mas para a empresa os 7,5% a mais implicam um gasto

total de €1330,31”, constata, frisando que “a disparidade entre o que custa a empresa e o que é recebido de forma líquida pelo trabalhador é enorme”.

Candidatos a emprego optam por sair de Portugal

A carga fiscal é uma batalha de Margarida Almeida, administradora do grupo Amazing Evolution. “Cada trabalhador custa à empresa mais de 100% do que recebe, e ao fim do mês tenho a sensação de pagar dois salários”, alega a gestora hoteleira, realçando que, com os aumentos recentes, “os salários brutos, no caso de quadros médios/altos, não são muito diferentes dos que se praticam em outros países europeus, como, por exemplo, o Reino

Unido”, mas acabam por ficar ‘engolidos’ por impostos. “Estávamos a negociar a entrada de uma pessoa para receber €1200 líquidos, que custava à empresa mais de €2000 por mês. É uma loucura”, nota a gestora, enfatizando as dificuldades agravadas que se colocam a nível da contratação. “Pessoas que estávamos a contratar para cargos de direção acabaram por se ir embora de Portugal, nem as chegámos a contratar. E isto por causa da carga fiscal”.

Os casos variam muito em função da situação contributiva de cada pessoa, mas dando o exemplo de “um trabalhador casado, com dois filhos, que receba €2000 líquidos, custa à empresa quase €3600, ou seja, o vencimento líquido corresponde a 55% e os restan-

tes 45% são consumidos em impostos e encargos sociais”, refere Margarida Almeida, lembrando que um trabalhador nas mesmas condições a receber €1560 líquidos “custa à empresa €2537”.

“A carga fiscal tem de baixar, o Governo devia ter a coragem de avançar com um ‘choque fiscal’ para haver mais emprego e crescimento económico, senão as pessoas também vão continuar a emigrar, e Portugal precisa desses talentos”, vinca, concluindo que “é preciso alargar o estigma neste país de as pessoas terem de pagar impostos altos para manter a máquina do Estado, sobretudo numa altura em que as empresas, em particular no turismo, estão a fazer um esforço enorme para melhorar salários”.

TECNOLOGIA

Elon Musk, na hora da verdade

Será a ambição a perdição de Musk? Na Tesla e nos centros de lançamentos espaciais, mantém-se a expectativa sobre se consegue recuperar da ida aos infernos



O empresário de origem sul-africana voltou a ser o homem mais rico do mundo esta semana FOTO WIN MCNAMEE/GETTY IMAGES

HUGO SÉNECA

As pessoas normais dificilmente mudam o mundo, mas Elon Musk arrisca-se a ficar mais conhecido pelas mudanças na conta bancária depois de mudar o mundo. No final de janeiro, as ações da Tesla iniciaram uma recuperação bolsista depois de apresentada uma faturação trimestral de 24,3 mil milhões de dólares e um lucro de 12,6 mil milhões de dólares que duplicou face a 2021, no seguimento de um processo na justiça, que revelou que Larry Page, fundador da Google, chegou a ponderar investir na marca. A recuperação haveria de devolver ao empresário sul-africano o título de homem mais rico do mundo, com uma fortuna correspondente a cerca de €176 mil milhões. Mas isso não invalida a questão: de certeza que a descida ao inferno, que levou a Tesla a perder metade do valor bolsista, não volta a repetir-se?

"Musk faz coisas que as pessoas normais julgam ser impossíveis. E com isso cria coisas maiores que a própria vida. Mas no caso do Twitter, há uma novidade. Até àquela altura, Musk distinguia-se por gerar novos projetos, em vez de comprar projetos que já operacionais", descreve Miguel Pina e Cunha, professor da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (Nova SBE) e autor, com Arménio Rego, do livro "Jobs, Musk e Bezos: Génio Insano?".

Pina e Cunha refere os impenhosos gestores como "personagens" e perante o reparo repete o termo, lembrando que os três levaram para os negócios a "representação de papéis para a sociedade". No malogrado Steve Jobs, a imagem de marca vinha das *jeans* e da camisola preta de gola alta. Em Musk, a representação social expressa-se em *tweets* que tanto explanam desinteligências

com a namorada como dão gás ao desrespeito por minorias, fugas de informação privilegiada, ou o achincalho da antiga direção do Twitter.

Pina e Cunha não esconde a admiração por alguém que pega nos muitos milhões da venda do PayPal e aplica-os nos foguetões da SpaceX. "Foi um momento de viragem!", refere.

A viragem confirmou o sucesso com as missões espaciais da SpaceX que devolveram aos EUA a capacidade de enviar astronautas para o espaço e garantiram contratos para o desenvolvimento de cápsulas de alunagem do programa Artemis, mas perfilam-se mais curvas pela frente: "A gota de água surgiu com a proximidade de Donald Trump e a compra do Twitter. Receio que a compra possa revelar-se ruína a curto ou médio prazo. Se o Twitter já dificilmente

Musk queria fazer do Twitter uma superapp para comunicar e que funcionasse como loja ou sistema de pagamentos. Ainda ninguém percebeu como isso vai ser feito

A SpaceX não é cotada em bolsa e essa é uma diferença substancial face à Tesla, que está mais exposta às reações da concorrência e à percepção do mercado

valia os 44 mil milhões de dólares pagos pela compra, com as notícias de abandono de anunciantes, é menos provável que valha esse valor", descreve Stephan Morais, presidente da empresa de capital de risco Indico Partners.

Descontentes ao volante

Entre os acionistas da Tesla, também houve quem desse voz à desilusão na passagem de 2022 para 2023, depois de descobrir as limitações de um gestor que tem de repartir tempo e esforços por quatro empresas de grande potencial para mudar o mundo, e uma quinta que muda a maneira de pensar o mundo.

O facto de Musk ter "penhorado" ações da marca de automóveis avaliadas no correspondente a €21,1 mil milhões terá contribuído para a desvalorização — mas os especialistas garantem que o problema é estrutural. Na década passada, a Tesla tornou-se o "papão" das marcas de automóveis tradicionais, que vinham investindo, paulatinamente, em veículos híbridos, com motores de combustão e eletricidade. Hoje, há quem garanta que a vantagem tecnológica da Tesla face à concorrência é menor, e a rede com 44 mil carregadores dispersos por mais de um continente deixou de ser um trunfo pois tudo indica que, tarde ou cedo, terá de ser abertos a outras empresas devido às regras de concorrência.

Henrique Sánchez, presidente da Associação de Utilizadores de Veículos Elétricos (UVE), acredita que a marca ainda mantém a dianteira do pelotão dos elétricos, mas admite que a ascensão beneficiou do dilema das marcas históricas que sabiam que cada carro elétrico vendido pressupunha menos um carro a combustão. "Os primeiros Teslas tinham péssimos acabamentos. Não era uma marca de automóveis,

mas sim de tecnologias. Hoje, a marca já mostra a qualidade de chassis e pintura das marcas *premium* (de valor acrescentado), mas os concorrentes têm desenvolvido tecnologia e têm vindo a aproximar-se da Tesla", admite o responsável da UVE.

Como a Tesla, a SpaceX também se distinguiu por chegar ao inalcançável com a estreia dos primeiros lançadores reutilizáveis e a consequente descida de preços. Além da constelação Starlink que, tecnicamente, permite dar comunicações em todo o mundo, a empresa tem em agenda cerca de 100 lançamentos para 2023 — e esse número sobressai de sobremaneira face à dezena de lançamentos prevista para a soma das empresas concorrentes do Ocidente.

"Neste momento, a SpaceX é crucial para os programas

Entre os acionistas da Tesla, houve quem desse voz à desilusão perante as limitações de um gestor que tem de repartir tempo e esforços por quatro empresas

A Tesla tornou-se o 'papão' das marcas de automóveis tradicionais. Hoje, há quem garanta que a vantagem tecnológica face à concorrência é menor

espaciais americano e europeu. Tendo em conta que as missões espaciais da concorrência já estão alocadas, é a única empresa que permite enviar mais de duas toneladas para o espaço", lembra Nuno Fernandes, diretor da delegação alemã da Omnidea, que tem vindo a explorar diferentes negócios no Espaço.

A dependência dos programas espaciais americano e europeu face à SpaceX poderá estender-se durante 2023 — mas isso não significa que é Musk quem decide tudo. "Não é Musk quem gere a SpaceX, mas sim Gwynn Shotwell. Foi sempre ela a gestora a tempo inteiro. Musk só define estratégias e objetivos", refere Nuno Fernandes. "Possivelmente, a importância de Musk para a SpaceX é menor do que será para a Tesla", acrescenta.

A SpaceX não é cotada em bolsa e essa é uma diferença substancial face à Tesla, que está mais exposta às reações da concorrência e à percepção do mercado perante as notícias sobre a venda de ações da marca de automóveis e a contração de dívida por parte de Musk para comprar o Twitter.

Ainda a viver em estado de guerra civil, o Twitter anunciou o despedimento de mais 200 pessoas e nem Esther Crawford, gestora que se dispôs a dormir no escritório para poder avançar com a reformulação dos serviços de verificação de autoria Twitter Blue, escapou.

Segundo se diz, Musk queria fazer do Twitter uma *superapp* que tanto permite comunicar com amigos, como funciona como loja ou sistema de pagamentos. Ainda ninguém percebeu ao certo como é que isso vai ser feito. E não é garantido que Musk o saiba também. Até porque, segundo consta, já terá parte da atenção alocada ao desenvolvimento de um concorrente do ChatGPT, a OpenAI.

economia@expresso.imprensa.pt

O UNIVERSO MUSK

SpaceX Recebeu, no início de 2023, 750 milhões de dólares, passando a valer 137 mil milhões de dólares. Além de ser a única empresa ocidental que em 2023 terá a capacidade de levar astronautas e satélites de maior porte para o Espaço, já está a faturar com a constelação Starlink através de comunicações providenciadas à escala global, que vexaram a concorrente Amazon e o rival Jeff Bezos, que tentam encontrar forma de recuperar do atraso da constelação do Project Kuiper. Fundada em 2002, a SpaceX emprega hoje mais de 12 mil pessoas. As contas não são públicas, mas sabe-se que recebeu contratos da NASA de mais de 2000 milhões de dólares. É a nova joia da coroa do império de Musk.

Tesla Continua a empresa mais valiosa de Musk (cerca de 560 mil milhões de dólares), mas está num mercado de consumo com concorrentes consolidados, que nalguns casos são vitais para economias como a alemã ou a japonesa — e que já começaram a apostar as fichas todas nos carros elétricos. Entre abril e o final de dezembro perdeu 65% a 70% do valor bolsista, mas em janeiro soube-se que os lucros duplicaram e a faturação continua a crescer (81 mil milhões de dólares em 2022). A recente revalorização das ações leva a crer que o mercado estará disposto a conformar-se com o facto de Musk ter vendido ações da Tesla para comprar o Twitter. Fundada em 2003, emprega 110 mil pessoas e pretende vender 1,8 milhões de carros até ao final do ano.

Twitter Comprado por Elon Musk por 44 mil milhões de dólares que ninguém sabe ao certo como vão ser recuperados. Na memória fica uma lista de tiradas de mau gosto e legalidade duvidosa e os indícios de que chegou a desistir da compra até perceber que teria de pagar mil milhões de dólares de indemnização; o caso dos selos de verificação de autoria; a debandada de anunciantes importantes; a alegada tolerância do discurso de ódio; o despedimento de mais de metade dos profissionais da rede social; a expulsão, na companhia de segurança, de antigos diretores numa festa de Halloween do Twitter, mal se soube do dia de fecho das negociações; a recontração de parte dos profissionais despedidos; e até o sacrifício de gestores que o ajudaram a arrumar a casa à maneira que desejava, segundo o The Verge. Mesmo para os padrões impiedosos de Wall Street, alguns dos relatos configuram má gestão. Fundada em 2006, poderá não ter mais de 3000 profissionais na atualidade. Já não está na bolsa, mas há estimativas que apontam para um valor total de 41 mil milhões de dólares.

Neuralink e Boring Company Fundada em 2017, a Boring Company tem como objetivo desenvolver transportes urbanos que se deslocam no subsolo como o metro. Há vários projetos anunciados que nunca chegaram a confirmar-se. Está avaliada no correspondente a €5,2 mil milhões. Fundada em 2019, a Neuralink é a principal aposta para a área da saúde — e tem no desenvolvimento de próteses e *chips* para incorporação no cérebro a principal missão. Está avaliada no correspondente a €1,1 mil milhões.

Novos desafios pedem a solução de Gestão de Frotas

Com monitorização em tempo real dos seus veículos, para otimizar rotas e poupar combustível. Escolha uma solução digital Vodafone Business. Escolha uma rede preparada para o futuro.



vodafone.pt/business



Together we can

vodafone
business



COM O APOIO:



Revitalizar Portalegre é essencial para fixar mais população

Interior Repovoar os territórios de baixa densidade é um desafio para distritos como Portalegre, onde 70% dos estudantes do ensino superior são de outras paragens. Reter jovens é o desafio

A região onde o emprego vai à procura do aluno

Textos FRANCISCO DE ALMEIDA FERNANDES
Foto TIAGO MIRANDA

Nos últimos 10 anos, o Alto Alentejo perdeu mais de 13.500 habitantes, uma realidade que está alinhada com a tendência de redução de residentes em toda a região do Alentejo. Esta última foi, de acordo com o Censos 2021, a zona do país que mais encolheu em população. A exceção à regra verificou-se em Odemira, eleito o concelho que mais cresceu, em virtude do aumento da imigração para as atividades agrícolas, um espelho de como a dinamização económica local pode ser a chave para atrair mais pessoas. No distrito de Portalegre, Luís Loures considera que o instituto politécnico que lidera ajuda “à fixação de jovens” e que “é o principal contribuinte líquido para a atração” dos mais novos. “Cerca de 70% dos nossos estudantes vêm de fora do Alentejo”, apontou o presidente da instituição de ensino superior durante a conferência itinerante que assinala os 50 anos do Expresso, que decorreu em Portalegre.

Se considerarmos o número de habitantes da capital do distrito, cerca de 22 mil pessoas, entre alunos e funcionários do Instituto Politécnico de Portalegre representa 20% do capital humano do município. O desafio, porém, é reter os jovens ali formados, uma missão que Luís Loures tem procurado tornar bem-sucedida através da criação de uma oferta formativa com forte ligação à economia real. “Temos unidades de investigação em paralelo com a oferta formativa e através desses projetos facilitamos aos estudantes a possibilidade de de-

Expresso

P POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

CONFERÊNCIAS 50 ANOS À boleia do roadshow que faremos pelo país, inserido nas comemorações do 50º aniversário, o Expresso organiza várias conferências para perceber os desafios e as estratégias de desenvolvimento das diferentes regiões. Portalegre foi a última paragem, em parceria com o Instituto Politécnico de Portalegre.

envolverem as suas competências ao nível da investigação e inovação”, aponta. Além disso, a proximidade com empresas como a Delta ou a Sofitinsa (subsidiária da IBM) permite absorver no território uma parte da mão de obra qualificada. “Em muitos domínios [do ensino] não é o aluno que vai à procura de emprego, é o emprego que vai à procura do aluno. Isso é uma vantagem”, acrescenta Luís Loures.

Do lado das organizações, a proximidade aos centros académicos é vista como estratégica num momento em que a escassez de talento é um problema real. A Sofitinsa, afirma Henrique Mourisca, pretende contratar 15 a 20 pessoas por ano para o centro de inovação instalado no campus do Politécnico de Portalegre. “Existem uma apetência [por talento] em termos de mercado e não temos nenhuma limitação em termos de negócio [para recrutar mais trabalhadores]”, garante o diretor-geral. A Delta, nascida e criada em Campo Maior, considera “importante” manter a sede nesta zona do país e assegura que conti-

MELHORES FRASES



“Temos de mostrar que é possível a partir de territórios do interior fazer a diferença e criar as condições para que os mais jovens e menos jovens se possam fixar e constituir família aqui”

Luís Loures
Presidente do Instituto Politécnico de Portalegre



“O problema [do desenvolvimento do interior] não está na estratégia, está na capacidade que as pessoas [que decidem] têm para desenvolver estes projetos”

Carlos Nogueiro
Secretário-executivo da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA)



“Temos de passar o conhecimento da academia para a economia. Penso que esse é o grande desafio”

Ricardo Campos
Presidente do Fórum Energia e Clima

nuar a empregar localmente. “Nos últimos dois anos investimos mais de €20 milhões nas nossas unidades produtivas na região e o objetivo é crescer”, diz Miguel Ribeirinho, *corporate affairs* da empresa.

Fundos comunitários são oportunidade

Um dos maiores entraves ao desenvolvimento da região prende-se com a falta de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, o que faz de Portalegre a única capital de distrito sem ligação direta à autoestrada. “As acessibilidades são um problema que está mais do que sinalizado em termos estratégicos para o território”, reconhece Carlos Nogueiro, secretário executivo da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA). A eletrificação da linha ferroviária do Leste é igualmente uma prioridade para “reforçar o transporte de passageiros para o Alto Alentejo, mas sobretudo de mercadorias”. O abandono que pinta as paredes e a envolvente da atual estação de comboios de Portalegre, a cerca de 15 quilómetros do centro histórico, é um indicador do necessário investimento nestas infraestruturas. O Plano Ferroviário Nacional, cuja consulta pública terminou a 28 de fevereiro, é um balão de esperança para os autarcas locais.

De acordo com a CIMAA, a região está atenta às agendas mobilizadoras do Plano de Recuperação e Resiliência para canalizar investimento para o desenvolvimento do Alto Alentejo. “Esta comunidade intermunicipal, no quadro do Portugal 2020, é das que tem maior taxa de execução. Temos 97% e uma taxa de compromisso de 17%”, assinala Carlos Nogueiro. Será assim, por via da dinamização da economia regional, que o território conseguirá atrair mais jovens e população qualificada.

economia@expresso.imprensa.pt

RETRATO DO ALTO ALENTEJO

POPULAÇÃO	2011	2021
Residente	118.506	104.923
Jovens até aos 15 anos	12,8%	11,8%
Em idade ativa (15-64 anos)	60%	58,3%
Idosos (65 ou mais anos)	27,2%	29,9%
Idosos por cada 100 jovens	213	253,5
Com nacionalidade estrangeira	2,3%	2,1%
Com Ensino Superior	9,6%	14%

RESIDENTES POR MUNICÍPIO

Município	2011	2021
Portalegre	24.930	22.340
Elvas	23.078	20.730
Ponte de Sor	15.248	16.722
Campo Maior	8.456	8.042
Nisa	7.450	5.952
Sousel	5.074	4.360
Avis	4.571	3.812
Gavião	4.132	3.394
Crato	3.708	3.225
Castelo de Vide	3.407	3.116
Alter do Chão	3.562	3.044
Marvão	3.021	3.512
Monforte	3.329	2.992
Fronteira	3.410	2.858
Arronches	3.165	2.789

FONTE: INE, PORDATA

SUSTENTABILIDADE COMO OPORTUNIDADE

AMBIENTE Além da instalação de uma nova barragem na região, com produção hídrica e fotovoltaica, Portalegre destaca-se no tema do hidrogénio. O Instituto Politécnico criou, em 2021, a Academia do Hidrogénio, para a formação de talento nesta área, e dispõe, através da incubadora BioPip Energia, de equipamentos para experimentação e investigação.

11,5%

é a percentagem de residentes que Portalegre perdeu na última década. Nisa foi o município com maiores perdas, enquanto Castelo de Vide e Campo Maior foram os que menos habitantes perderam. Com um território cada vez mais envelhecido, o maior desafio do Alto Alentejo é inverter a tendência e apostar em estratégias de atração e retenção de jovens.

PORTALEGRE QUER MAIS EMPRESAS

INCENTIVOS A capital do distrito quer tirar partido da localização triangular entre três importantes cidades ibéricas — Lisboa, Porto e Madrid —, bem como do talento formado no território. O município oferece redução de 70% em taxas de realização, reforço e manutenção de infraestrutura, de 30% no IMI e 0% de taxa de derrama para empresas no parque industrial.

€171

milhões é o valor da construção da barragem do Pisão, um sonho antigo da região. Cerca de €120 milhões têm origem no PRR, num investimento que deverá ocupar mais de 10 mil hectares

PODCAST

Como escapar ao *burnout*?



Francisco Miranda Rodrigues, bastonário da Ordem dos Psicólogos, foi o convidado desta semana do “Money Money Money”, para avaliar os efeitos do *burnout* nos trabalhadores e na produtividade

Um estudo global da consultora Mercer, divulgado esta semana, revelou que 81% dos trabalhadores, num conjunto de países que incluiu Portugal, se sentem em risco de *burnout*. O número representa um salto face aos 66% sinalizados em 2020. Stresse e trabalho excessivo que afetaram trabalhadores que lidaram diretamente com a pandemia e que se alargou, mais recentemente, a outros profissionais com novas exigências laborais. Tudo fatores que contribuem para este problema.

“O *burnout* não é propriamente uma doença, é uma síndrome,

uma sensação de exaustão emocional, um certo vazio, e onde sentimos que deixámos de ter o mesmo tipo de energia e recursos para nos relacionarmos com os outros”, explica Francisco Miranda Rodrigues. Cansaço, fadiga, dores musculares e de cabeça, alterações de sono, tensão arterial alterada, “sinais de alerta para nos indicar que provavelmente poderemos estar num processo de *burnout*”, refere o bastonário dos psicólogos portugueses.

As empresas já se começam a preocupar com a saúde mental e a dar condições aos trabalhadores para aceder a consultas com psicólogos, mas é preciso ir mais além para evitar “uma situação que se pode tornar insustentável”, alerta o especialista. Para a evitar é preciso “fazer uma avaliação das causas e atuar”. O que reclama a atenção da “gestão de topo, que deve assumir uma decisão estratégica” para resolver problemas de saúde mental ligados ao trabalho “que causam sofrimento aos trabalhadores e perdas de produtividade”, constata Francisco Miranda Rodrigues, segundo o qual “há evidência científica muito clara sobre a contabilização das perdas”.

Um problema que tem um “peso substancial em Portugal, por termos uma economia com

muitas atividades rotineiras e que resultam da forma como o trabalho está organizado e como as lideranças exercem o seu papel”, aponta. Aspetos “em que a gestão pode fazer muito, tendo em conta como é que as pessoas se motivam para o trabalho e sabendo mais sobre o seu comportamento”. O que traz ganhos em termos de prevenção e de produtividade.



Para as gerações mais novas, que entram agora no mercado de trabalho, a preocupação com a saúde mental ganha mais impulso. “Já aparece no topo das preocupações desta geração se a organização onde vai trabalhar se preocupa com a saúde mental, uma grande novidade para o mercado de trabalho e que coloca desafios à vinculação de talento”, afirma o psicólogo. A dinâmica social do local de trabalho “tem enorme impacto na motivação das pessoas e na produtividade”.

Quando ao agravamento — 66% para 81% dos profissionais em risco de *burnout* —, uma das justificações é a pandemia, “com a rotura que introduziu nas vidas pessoais e profissionais, com o aumento da literacia sobre saúde mental”. Porém, adianta, “o crescimento



FOTO THIAGO MIRANDA

destes problemas já vinha a aumentar antes, bem como a visibilidade que tinham”. Maior consciência das empresas, mudanças na cultura de trabalho e um perfil diferente de liderança, que tem de ter “competências socioemocionais”. Ne-

cessidade que já se estendeu às escolas de negócios, com oferta de formação para os líderes empresariais sobre “a gestão das pessoas, para que a organização seja sustentável”.

AMADEU ARAÚJO
economia@expresso.imprensa.pt

NÚMERO

2,5

milhões de portugueses já sentiram os efeitos do *burnout*

COMPETIÇÃO

Aposta na formação de estudantes



Anualmente a Accenture patrocina competições internas de gestão no IST de onde saem equipas para a prova nacional



Rui Barros, administrador da Accenture Portugal

O IST Management Challenge e o IST Accenture Technology Challenge são duas competições internas do Instituto Superior Técnico (IST), criadas pela SDG à semelhança do Global Management Challenge que treinam competências de gestão nos estudantes. As melhores equipas têm passaporte para a prova nacional.

Nos últimos 15 anos estes dois programas já envolveram mais de 22 mil alunos da cadeira de Gestão, transversal a vários cursos e da cadeira de Gestão de Projetos de Engenharia dos quarto e quinto ano dos mestrados de Engenharia Eletrónica e Computadores do IST. “São programas que desafiam jovens universitários a mostrarem as suas competências na tomada de decisões estratégicas de uma empresa”, explica Rui Barros, administrador responsável pela área da tecnologia da Accenture Portugal. Explica ainda que estas duas iniciativas que apoiam fazem parte de um conjunto de ações que a Accenture promove para se posicionar no sector tecnológico como uma das entidades empregadoras mais relevantes

e conhecer e apoiar alunos que se diferenciem pelo seu desempenho e pensamento analítico. É que nestes desafios os estudantes desenvolvem competências que a multinacional valoriza na hora de contratar como o trabalho em equipa, a assertividade na comunicação e o pensamento analítico. As equipas com o melhor desempenho transitam para o Global Management Challenge. “A competição nacional testa algumas competências essenciais no mercado de trabalho, como a gestão de stresse, de relações interpessoais, de conflito, visão estratégica ou processo de tomada de decisão, as quais, em conjunto, formam perfis bastante valorizados no dia a dia das empresas. É um momento importante para a consolidação de competências de gestão e para uma maior noção do impacto das áreas de tecnologia nos resultados das organizações”, finaliza Rui Barros.

MARIBELA FREITAS
mfreitas.externo@imprensa.pt

Melhor do que ser Banco do ano, é evoluir consigo.

O BPI FOI ELEITO BANCO DO ANO 2022, EM PORTUGAL, PELA REVISTA THE BANKER, DO GRUPO FINANCIAL TIMES.

O BPI agradece esta distinção e dedica-a especialmente a todos os seus Clientes e Colaboradores.



Saiba mais em bancobpi.pt



BANCO BPI, S.A. registado junto do Banco de Portugal sob o n.º 10.

Este prémio é da exclusiva responsabilidade da entidade que o atribuiu.



MARCAS COM HISTÓRIA

Expansão Ao longo dos anos, a empresa engordou com crescimento orgânico e aquisições no país. Em Avanca está a investir €25 milhões na linha de bebidas de cereais, mas já tem mais projetos no horizonte

Nestlé reforça investimentos em Portugal

Textos **MARGARIDA CARDOSO**



Norá há um aroma adocicado, com um travo de baunilha, por vezes cortado por café, a envolver o complexo industrial. “Cheira ao que estamos a fazer, farinha láctea, cereais de pequeno-almoço, bebida de cereais com café”, traduz Rodrigo Bernardino, diretor da fábrica de Avanca, antes de abrir a porta da unidade onde se produzem *snacks* para os mais novos.

É a linha de produção mais recente deste complexo, escolhido em 2019 pela multinacional suíça para fazer os novos *snacks*, num investimento de €11 milhões, que confirmou “a confiança do grupo nas competências especiais de Avanca”, dotando a fábrica de meios para produzir anualmente 300 toneladas de diferentes referências da nova marca exportada para 30 países, sublinha. Ali, como nas linhas de cereais de pequeno-almoço, farinha láctea e flocos de cereais visitadas pelo Expresso, tudo está automatizado, num percurso que deixa o produto longe da mão humana até à fase final de embalagem, sob sucessivos controles de raios-X, imanes, peneiras vibradoras e inteligência artificial. E a tudo isto juntam-se provas diárias de amostras recolhidas de duas em duas horas.

Ao todo, são 27 linhas de produção para fazer 41 mil toneladas de 253 referências de diferentes produtos: comida infantil, soluções de cereais, cereais de pequeno-almoço, bebidas de cereais, leite em pó para abastecer quase todas as máquinas de *venting* da Europa, produtos para o canal Horeca (hoteleria e restauração) e natas.

Neste complexo, ligado por via aérea ao centro de distribuição do grupo, do outro lado da rua, e atravessado por um rio, a quota das exportações é de 65%, mais 15% do que há três anos, a refletir o impacto da nova linha de *snacks* e dos sucessivos investimentos que vão sendo realizados para modernizar e aumentar a capacidade de produção. A olho nu, quem circula entre os diferentes espaços fabris diria que ali não cabe mais nada, mas a Nestlé continua a reforçar em Avanca.

As 90 marcas

Em curso tem um investimento de €25 milhões na renovação total da linha de bebidas de cereais para marcas do grupo comercializadas em Portugal e em mais nove países, o que eleva a fasquia de vendas ao exterior aos 72%. No final do projeto, a capacidade desta linha aumentará 5%. “Os investimentos vão prosseguir. Queremos continuar a crescer em Portugal”, garante Anna Lenz, diretora-geral da Nestlé Portugal, sem adiantar mais pormenores sobre novos projetos para o futuro em vésperas de a empresa comemorar 100 anos de presença no país, a 10 de março, “a olhar para o longo prazo”.

No passado recente, desde 2019, a Nestlé — palavra que significa pequeno ninho em alemão — investiu em Portugal cerca de €219 milhões nas fábricas de Avanca e do Porto (€61,4 milhões) e em marketing e comunicação das suas marcas (€157,3 milhões). E tudo indica que o ritmo é para manter.

No seu universo no país, a Nestlé emprega 2484 trabalhadores e apresentou, em 2021, vendas de €625 milhões, um valor complexo, que junta exportações e vendas no mercado nacional das suas fábricas lusas, assim como as vendas de produtos importados, reflete um crescimento de 9,3% face a 2020 e dá à marca uma quota de mercado de 35,4% nas categorias com as quais está presente no retalho.

No que respeita às exportações, a Nestlé e as 90 marcas que desenvolve em Portugal somaram €102 milhões, mais 20% do que no ano anterior. As contas da empresa relativas a 2022 serão divulgadas apenas a 10 de março, mas, de acordo com os dados do INE, aparece na 11ª posição no *ranking* dos maiores exportadores para a Rússia no ano passado, é 69ª no *ranking* geral de exportações e nas importações ocupa o 37º lugar.

Por segmentos, o café é o negócio que mais vende em Portugal (33%), à frente dos alimentos para animais, que já ultrapassaram a linha de nutrição infantil, a indicar a importância da nova

tendência de consumo “num país em que 60% das pessoas têm cão, gato ou os dois”, nota Anna Lenz. Entre as macro-tendências do portefólio do grupo, a gestora destaca “o mais saudável e o mais sustentável”. No entanto, garante, “o chocolate vai continuar a estar presente na nossa oferta”, ao lado da gama Health Science, com propostas de terapias nutricionais, ou da linha de alimentação vegetal alternativa ao consumo de carne. Os insetos deram origem a uma *startup*, mas para já não parecem querer voar para além da investigação.

Inovações lusas

Em Portugal, onde a idade média dos trabalhadores da Nestlé é de 38 anos e 51% são mulheres, a história da empresa tem sido feita de crescimento orgânico e aquisições várias (ver exemplos na cronologia), tal como noutros países onde a multinacional está presente com fábricas próprias e vende diariamente mil milhões de produtos.

Quando se fala na Nestlé AG, “estamos a falar de uma empresa com um valor em bolsa próximo dos 300 mil milhões de francos suíços (ou euros), quase a maior capitalização bolsista da Europa, a seguir à francesa LVMH, líder mundial de bens de luxo”, nota o economista sénior do Banco Carregosa Paulo Rosa. No mercado, “nos últimos 12 meses, as ações da Nestlé desvalorizaram 10%, mas nos últimos cinco anos valorizaram quase 50%”, acrescenta.

Quando o foco está na Nestlé Portugal, a sua presença em território nacional abarca, além de Avanca, a sede em Linda-a-Velha, onde funciona o Nestlé Business Services (centro de serviços do grupo), a fábrica de cafés de Matosinhos, cinco delegações comerciais e 20 lojas Nespresso. A atividade de investigação e desenvolvimento é feita noutros locais, mas mesmo assim o país vai dando alguns contributos para o grupo. Através do programa Start & Co, lançado em 2018 em parceria com a Nova School of Business and Economics, desenvolveu um novo *snack* livre de 14 alergénicos, uma aplicação de incentivo a compras mais saudáveis e uma outra para a personalização de suplementos em função de objetivos de saúde e bem-estar. Com a Nova Medical School trabalha no Projeto Cereals for All — Desenvolver o Futuro dos Cereais, que junta a indústria alimentar e as ciências da nutrição no desenvolvimento de novos produtos alimentares, como as panquecas feitas com flocos de cereais do grupo.

Num momento de balanço, Anna Lenz destaca “a conjuntura económica e social devido à crise que estamos a viver nas empresas e nos lares da Europa pela guerra na Ucrânia e por fatores como as alterações climáticas” entre os desafios que a empresa tem pela frente, depois de um ano marcado por “subidas dos custos de produção, do vidro, por exemplo, a disparar 60%”. Acredita, no entanto, ter na longa história da empresa e das suas marcas “um confortável pilar de segurança”.

mmcardoso@expresso.imprensa.pt

PORTUGAL E O GRUPO

2000

são as marcas da Nestlé, que tem 354 fábricas, 270 mil trabalhadores e vendas de €87,7 mil milhões em 186 países (2021)

0,6%

é o peso da Nestlé Portugal — com 2484 trabalhadores e vendas de €625 milhões (2021) — no grupo suíço

219

milhões de euros foi o investimento da Nestlé em Portugal desde 2019





NUTRIÇÃO O "Fomento Leiteiro" apoiou a fábrica de Avanca que hoje faz cereais de pequeno-almoço e outros produtos (à esquerda). Um dos concorrentes a "Bebé Nestlé" (em cima). Embalagens antigas e a carta da administração da Nestlé a desejar as melhoras de Egas Moniz, quando foi alvo de um atentado, sobre a ata de constituição da Sociedade de Produtos Lácteos (em baixo)



FOTO RUI DUARTE SILVA



FOTO RUI DUARTE SILVA



FOTO RUI DUARTE SILVA



FOTO D.R.

Do Nobel à agricultura regenerativa

Em Portugal, o grupo suíço trabalha com 68 agricultores e tem a empresa com melhor reputação na Europa

Quando Egas Moniz fundou a primeira fábrica de leite em pó do país, em Avanca, conhecia bem o problema da subnutrição infantil e as deficientes condições de higiene que envolviam a comercialização de leite fresco em Portugal. Conhecia também o trabalho desenvolvido pelo químico Henri Nestlé, na Suíça, desde 1866, para oferecer um substituto do leite materno fácil de preparar e combater a mortalidade infantil. Foi assim que se juntou ao médico Armando Abreu Freire, ao juiz Artur Valente e ao engenheiro Rodolfo Leipold para dinamizar algumas dezenas de produtores de leite de vaca e abrir, a 10 de março de 1923, no lugar de Pental, a Sociedade de Produtos Lácteos, atravessada pelo rio Gonde, onde arrefeciam de forma natural as bilhas de leite durante o processo de produção.

Nomeada fornecedora de farinha láctea, leite condensado e chocolate da Casa Real portuguesa em 1905, a marca suíça só se cruzaria no caminho de Egas Moniz uma década mais tarde: a Sociedade de Produtos Lácteos obtém o exclusivo da produção e venda de referências da Nestlé

no país em 1933, é comprada pelos helvéticos um ano depois e em 1936 inicia a produção da sua farinha láctea em Portugal. Tudo antes de o médico receber o Nobel da Medicina, em 1949. Para a multinacional suíça, apontada atualmente como a maior empresa global do sector alimentar e de bebidas não alcoólicas, "as raízes" nacionais estão precisamente na fábrica de Avanca, terra natal de Egas Moniz, o que significa que este ano comemora 100 anos de presença em Portugal com iniciativas várias, da plantação de uma árvore por cada um dos seus colaboradores no país a uma edição especial do Concurso Bebé Nestlé para ser o rosto do centenário, antecipa a diretora-geral da Nestlé Portugal, Anna Lenz.

A mais reputada

Se a quota do braço nacional do grupo é de 0,6%, aumentando para 2,8% a nível europeu, a Nestlé Portugal destaca-se no ranking interno de notoriedade da multinacional como "a mais reputada na Europa", sublinha. No que respeita à penetração por lar, Portugal também se destaca no top 3, atrás da Suíça e da Áustria.

No passado, na década de 40, para promover a produção de leite a Nestlé apostou no desenvolvimento da zona agrícola leiteira num raio de 60 km à volta

da fábrica de Avanca através do projeto Fomento Leiteiro, que incluiu a importação de vacas de boa genealogia, postos de recolha, assistência veterinária gratuita e até concursos para eleger a melhor vaca e incentivar os produtores.

Em 2023, nas comemorações do centenário, a projetar o futuro "para que venham mais 100 (anos)", Anna Lenz escolhe "sustentabilidade" como palavra-chave na estratégia do grupo e da Nestlé Portugal, tendo em conta a meta de redução em 50% das emissões de gases com efeito de estufa até 2030 para atingir a neutralidade carbónica até 2050. É um percurso feito em várias pistas, das microalgas que capturam dióxido de carbono no Campus Nestlé, em Linda-a-Velha, às reduções de 72% do consumo de água e de 47% nas emissões de CO₂ por tonelada de produto terminado nas suas fábricas em Portugal nos últimos 10 anos, ou à garantia de que 95% das embalagens do portefólio desenvolvido no país já podem ser recicladas.

A nível global, os números do grupo indicam que "70% da pegada atual vêm dos ingredientes usados, e a proteína animal é o fator mais impactante", nota a gestora para explicar a transformação do portefólio da marca com apostas nas bebidas vegetais ou na gama de produtos gourmet com proteína vegetal, mas também algumas ações em Portugal, como o fomento de práticas agrícolas regenerativas com 68 produtores de cereais do Alentejo, a região onde compra 40% do trigo para as suas fábricas no país, ou o projeto Juntos pelas Abelhas, que já distribuiu mil colmeias por apicultores afetados pelos incêndios, "procurando dar continuidade à produção de mel e à polinização".

TRÊS PERGUNTAS A

Anna Lenz

Diretora-geral da Nestlé Portugal

■ O grupo Nestlé e a Nestlé Portugal mantém relações comerciais com a Rússia? Da fábrica de Avanca, vão produtos para lá?

■ Parámos toda a exportação de produtos não essenciais, como é o caso das máquinas e cápsulas Nespresso, mas continuamos a enviar produtos básicos, designadamente para nutrição infantil, o que inclui referências produzidas em Avanca. O que posso garantir é que tudo o que vendemos para a Rússia respeita em absoluto o que está definido nos embargos que foram sendo impostos às exportações da União Europeia para o país depois da invasão da Ucrânia.

■ É suíça, liderou a Nespresso na Europa e agora está em Portugal. Rodrigo Bernardino, diretor da fábrica de Avanca, é brasileiro. O grupo tem muitos estrangeiros em Portugal? E tem portugueses noutros países?

■ Em Portugal temos 2484 trabalhadores de 52 nacionalidades, adés, até porque o nosso centro de serviços para o mundo (Nestlé Business Services) está a crescer e trabalha com muitos países, o que exige contratações no idioma próprio de cada um deles. E claro que também há portugueses a fazer carreira lá fora. Atualmente, temos 19 expatriados e posso dizer que na Nespresso, onde trabalhei, Portugal se destacava por ser o país com mais expatriados. Os portugueses são muito qualificados, reconhecidos pela sua competência técnica, dedicação e capacidade de adaptação aos diferentes locais.

■ A fábrica de Avanca faz alguns produtos apenas para exportação. Porque é que é Avanca a produzi-los?

■ Temos duas mil marcas no grupo e escolhemos onde as fazemos e vendemos em função das especificidades de cada país. Em Avanca, por exemplo, fazemos bebidas de cereais para Itália e Alemanha. Também fazemos cereais de pequeno-almoço para a África do Sul porque são produtos complexos, que exigem competências específicas e esta fábrica é reconhecida no grupo precisamente por isso. Tem recebido produtos de outros países e tem sido escolhida para novos lançamentos. O investimento de €11 milhões na nova linha de snacks saudáveis infantis Nutripuffs, em 2019, é indicador desse reconhecimento no país, escolhido frequentemente para experiências-piloto devido à competência e à abertura que mostra para fazer coisas novas. No que respeita ao consumo, também é muitas vezes escolhido para testar novos lançamentos exatamente por essa abertura dos portugueses ao que é novo e pela menor escala do mercado.



CRONOLOGIA

1923 A 10 de março é fundada a Sociedade de Produtos Lácteos, Lda, embrião da Nestlé em Portugal

1933 A fábrica obtém o exclusivo da produção e venda de produtos Nestlé no país

1934 A Nestlé compra a Sociedade de Produtos Lácteos. Egas Moniz, Prémio Nobel da Medicina (1949), preside à Assembleia-Geral até à sua morte (1955)

1935 Horácio Barata, hoje reformado da Nestlé, vence o primeiro concurso "Bebé Nestlé"

1945 Lançamento do "Fomento Leiteiro", que inclui a importação de vacas de boa genealogia e assistência veterinária gratuita para desenvolver a zona leiteira à volta de Avanca

1948 Farinha Láctea Nestlé rebatizada como Cérelac

1971 Arranca a Nestlé Food Services e nasce o Nestum Mel

1972 Surge a marca de bebida de cereais com café Mokambo, primeiro sinal da ambição da empresa nos cafés. Em 1974, Avanca começa a produzir o Nescafé, em 1976 surge a Pental e em 1979 o Ricoré, a que se juntarão outras marcas

1984 Com a compra da Fábrica de Chocolates Rajá, a Nestlé começa a fabricar chocolates em Portugal. Em 1985 adquire a torrefação Tofa

1986 A empresa muda a designação social para Nestlé Portugal, S.A. e lança os cereais de pequeno-almoço. No ano seguinte compra os Cafés Christina e a Sical, a que junta, em 1993, a Montarroio (Buondi)

1999 A Nestlé Portugal torna-se pioneira no grupo a partilhar conhecimento de nutrição com a comunidade no programa de educação alimentar Apece-me

2000 A Nestlé Waters Portugal lança a água Aquarel. O grupo já participava na Sociedade das Águas de Pisões-Moura

2017 No Porto produz o Nescafé Roast & Ground e os cafés Starbucks para o retalho. Em Lisboa nasce o Nestlé Business Services

2019 Investe €11 milhões em Avanca para lançar a linha de snacks saudáveis para bebês Nutripuffs, exportados para 30 países

2021 Inauguração do Campus Nestlé

2022 Lançamento do programa Cereals for All com a Nova Medica Scholl

IMOBILIÁRIO



Inventário Saga da contagem do imobiliário público arrasta-se há pelo menos década e meia

Quantas casas tem o Estado para arrendar?

Textos **JOANA NUNES MATEUS**
Fotos **NUNO BOTELHO**

A “inventariação completa dos bens imóveis dos domínios públicos do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais e dos imóveis do domínio privado do Estado e dos institutos públicos constitui uma necessidade premente”, diz o diploma que corporiza a reforma do regime do património imobiliário público (Decreto-Lei nº 280/2007). Foi aprovada quando o Presidente da República era Cavaco Silva, o primeiro-ministro José Sócrates e o ministro das Finanças Teixeira dos Santos. Década e meia depois, o Estado continua sem saber quantos imóveis tem entre terrenos ou edificado. O Ministério das Finanças, que coordena o inven-

tário, nem responde quando será possível saber.

Agora que o Governo se propõe a forçar o arrendamento de casas vazias de privados, o Expresso foi tentar saber quanto património devoluto do próprio Estado poderia ajudar a resolver a crise da habitação.

“É possível saber quantos imóveis públicos estão devolutos ou disponíveis para uso habitacional de famílias? Em caso negativo, quando será possível saber?”, perguntou o Expresso ao Ministério das Finanças. Segundo o Tribunal de Contas (TC), subsiste a falta do inventário do património do imobiliário público, cuja conclusão chegou a estar prevista para 2012. “Quando prevê o Governo concluir o inventário? O último programa de inventariação foi lançado em 2009-2012. Quando lançará um novo?”, insistiu. O Ministério das Finanças não respondeu.

Em 2020, o TC procedeu à auditoria de inventariação do património imo-



1 Hospital Miguel Bombarda, em Lisboa. 2 Palácio Baldaya, em Lisboa. 3 Quartel Cabeça da Bola, em Lisboa. 4 Edifício da Defesa Nacional, no Porto. 5 Hospital Militar da Estrela, em Lisboa. Estes edifícios emblemáticos foram identificados pelo Ministério da Habitação para arrendamento acessível: “O património que está a ser inventariado é na sua maioria devoluto, o que implica obras, na maioria das vezes, bastante complexas.”

bilário do Estado. Concluiu que, no final de 2019, o Sistema de Informação dos Imóveis do Estado (SIIE), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTf), continha 9495 registos de imóveis do domínio privado do Estado, um quinto dos quais devoluto ou sem ocupação. O problema é que havia o dobro dos registos na base de dados do registo predial do Instituto dos Registos e do Notariado (18.671), quase sete vezes mais na inscrição matricial da Autoridade Tributária (62.597). O TC recomendou então ao Ministério das Finanças que providenciasse “as condições necessárias, designadamente o reforço de recursos humanos da DGTf, para a elaboração do inventário geral”.

Para ultrapassar as limitações do SIIE, a DGTf até iniciou, em 2020, um processo para o desenvolvimento de um novo sistema, o Sistema de Informação e Gestão do Património Imobiliário Público (SIGPIP). O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

Casa com jardim para ela brincar

Expresso

Liberdade para pensar.

Abra uma nova página na sua vida.
Encontre a casa dos seus sonhos
em BPI Expresso Imobiliário.

QUEM COMPRÁ E QUEM VENDE,
NA MESMA PÁGINA.

BPI Expresso
bpiexpressoimobiliario.pt



EXPRESSO.PT Saiba quais são os imóveis públicos mais cobçados pelo sector imobiliário para a construção de habitação no centro de Lisboa e do Porto

BPI Expresso
bpiexpressoimobiliario.pt



até contemplou verbas para o efeito. Contudo, no mais recente parecer à CGE, o TC insiste não ser possível conhecer "o universo de imóveis do Estado". Questionado sobre os zero euros mobilizados do PRR para resolver esta situação, o Ministério das Finanças também não respondeu (ver caixa).

Adeus inventário, olá bolsa

Quem se aventurar pelo *site* da DGTF confirmará que o último relatório publicado sobre o SIE se reporta ao ano de 2016. Se clicar em "imóveis disponíveis", é redirecionado para o chamado Portal do Imobiliário Público, uma medida do programa Simplex que visava disponibilizar informação relevante sobre os imóveis do Estado, designadamente sobre imóveis a vender/arrendar em hasta pública. "Confirma que só há um imóvel — um terreno agrícola em Santiago do Cacém — por vender no portal? Quando haverá mais hastas públicas?" O Ministério das Finanças não respondeu a estas perguntas do Expresso. Também não respondeu quantos imóveis para uso habitacional constam da lista de património sem utilização que ocupou quase meia centenas de páginas no "Diário da República" de 17 de março de 2022 (Despacho nº 3260/2022) no âmbito da transferência de competências para as autarquias locais.

Estes e outros imóveis poderão, ou não, entrar na contagem que o Ministério da Habitação tem andado

a fazer, quer com base no Plano de Reabilitação de Património Público para Arrendamento Acessível (Decreto-Lei nº 94/2019), quer com base no diploma que regulou a realização do inventário do património imobiliário do Estado com aptidão para uso habitacional e a criação de uma bolsa de imóveis do Estado para habitação, no âmbito do Programa de Estabilização Económica e Social (Decreto-Lei nº 82/2020)? Para responder à crise gerada pela pandemia provocada pela covid-19, o anterior Governo de António Costa propôs a criação desta bolsa para "reforço significativo da oferta pública de habitação e, por esta via, da garantia do direito à habitação, tendo presente a estimativa de cerca de 15 mil fogos a disponibilizar a custos acessíveis".

O Ministério da Habitação responde agora que, integrados no património do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), estão já mais de três mil fogos em projeto ou empreitada. A esta contagem acrescentam mais de mil imóveis identificados como devolutos ou disponíveis, que serão alvo de promoção pelo IHRU ou pelos municípios com vista ao arrendamento acessível. Cada um destes imóveis poderá dar origem a múltiplos fogos para arrendamento acessível, caso se trate de um terreno para construir ou de um edifício público emblemático a reconverter (ver fotos).

A título de exemplo, o Ministério da Habitação responde ter já identificado e em fase de projeto imóveis como o edifício da Defesa Nacional situado na Avenida de França, no Porto, ou o Convento da Estrela ou antigo Hospital Militar da Estrela, em Lisboa. Ainda em Lisboa, fonte oficial destaca o Palácio Baldaya, "cuja reconversão já está em marcha, em fase de projeto"; o Quartel Cabeço da Bola, "com pedido de informação prévia aprovado e concurso público já lançado"; o antigo Hospital Miguel Bombarda, "cujo pedido de informação prévia aguarda parecer favorável da autarquia de Lisboa". E terrenos de Almada ou Setúbal "que estão em fase avançada de projeto ou em construção e que permitirão disponibilizar centenas de imóveis".

economia@expresso.imprensa.pt



IHRU comprou 56 casas e quer mais

O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana aguarda propostas de quem tiver prédios ou casas para vender

O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) comprou 56 casas no âmbito da sua nova política de consulta ao mercado para aquisição de prédios e frações habitacionais. "Esta política de aquisição já vem sendo seguida há alguns meses, tendo sido adquirido até à data um conjunto de 56 habitações", diz fonte oficial deste organismo público, no cumprimento do objetivo de aumento do parque habitacional de propriedade pública. O mais recente anúncio está disponível em www.ihru.pt.

"Além da construção de novas habitações e da reabilitação de edifício existente para aumentar a oferta de habitações a rendas acessíveis", o IHRU explica que esta aquisição de casas "visa complementar essa resposta de forma mais célere, colocando assim de forma mais imediata ao serviço das famílias habitações prontas a habitar".

Como vender ao Estado

Qualquer pessoa singular ou coletiva pode apresentar uma proposta para vender prédios habitacionais ou habitações ao IHRU. O importante é que as casas estejam em condições de utilização imediata, sem necessidade de obras de reabilitação ou de conservação em qualquer das áreas e equipamentos que as compõem. O valor máximo que o IHRU pode pagar para

adquirir cada imóvel depende de avaliação independente, que é realizada caso a caso. Os contornos da negociação e demais requisitos estão explicados no portal do IHRU.

O Governo acaba de propor no programa Mais Habitação a redução da carga fiscal em 100% para incentivar, precisamente, a aquisição de imóveis prontos a habitar pelo Estado. Em causa está a criação de um regime de isenção de tributação em sede de IRS sobre as mais-valias resultantes da venda de imóveis ao Estado. Uma medida que aguarda ainda aprovação final.

Para incentivar a venda de mais imóveis ao Estado, o Governo propõe a isenção de tributação sobre as mais-valias em sede de IRS

O IHRU quer comprar casas nos seguintes concelhos: Albufeira, Alcochete, Alcoutim, Aljezur, Almada, Amadora, Arouca, Barreiro, Cascais, Castro Marim, Espinho, Faro, Gondomar, Lagoa (Algarve), Lagos, Lisboa, Loulé, Loures, Mafra, Maia, Matosinhos, Moita, Monchique, Montijo, Odiveelas, Oeiras, Olhão, Oliveira de Azeméis, Palmela, Paredes, Portimão, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São Brás de Alportel, São João da Madeira, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Silves, Sintra, Tavira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Bispo, Vila do Conde, Vila Franca de Xira, Vila Nova de Gaia e Vila Real de Santo António.

Nem com o PRR o inventário avança

No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) 2021-2026, a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) viu aprovados €1,7 milhões de fundos europeus para o desenvolvimento e implementação de um Sistema de Informação de Gestão de Património Imobiliário Público (SIGPIP) e consolidação dos dados existentes nos sistemas de inventariação dos imóveis do Estado. Verbas da 'bazuca' europeia que "visam gerir a informação relativa ao património imobiliário público, a divulgação integrada da informação e promoção da transparência e proximidade com o cidadão, bem como a partilha de informação desta natureza com outras entidades de controlo". Segundo o Portal Mais Transparência — a plataforma pública que permite acompanhar a execução dos fundos europeus —, a data de conclusão deste projeto era 29 de dezembro de 2021. Contudo, até ao final de fevereiro de 2023 as transferências da 'bazuca' europeia para este projeto permaneciam nos zero euros. O Expresso questionou o Ministério das Finanças: por que surgem zero euros executados neste projeto do PRR a cargo do DGTF quando o mesmo projeto deveria estar concluído até 29 de dezembro de 2021? O ministério não respondeu. Mais explicações conseguiu junto do Tribunal de Contas. No seu mais recente parecer à Conta Geral do Estado de 2021, escreve: "Para ultrapassar as limitações do Sistema de Informação dos Imóveis do Estado (SIE), a DGTF iniciou em 2020 um processo para o desenvolvimento de um novo sistema, o Sistema de Informação e Gestão do Património Imobiliário Público (SIGPIP), que agora se encontra previsto no âmbito do financiamento do PRR. Neste contexto, foi assinado o contrato de financiamento entre a Estrutura de Missão Recuperar Portugal e a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (eSPAP), e outro, entre esta e a DGTF, que antecede o lançamento do concurso internacional." O Expresso perguntou ao Ministério das Finanças se já foi lançado este concurso internacional para o SIGPIP. Mas não obteve resposta.

CENTENAS DE CASAS DE RENDA ACESSÍVEL VÃO NASCER NO PALÁCIO BALDAYA, EM LISBOA, NO EDIFÍCIO DA DEFESA NACIONAL, NO PORTO, E EM TERRENOS DE ALMADA E SETÚBAL

FISCALIDADE

Subir o IMT e o IMI não agrada a fiscalistas

Onerar os impostos sobre o património pode não ter um efeito virtuoso na crise da habitação

ANA SOFIA SANTOS

O economista Ricardo Reis defende que aumentar a carga nos impostos sobre o património pode ajudar a travar a especulação nos preços do imobiliário, porém os especialistas em fiscalidade ouvindo pelo Expresso torcem o nariz. “Qual é a medida mais eficaz para travar este aumento dos preços [do imobiliário], já testada e experimentada pelo mundo fora? Aumentar os impostos ou sobre a venda do imóvel (como o IMT) ou sobre a sua propriedade (como o IMI)”, indicou o cronista do Expresso num artigo de opi-

ção, denominado “Taxar casas em vez de as ocupar”. Na sua opinião, “IMI e IMT podem ser usados de forma cirúrgica para resolver o problema das casas vazias”, até porque, “se a casa está vazia porque os proprietários esperam uma grande mais-valia quando a venderem, reduzir essa mais-valia através da taxaçoão pode eficazmente reduzir esse motivo”. E dá exemplos de geografias onde os Governos decidiram separar os contribuintes estrangeiros dos nacionais nos impostos sobre a venda de imóveis, como acontece em Nova Iorque.

O Expresso foi saber junto de três fiscalistas o que pensam da



FOTO JOSÉ FERNANDES

Economista Ricardo Reis defende aumento da carga fiscal sobre o património

subida do IMT e do IMI para se atuar na atual crise da habitação e nenhum alinhamento com Ricardo Reis. Rosa Areias, sócia da PwC responsável pela área de consultoria fiscal, não concorda com a visão de que carregar mais no IMT cobrado aos estrangeiros, incluindo residentes não habituais, é virtuoso para a resolução do problema da habitação, que “é estrutural, resulta de diferentes fatores e não se resolve pela oneração fiscal das transações de imóveis”.

Também não vê como a distinção nas taxas do IMI, ainda que com base noutros critérios, tenha “materialidade para impactar na solução do problema

ou que fosse incentivado à alteração de comportamentos”.

“Crescente diabolização dos estrangeiros” perigosa

O fiscalista e confundador da consultora Ilya, Luís Leon, considera “muito perigosa” a “crescente diabolização dos estrangeiros que vêm para Portugal”. “Muito se fala da despesa fiscal destes regimes fiscais, mas pouco se refere a receita e o PIB que geram.” Crítica ainda a tendência de “em Portugal” se “gostar muito de tentar resolver tudo com base na fiscalidade”, quando o tema da habitação não se soluciona “com mais impostos além dos que temos”. Lembra

que “existem tabelas de IMT distintas para habitação própria e permanente e habitações secundárias” e “IMI agravado para casas devolutas, sem que isso tenha tido um impacto significativo na oferta”.

Já o homónimo do economista e especialista em impostos direitos na Deloitte Ricardo Reis, embora não duvide de que os impostos induzem comportamentos, frisa que “é algo que não acontece da noite para dia, sobretudo quando falamos em impostos sobre o património”. Além disso, “existe um agravamento do IMI para o triplo nas casas devolutas. Vamos aumentar para o sétuplo?”.

assantos@expresso.imprensa.pt

ESPAÇOS & CASAS



Morada vira espaço de eventos

Uma antiga moradia localizada na cidade do Porto foi recuperada e dá agora vida ao Indulgent, um espaço para a organização de eventos.

Prémios do Imobiliário

Estão abertas até dia 15 de junho as inscrições para a quinta edição dos Prémios do Imobiliário, organizados pelo Expresso e pela SIC Notícias.

Índice RE/MAX

A compra de um imóvel é um bom investimento, já que este bem valoriza com o tempo.

Espaços & Casas na SIC Notícias

Sábado às 10h45 Repetição Segunda às 9h45

Programa com o apoio de



EDITAL n.º 11/2023

Aprovação da delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) e da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) do Bairro Ribeirinho, em Faro

Rogério Conceição Bacalhau Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Faro, torna público que a Assembleia Municipal de Faro, em sessão extraordinária do dia 7 de dezembro de 2022, sob proposta da Câmara Municipal n.º 410/2022, de 28 de novembro de 2022, aprovou por maioria, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 13.º e 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) e a Operação de Reabilitação Urbana Simples (ORU) do Bairro Ribeirinho, em Faro, pelo prazo de cinco anos, os quais, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 17.º do mesmo Regime Jurídico, serão submetidos a um período de discussão pública.

O período de discussão pública terá início no 5.º dia útil após a publicação do presente aviso no Diário da República, e decorrerá durante o prazo de 20 dias úteis.

Os elementos relativos à Operação de Reabilitação Urbana poderão ser consultados nas instalações do Departamento de Infraestruturas e Urbanismo da Câmara Municipal de Faro, no Largo de São Francisco, todos os dias úteis, durante a hora de expediente, e na página do Município na Internet, em www.cm-faro.pt.

A formulação de participações deverá ser efetuada por escrito, até ao termo do referido período, e dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Faro, por correio ou, ainda, por correio eletrónico, para o endereço geral@cm-faro.pt com indicação expressa de “Discussão Pública da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) do Bairro Ribeirinho, em Faro”.

Para constar e devidos efeitos se lavra o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo, publicado na 2.ª série do Diário da República, na comunicação social e na página eletrónica do município.

Paços do Concelho, 11 de janeiro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal
Rogério Bacalhau Coelho

Em anexo
Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Bairro Ribeirinho – planta

LISBOA – ALVALADE

MORADIA T9

Grande potencial na Av. Almirante Gago Coutinho. Excel. áreas, 427 m² de área bruta privativa, inserida num terreno de 975 m². Magnífico espaço exterior ao nível do piso 0.

Ref.º: CAS_3744_ €2.250.000. CE: E

www.carpedomus.pt - Lic. AMI 9466
Consultadoria e Med. Imobiliária, Lda.
Tel.: 214 053 760 / 914 553 919

ALCOBAÇA

98 LOTES DE TERRENOS

Junto a Nova Alcobaça, cujas obras de urbanização foram aprovadas pela CM de Alcobaça p/ habitação, comércio e serviços. Ref.º 70326

www.carpedomus.pt - Lic. AMI 9466
Consultadoria e Med. Imobiliária, Lda.
Tel.: 214 053 760 / 914 553 919

MORADIA T8

SÃO BRÁS DE ALPORTEL

Com salões magníficos, áreas exteriores inigualáveis e com jardim com piscina.

680.000€ Ref.º: 9362

SCI - Mediação Imobiliária, Lda.
www.scimob.pt

913 013 021

MORADIA T3

GEMINADA | MARISOL AROEIRA

Equipado com painéis solares AQS, vidros duplos em PVC com oscilobatente.

525.000€ Ref.º: 9428

SCI - Mediação Imobiliária, Lda.
www.scimob.pt

910 984 676

SOLTROIA MAR

EXCELENTE MORADIA T7

Com 6 suites, junto à praia, em Troia. Integralmente remodelada. Dispõe de ar condicionado, painéis solares com bomba de calor, cozinha equipada, sala com lareira. Venha conhecer e usufruir desta fantástica moradia! CE: D.

<https://b.link/bpi803>

www.carpedomus.pt - Lic. AMI 9466
Consultadoria e Mediação Imob., Lda.
Tel.: 214 053 760 / 914 553 919

GLOBALQUINTAS

Sociedade de Mediação Imobiliária, Lda

Mais de 21 anos de atividade com bons valores e sucesso na transação de propriedades de grande charme e prestígio, quintas, herdades, palacetes e prédios

REGIÃO OESTE

Quinta secular brasonada, 15 ha, casa senhorial totalmente recuperada, acabamentos de luxo. De 3 pisos, área bruta privativa de 1702 m², tem 6 suites, um apartamento estúdio e um quarto duplo. Garagem, piscina, terraço e 2 áreas ajardinadas. Terreno fértil muito rico em água, 1 ha de pereiras, diversas árvores de fruto, floresta, 2 espaços de horta. A 50 minutos do aeroporto de Lisboa, a 20 minutos de praias e de Óbidos. CE: E. Preço: Sob Consulta.

www.globalquintas.com • TM: 916 194 308 / 966 265 434

REGUENOS DE MONSARAZ

Herdade c/ 90 ha. Edifícios em ótimo estado de conservação. Área bruta: 1113 m². Monte muito bonito, aquecimento central a gás e painéis solares, casa de caseiros, casa turismo (total 10 quartos). Salão de eventos ou ideal p/ festas particulares. 2 piscinas, uma junto ao turismo e outra na zona de lazer privada. Jardins, 36 ha de vinha castas de qualidade. Adega toda equipada, tertúlia, sala de provas de vinhos, garagens, 26 ha de olival. Armazéns para máquinas agrícolas. CE: A.

REABILITAÇÃO

A minha casa é um palácio

Pés-direitos altos, janelas enormes em madeira, tetos restaurados com minuciosos trabalhos decorativos em gesso ou velhas grades de ferro nas varandas, que conservam a ideia romântica do lar. **Morar num palácio com história, áreas amplas e muito charme é desejo de muitos, mas ao alcance de poucas bolsas**, com preços que começam nos €4500 o metro quadrado

AMADEU ARAÚJO

A recuperação de palácios e palacetes antigos é uma tendência com mais de uma década e que agora se está a transformar num negócio de nicho de mercado, com oportunidades mais escassas, o que tem feito disparar os preços.

"A conversão de palácios em apartamentos de luxo foi uma tentação e um nicho de mercado até 2017-2018, época em que havia maior oferta deste tipo de produtos, embora limitada; mas ainda existem imóveis classificados e mantém-se o interesse das famílias em viverem em apartamentos modernos com o charme de outrora", nota Ricardo Costa, administrador executivo da Luximus Christie's, uma mediadora que trabalha o mercado de luxo e que tem em carteira vários destes imóveis.

São propriedades que têm procura diferenciada, "promotores imobiliários que pretendem converter o imóvel em apartamentos modernos de gama alta, que combinam harmoniosamente o tradicional com o moderno", adianta o executivo.

Também há "clientes que pretendem converter esses imóveis classificados em produtos hoteleiros". Opções que são "apostas ganhas, que conferem ao espaço o charme e o requinte clássico de mãos dadas com o conforto contemporâneo", revela Ricardo Costa, que dá como exemplo o Torel Palace, um hotel de 5 estrelas "onde é bem visível a excelente recuperação do elegante palácio num hotel boutique, no coração do Porto".

Patrícia Climaco, administradora executiva da Castellhana, outra mediadora que opera neste segmento, esclarece que

"os compradores em palácios são habitualmente clientes que procuram uma residência de prestígio e charme ou investidores que desejam reabilitar o imóvel em apartamentos de luxo para arrendamento ou para venda". E lembra que este "é um mercado segmentado, pois existem várias restrições, nomeadamente em relação às fachadas e aos interiores".

Neste tipo de edifícios a transformação e a reabilitação

Os preços de uma casa num palácio podem variar entre os €4500 e os €12 mil por metro quadrado. Há um palacete à venda no Chiado por €13 milhões

exigem maior planeamento, tempo e recursos em obras, que requerem competência especializada", adianta Patrícia Climaco. Trata-se de edifícios "que representam oportunidades para investidores que tenham recursos e know-how para reabilitá-los e transformá-los em ativos rentáveis", explica a responsável da Castellhana. A procura por este tipo de imóveis acabados ou em obra é feita sobretudo por "clientes estrangeiros, que procuram imóveis distintos e de charme em Portugal", adianta.

Há ainda a vantagem de recuperar "imóveis antigos que muitas vezes se encontram devolutos e degradados e assim devolver à cidade edifícios novos, não raras vezes com população jovem, mantendo a traça antiga e o charme do imóvel original", complementa o responsável da Luximus.



CustoJusto.pt



Carro para levar os carrinhos e as fraldas e as chupetas...



Encontre justamente o que procura e muito mais.



Expresso

QUER
ARRENDAR
A SUA
CASA?

ANUNCIE AGORA
POR APENAS

20€*
E POUPE 71.41€



*Por apenas

20€ (IVA incluído)

Anuncie no **caderno de Economia** do jornal **Expresso** durante **1 semana** (33,7 x 62,5 mm) com uma foto e no site **bpiexpressoimobiliario.pt** durante **90 dias**.

Caso necessite de mais algum esclarecimento, não hesite em nos contactar.

CONTACTOS
imo@expresso.pt
Tel.: 214 544 343 (Lisboa)
220 437 054 (Porto)

BPI Expresso
bpiexpressoimobiliario.pt



O movimento de reabilitação urbana colocou a descoberto velhos palácios, que estão a ser transformados em residências e apartamentos sem perder a identidade arquitetónica. FOTOS D.R.



Importante nesta área é a "localização, um dos trunfos destes palácios convertidos em apartamentos citadinos, já que estas casas de famílias abastadas da burguesia portuguesa se situam nas ruas históricas, na Baixa da cidade". Ricardo Costa aponta o Palacete de Cedofeita, no centro do Porto, um edifício do século XIX que "combina história, conforto e design e que foi outrora residência de famílias nobres do Porto".

Aqui surgiram cinco apartamentos de traça clássica, complementada com técnicas de arquitetura contemporânea e elevada qualidade de construção. Numa das áreas do jardim

do palacete construíram-se oito luxuosas moradias modernas. As áreas destes imóveis variam entre os 136 m² e os 301 m² e estão todos vendidos. Foram comercializados "com preços entre os €4800 e os €5411 por metro quadrado".

Patrícia Climaco aponta para uma escala de valores entre os €4500 e os €12 mil, "consoante a localização do edifício, o charme do imóvel, a qualidade dos materiais de acabamento e equipamentos, as infraestruturas e a localização". Como, por exemplo, palacetes transformados em apartamentos no Bairro Alto ou em S. Bento, em Lisboa. "São edifícios que valorizam e que, ao dia de hoje, têm valores

de venda mais elevados", concorda Ricardo Costa.

Outra localização natural para os palacetes das famílias portuguesas é a Foz do Douro, o bairro mais tradicional e luxuoso do Porto, local de eleição para as famílias mais abastadas da cidade. Também aqui surgiram projetos imobiliários únicos a partir da reconversão de antigos palacetes. Exemplo disso "é o exclusivo condomínio Six Villas, na Avenida Montevidéo, situado na primeira linha de mar", aponta Ricardo Costa. O valor de venda de cada moradia rondou os €2 milhões e "já estão todas vendidas", garante.

Onde ainda há oportunidades de investimento é "nas zonas do Bonfim ou de Campanhã, onde o processo de reabilitação da cidade ficou mais atrasado, estando a Câmara e os privados a avançar agora com grandes projetos no chamado Porto Oriental", analisa Ricardo Costa. No Bonfim, um palacete de Art Déco, "imóvel raro e classificado, com projeto aprovado para boutique hotel, com 29 quartos", está à venda por €2,9 milhões. Quando transformados em apartamentos, estes palácios permitem alojamentos mais pequenos, como T0 ou T1, resultado de reabilitações, e que "custam €400 mil", afirma.

Já os apartamentos ou moradias familiares, tipo T4, construídas em palacetes reabilitados na Foz do Douro, rondam os €2,4 milhões.

A Sul a oferta concentra-se entre Cascais e Parede, sem esquecer o centro histórico de Lisboa, onde o Palácio das Flores, no Chiado, está à venda por €13 milhões.

economia@expresso.imprensa.pt

ESCRITÓRIO
ARROIOS
RUA ANTÓNIO PEDRO, 46
 Prédio escritórios, alugo 2.º andar, com 300 m², estacionamento. Trata o próprio.
TM: 919 794 338

sci SANDRA CAMELO Imobiliária

HERDADE T4
VILA VERDE DE FICALHO
SERPA
 Terreno plano, com 190 hectares, abundância de água e encontra-se toda vedada. Possui acesso ao Alqueva.
2.200.000€ Ref.: 9436
 SCI - Mediação Imobiliária, Lda. www.sciimob.pt
961 698 644

SETÚBAL - PINHAL NOVO
EXCELENTE MORADIA T4+1 ISOLADA
 No centro do Pinhal Novo. 3 pisos em lote de 593,5 m². Possui uma área de implantação de 262 m² e uma área de construção de 325 m².
 Ref.º CAS_3581. €495.000. CE: C.
www.carpedonus.pt - Lic. AMI 9466
Consultadoria e Mediação Imobiliária, Lda.
 Tel.: 214 053 760 / 914 553 919

COVILHÃ
TERRENO À VENDA
 Com projeto aprovado para 40 habitações multifamiliares
Área: 600m²

JUNTO AO SERRA SHOPPING

COVILHÃ PREMIUM AP
HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR

CONTACTO DO PROPRIETÁRIO
 tel: 916 999 400
 mail: joaquim.moreira@tetricberica.com

GLOBALQUINTAS
 Sociedade de Mediação Imobiliária, Lda

CALDAS DA RAINHA / ÓBIDOS
(REGIÃO OESTE) EXCELENTE QUINTINHA, TERRENO 2970 M2
 Área de construção 282 m². Moradia c/o nova (ano 2021) T3+1 (2 quartos, suite, Salão estar/prefeições, Cozinha equipada, WC social, despensa/lavandaria. Sótão amplo c/ potencial para diversos fins (construir 2 quartos ou apartamento independente T1, ou sala de jogos/multimédia). Nos espaços exteriores tem piscina, garagem 60 m², barbeque, jardim c/ área lazer. Pré-instalação p/ aquecimento elétrico e p/ A/C, sistema de aquecimento c/ salamandra a pellets na sala principal. Painéis solares p/ aquecimento de águas. Portões elétricos, iluminação LED, estores elétricos, janelas vidros duplos, c/ oscilobatente. Local muito calmo e seguro, c/ ótimos acessos, a 5 min. da Vila de Óbidos e da portagem A8, 50 min. Lisboa/Aeroporto. CE: B. Venda: €410.000.
www.globalquintas.com • TM: 916 194 308 / 966 265 434 (Chamada rede móvel Nacional)

EMPREGO

Trabalho Número de inscritos nos centros de emprego que se despediram atingiu em janeiro o valor mais alto de sempre. São já 7% do total de novos desempregados registados

Peso das demissões no desemprego é o mais alto da década

CÁTIA MATEUS

Com a inflação em alta, a pressão no bolso das famílias, e a incerteza quanto à evolução da economia a marcar o quotidiano, não seria de esperar que o número de profissionais a aderir ao movimento “despeço-me já” aumentasse em Portugal. Mas é o que está a acontecer. Em

janeiro deste ano, o número de novos inscritos no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) que, por opção própria, deixaram o emprego que tinham foi o mais elevado desde pelo menos 2013, representando já 7% do total de novos desempregados. Tendência está a aumentar desde 2021, embora o fim dos contratos a termo continue a ser o principal motivo para o despedimento.

Ao longo do primeiro mês do ano inscreveram-se nos serviços públicos

de emprego 53.464 novos desempregados. Desses, 3694 indicaram como motivo a demissão por iniciativa própria. Despediram-se sem ter outro emprego garantido, não têm direito a subsídio de desemprego e a análise realizada pelo Expresso aos indicadores do IEFP mostra que são cada vez em maior número.

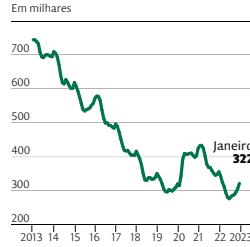
Na comparação com o mês homólogo de 2022, os dados mostram que o número de novos inscritos nesta situação aumentou 71%, registando o maior aumento entre o leque de motivos analisado pelo IEFP. Recuando uma década, até 2013, é possível perceber que nos sete itens aferidos pelo IEFP como motivo para inscrição — ex-inativos, despedidos, demitidos, despedidos por mútuo acordo, fim de contrato não permanente, trabalhadores por conta própria e outros motivos — só este grupo regista um aumento do número de novos inscritos: 40%.

Um novo paradigma de trabalho

Como se explica isto no contexto económico atual? Os economistas ouvidos pelo Expresso apontam várias justificações possíveis, entre elas a mudança de mentalidade que a pandemia e, consequentemente, o teletrabalho criaram nos profissionais. Mas não só. Admitindo que escasseiam dados sobre o perfil de novos desempregados que este grupo enquadra, nomeadamente quanto ao seu escalão etário, que são relevantes para analisar a questão, João Cerejeira, economista e professor da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, admite que “há uma relação destes números com a pandemia” e com as alterações de fundo que esta gerou na forma como os profissionais passaram a encarar o trabalho e a sua conciliação com a vida pessoal.

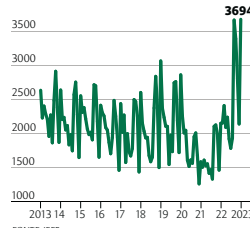
Nos últimos meses, consultoras internacionais divulgaram estudos que dão conta de que uma percentagem expressiva de profissionais admitia

DESEMPREGO VOLTA A SUBIR



DEMISSÕES AUMENTAM APESAR DA INCERTEZA ECONÓMICA

Inscritos nos centros de emprego que se despediram



FONTE: IEFP

deixar o emprego se a empresa ditasse como obrigatório o regresso permanente ao escritório. Os números do IEFP parecem estabelecer uma relação com esta tendência. Pesem embora as oscilações verificadas ao longo dos meses, foi a partir de setembro de 2021 — mês que ficou marcado pelo início do regresso de muitos profissionais ao trabalho presencial, depois de mais de um ano em teletrabalho — que o número de desempregados inscritos nos centros de emprego na sequência

de uma demissão começou a aumentar de forma mais expressiva no país (ver gráfico). A constatação dos benefícios do teletrabalho para a conciliação familiar, redução de custos de deslocação e outros terão levado, à semelhança do que aconteceu noutros países, muitos profissionais a deixar o seu emprego e a procurar outras alternativas. Fatores a que se juntam outros, como a maior consciência, por parte dos profissionais, da importância da saúde mental e do bem-estar.

Visão que o economista e ex-presidente do IEFP Francisco Madelino também admite, mas à qual acrescenta outros fatores. “Quando se está numa situação de desemprego baixo, quase estrutural, na ordem dos 6%, podem ocorrer fenómenos como este”, em que os profissionais tendem a arriscar mais, diz. No entanto, explica, “há aqui um aspeto que não podemos ignorar: a relação entre o fenómeno dos baixos salários e o aumento do custo de vida”. Para o antigo presidente do IEFP, o aumento de custos com que os profissionais estão a ter de lidar por via do aumento da inflação — seja nos transportes (com o fim do teletrabalho), na alimentação ou outros —, associado aos baixos salários praticados no país, “pode levar os profissionais a perceber que no balanço destas duas parcelas o saldo final é desfavorável ao trabalho”.

Para ambos os economistas é difícil antever se este grupo de desempregados vai continuar a aumentar. O que é possível perceber é que, embora a precariedade continue a ser o principal motivo para o despedimento — com o fim dos contratos a termo a justificar 45% das novas inscrições no IEFP —, o peso dos que “batem com a porta” no total de novos inscritos superou pela primeira vez, em 2022, os 7%, marcando uma clara mudança de paradigma face à média de 3% a 4% que se vinha registando desde 2013.

cmateus@expresso.imprensa.pt

We are recruiting

egor.pt

Coordenador LEAN (m/f)

PORTO

EMPRESA

Empresa com presença no setor da saúde, forte aposta na inovação e a aumentar a sua capacidade produtiva, de forma a dar resposta positiva às solicitações de mercado.

CANDIDATO

O profissional a admitir será responsável pela Dinamização e execução do Plano de Normalização, suportado pelas Matrizes de Responsabilidade e Competência. Terá ainda sobre sua Gestão a coordenação das Equipas de intervenção, numa ótica de funcionamento, gestão dos desafios, utilizando ferramentas normalizadas para resolução dos mesmos. Intervindo ainda ao nível das Auditorias regulares, na implementação de SS (2.º Pilar) e na Conceção de Auditorias ao nível de execução de Tarefas.

PERFIL

- Licenciatura em Engenharia e Gestão Industrial;
- Experiência mínima de 3 anos em função de cariz semelhante;
- Conhecimentos avançados de Microsoft Office e facilidade em utilização de Softwares diversos;
- Domínio da língua inglesa (preferencial).

Excelente oportunidade de desenvolvimento de profissional e retribuição adequada, numa empresa de referência no seu setor.

Controller de Gestão (m/f)

GUIMARÃES/BRAGA/COIMBRA/AVEIRO/PORTO

EMPRESA

Multinacional com presença nos 5 continentes e número dois em Portugal em transporte rodoviário de passageiros.

CANDIDATO

Este profissional terá como principais tarefas:

- Elaboração e análise de mapas e indicadores de controlo de gestão de suporte à decisão;
- Apoio à preparação do Orçamento anual, Plano Estratégico e definição de KPI's;
- Análise e controlo de desvios orçamentais;
- Análise de rentabilidade e monitorização de performance nas diferentes áreas;
- Coordenação dos fechamentos mensais, semestrais e anuais;
- Revisão dos dados da atividade produzidos pelas Unidades de Negócios;
- Reporting ao acionista; o Análises de benchmarking.

PERFIL

- Formação superior em Gestão, Economia, ou áreas afins;
- Experiência mínima de 2 a 3 anos em áreas similares;
- Bons conhecimentos de office, preferencialmente excel;
- Bons conhecimentos de inglês.

Proporcionamos integração em equipa jovem e dinâmica e possibilidade de progressão de carreira.

Responsável Comercial (m/f)

LISBOA

EMPRESA

Prestigiada empresa no setor da Construção Civil.

CANDIDATO

- O profissional a admitir será responsável por:
- Coordenação e acompanhamento equipas de trabalho;
- Fiscalização de obras em curso;
- Gestão de fornecedores diretos que carecem de coordenação com empreitadas geral;
- Serviço pós-venda;
- Análise crítica aos projetos de execução de arquitetura e especialidades;
- Participação na preparação de concursos de empreitada e posterior avaliação e classificação das diferentes propostas.

PERFIL

- Licenciatura em Engenharia Civil ou Arquitetura, preferencial;
- Experiência Comercial mínima de 5 anos;
- Capacidade de negociação, relacionamento interpessoal e de comunicação;
- Bons conhecimentos de inglês;
- Conhecimentos informáticos na ótica do utilizador;
- Carta de condução ligeiros.

Integração numa empresa de referência no ramo da Iluminação e possibilidade de Evolução de Carreira, pacote salarial fixo anual entre 24.000€ a 26.000€, subsídio de Alimentação, comissões Atrativas e viatura a cargo da empresa.

Responsável Serviços Gerais (m/f)

ALVERCA

EMPRESA

Prestigiada empresa no setor da Agricultura.

CANDIDATO

- O profissional a admitir será responsável por:
- Assegurar a manutenção dos edifícios sociais (Sede, Edifício de Negócios, Refeitório e Posto Médico);
- Assegurar a gestão dos serviços de limpeza, de jardinagem e do refeitório;
- Assegurar as consultas ao mercado, as encomendas, a receção e devolução de viaturas;
- Assegurar a gestão dos equipamentos administrativos e das comunicações empresariais;
- Garantir o serviço de transporte de pessoal;
- Cumprir as normas e procedimentos de segurança, higiene, ambiente e qualidade.

PERFIL

- Formação académica requerida: 12º ano, preferencialmente licenciatura que abranja as áreas administrativas;
- Experiência de 1 ano em funções similares;
- Competências técnicas (mínimo exigível): Consultas ao mercado, Negociação, Compras;
- Conhecimentos dos mercados na área de prestação de serviços de limpeza, de refeitórios, viaturas, procedimentos administrativos e conhecimentos das normas e procedimentos de higiene, segurança, ambiente e qualidade;

Integração numa empresa de referência no ramo da Agricultura, com Estabilidade e possibilidade de Evolução de Carreira, pacote salarial fixo anual entre 17.000€ e 19.000€, subsídio de Alimentação, seguro de Saúde e outros Benefícios.

Conheça estas e outras oportunidades em
egor.pt



RE/MAX MAJESTIC

Temos a fórmula do

SUCESSO

Atitude única² + Marca Líder
Formações especializadas

Crescimento Profissional!

FALE COMIGO!
PAULO MARQUES
919 142 054
pamarques@remax.pt

CANDIDATE-SE AQUI!
empregosporto.com



ENGENHEIRO CIVIL ENGENHEIRO TÉCNICO CIVIL

(m/f)

Ref.ª FIDSI 001/2023

Detalhe da oferta:

A FUNDAÇÃO INATEL pretende recrutar, para a sua sede em Lisboa, dois (2) Engenheiros(as) Cívicos, ou Engenheiros(as) Técnicos(as) Cívicos, para a Direção de Serviços de Instalações.

Funções:

- o Gerir obras de manutenção, conservação e/ou restauro, por forma a ampliar os níveis de qualidade, funcionalidade, segurança e conforto.
- o Acompanhar, fiscalizar e controlar a execução de todos os procedimentos aprovados para o cumprimento do plano de investimento e/ou manutenção, sejam eles no âmbito de uma empreitada ou no âmbito de uma aquisição de bens ou serviços.
- o Elaboração das peças processuais para o lançamento de procedimentos para a formação de contratos de empreitada de obras públicas, de aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, para o cumprimento do plano de Investimentos.

Perfil:

- o licenciatura em Engenharia Civil (pré ou pró-Bolonha).
- o Domínio de ferramentas informáticas (*MS Office, MS Project, Autocad*).
- o Experiência mínima de estágio curricular em funções semelhantes.
- o Domínio da língua Inglesa ou Francesa.
- o Boa capacidade de planeamento, organização e gestão do tempo.
- o Sentido de responsabilidade e trabalho em equipa.
- o Iniciativa e dinamismo.

As respostas, contendo carta de apresentação e Curriculum Vitae, deverão ser enviadas para o endereço eletrónico grh@inatel.pt, com a referência FIDSI 001/2023, confirmando o seu consentimento no tratamento dos dados pessoais para efeitos deste processo de recrutamento, nos termos da nossa Política de Privacidade que pode consultar em inatel.pt.



A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, tendo em vista o reforço do seu mapa de pessoal, face às necessidades decorrentes do cumprimento da sua missão, pretende recrutar em regime de contrato individual de trabalho, por tempo indeterminado:

JURISTA

O respetivo anúncio, requisitos, perfil e critérios objetivos e específicos de avaliação e seleção dos(as) candidatos(as) foram publicados em www.ersar.pt.

Só serão admitidos a concurso os(as) candidatos(as) que cumpram os respetivos requisitos obrigatórios.

O prazo para a apresentação das candidaturas é até às 23h59m do dia 19 de março de 2023.

A Presidente do Conselho de Administração
Vera Eiró

ALMACAR

CONTABILISTA JÚNIOR

Grande Lisboa

Grupo de empresas do ramo automóvel na zona da Grande Lisboa pretende reforçar a sua equipa de gestão e contabilidade admitindo contabilista júnior (m/f) para as seguintes funções:

DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO

- Classificação e conferências;
- Correção e lançamento de documentos contabilísticos;
- Reconciliação de contas de clientes/fornecedores e realizar o respetivo follow-up;
- Arquivo de Documentos contabilísticos;
- Controlo de registos contabilísticos entre sistemas;
- Conferência de movimentos contabilísticos de stocks.

REQUISITOS:

- Recém-licenciado em Contabilidade, ou similar (preferencial);
- Conhecimentos sólidos de informática Office 365 (Excel; Word);
- Capacidade de organização, autonomia, rigor e dinamismo;
- Forte sentido de responsabilidade e boa capacidade de comunicação;
- Facilidade de relacionamento interpessoal e aptidão para trabalhar em equipa;
- Disponibilidade imediata.

Para se candidatar, envie-nos o seu CV para o e-mail: recrutamento.almacar@gmail.com



DIRETOR COMERCIAL

Ref.ª: 2023/1

(m/f)

A BCN conta com mais de 60 anos de experiência na comercialização, consultoria, instalação e formação nas áreas de impressão, informática, multimédia e educação. Na área do Printing é parceiro Gold Xerox e Authorized Service Provider. Na área da Educação, ao longo da sua existência, foi sempre pioneira na introdução de novas tecnologias, ocupando atualmente um lugar de destaque neste segmento de mercado, disponibilizando soluções de realidade virtual, impressão 3D, programação e robótica, ensino híbrido, entre outras. Reconhecida como a antiga Beltrão Coelho (Porto), encontra-se neste momento a recrutar Diretor Comercial.

Funções:

- Reporte à Direção-Geral.
- Definição de estratégia comercial, sua implementação e controlo.
- Gestão da equipa comercial.
- Coordenação da estratégia com o departamento de Marketing.

Perfil ideal:

- Experiência na área comercial, em função equivalente.
- Conhecimento profundo do mercado de Printing.
- Iniciativa, dinamismo e foco em objetivos.
- Capacidade de liderança e planeamento.
- Organização, forte sentido de responsabilidade, proatividade e com forte orientação para o cliente.
- Bom relacionamento interpessoal.
- Bons conhecimentos informáticos na ótica do utilizador.
- Domínio da língua inglesa.

Vantagens:

- Integração numa empresa sólida e sustentável, com uma forte estratégia de expansão para novas áreas de negócio.
- Remuneração compatível com a função e experiência demonstrada.

Envio de candidaturas para: recrutamento@bcnsistemas.pt

FARMACÊUTICO/ TÉCNICO FARMÁCIA

(m/f)

Para trabalhar em equipa profissional dinâmica, com bom ambiente de trabalho, mas com o principal compromisso de prestar um serviço de excelência aos utentes, em Farmácia Comunitária no concelho de Cascais, com o seguinte perfil:

- Boa capacidade de comunicação e relacionamento interpessoal;
- Gosto pelo contacto com o público;
- Dinamismo e sentido de autorresponsabilidade;
- Conhecimento de informática na ótica do utilizador.

Contacto: Enviar Curriculum Vitae resumido
para o e-mail: j.cabrira@sapo.pt

Numa posição de liderança nas áreas de negócio onde intervêm, a CIMPOR possui uma capacidade organizacional, técnica e humana que responde aos mais exigentes critérios de segurança, qualidade, ambiente, inovação e evolução técnica.

Os desafios constantes que enfrenta criam oportunidades de ajustamento da sua estrutura humana, originando, neste momento, a necessidade de contratação imediata de um

TÉCNICO FINANCEIRO

(m/f)
Sintra

Com a missão de coordenar projetos em áreas diversas e reportando ao Diretor do negócio, este profissional terá como principais responsabilidades:

- Coordenar projetos técnicos no negócio do betão, designadamente projetos de TI, constituindo e gerindo várias equipas de trabalho;
- Planear, coordenar, analisar e acompanhar todo o processo, de acordo com o orçamento aprovado;
- Assegurar o acompanhamento e análise dos relatórios mensais de controlo operacional e KPIs da atividade;
- Avaliar o processo, tendo em vista a sua melhoria;
- Facultar suporte às equipas locais durante os processos de auditoria externa e interna;
- Construir sistemas de controlo dos investimentos.

Damos preferência a candidatos com:

- Licenciatura em Economia/Gestão/Finanças;
- Experiência na área da gestão (preferencial);
- Carta de condução;
- Fluência em Inglês;
- Conhecimentos de SAP (preferencial).

Oferecemos condições de remuneração de acordo com a experiência e integração em projeto atraente, em grupo de grande prestígio internacional.

**Enviar currículo atualizado para o email selecao@cimpor.com
– referir no assunto do email o título do anúncio**

Em conformidade com as disposições do RGPD e outra legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais, a CIMPOR garante que o tratamento dos seus dados pessoais é lícito, leal, transparente e limitado às finalidades para as quais os seus dados forem recolhidos.

DIPLOMATIC MISSION IS RECRUITING

COMPUTER MGT ASSISTANTS

(m/f)

FULL-TIME POSITIONS

The Computer Management Assistant is responsible for providing services for the Embassy's computer system (Open Net), Dedicated Internet Network (DIN). Wi-Fi networks, Audio/Visual systems and cellular network and devices.

Requirements:

- Three (3) years of IT project management, technical support, network administration, IT service management, cybersecurity, system analysis, web development, or software development.
- Bachelor's degree in Computer Science, Computer Engineering, Cybersecurity, Information Technology, IT/Information Systems Management or host country equivalent, is required.
- Demonstrated aptitude for computer systems logic. Effective communications skills and ability to translate technical information for the non-technical customer. Project management skills and understanding of project lifecycle management. Ability to deal with people effectively and diplomatically. Value teamwork and customer service. Effectively manages multiple networks (Windows and MAC). Work effectively within a small team. Be operationally focused while seeking opportunities to innovate and use technology to further mission needs. Problem-solving, customer service, keyboard/data entry, numerical, technical and IT skills.
- Level 4 (Fluent) English and Portuguese.

For further details and to apply: visit the link

<https://erajobs.state.gov/dos-era/prt/vacancysearch/searchVacancies.hms>

- **open the vacancy and click the "Apply to this vacancy" button, create account (login & password) and complete the required fields.**

Vacancy open until March 10, 2023.

This employer values a diverse work environment and welcomes well qualified applicants of all backgrounds



CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE SÃO TEOTÓNIO

Pretende selecionar

COMERCIAL POLIVALENTE

(m/f)

O posto de trabalho exige polivalência de funções, com especial incidência no atendimento, divulgação e venda de produtos, pelo que procuramos pessoas dinâmicas, com facilidade de comunicação e de relacionamento, revelando gosto por atividades que impliquem o contacto interpessoal.

PRETENDE-SE

- ♦ Habilitações literárias mínimas – 12.º Ano, sendo dada preferência a licenciaturas, nomeadamente em Economia, Gestão, Marketing, Gestão Bancária ou áreas similares;
- ♦ Residência preferencial nos concelhos de Odemira e Aljezur;
- ♦ Conhecimentos de informática na ótica do utilizador;
- ♦ Carta de condução e disponibilidade para deslocações.

OFERECE-SE

- ♦ Remuneração de acordo com o ACT do sector;
- ♦ Regalias sociais do sector bancário;
- ♦ Perspetivas de evolução na carreira profissional.

Resposta **com indicação obrigatória da referência 42/23**, acompanhada de curriculum vitae, através do e-mail recrutamento@creditoagricola.pt. Serão consideradas as candidaturas recebidas até ao dia 19/03/2023.

➢ Contactaremos APENAS as candidaturas selecionadas.

Norte Alentejano

Instituição privada do sector social situada no Norte Alentejano, com quadro de colaboradores altamente qualificados e em processo de reorganização da sua estrutura de gestão profissional, procura:

TÉCNICO DE RH

(m/f)

Que, em regime de prestação de serviços, em modelo híbrido com duração de dois dias por semana e reporte ao Presidente do C.A.:

- Definirá e controlará a execução dos procedimentos e atividades de gestão técnica de RH – nomeadamente, recrutamento e seleção, avaliação do desempenho, formação e desenvolvimento profissionais, estrutura funcional e gestão de remunerações e benefícios, comunicação e motivação.
- Executará correta, eficiente e atempadamente as atividades de âmbito administrativo de GRH – nomeadamente, processamento de tempos e vencimentos, elaboração de horários, garantia da conformidade e cumprimento das obrigações jurídico-laborais, registos de pessoal, esclarecimentos a colaboradores e outras –, articulando com as hierarquias, serviços administrativos, de contabilidade, HST e outros fornecedores externos.

São elementos relevantes para o perfil do novo colaborador:

- Visão integrada e generalista da função.
- Capacidade robusta nas áreas técnica e administrativa.
- Conhecimento e experiência em funções similares (preferencialmente no sector social/IPSS).
- Competências relacionais que permitam satisfazer as solicitações e necessidades da organização, da hierarquia, dos colaboradores e demais interlocutores, transmitindo conhecimento.
- Abertura e gosto pela definição e gestão de processos com organização, método e rigor.

Requer-se formação:

- De nível superior em GRH ou equivalente, domínio da legislação laboral, de sistemas de processamento de tempos e vencimentos e dos melhores modelos de gestão técnica de RH.

Oferece-se:

- Clara oportunidade de afirmação e valorização profissional em organização com prestígio e sustentados objetivos de melhoria contínua. Remuneração adequada à função e competências do titular.

Agradece-se resposta com carta de motivação, acompanhada de CV detalhado, para: pedro@paisrodrigues.pt. Guardar-se sigilo.

OPINIÃO



Talento

Paula Baptista

LOUD QUITTING: UMA NOVIDADE?

“*loud quitting*”, uma nova estratégia ou o ressurgir de uma tendência já conhecida no mercado de trabalho? Parece que depois do *quiet quitting* (que tanto marcou 2022), chegou o *loud quitting* — serão assim tão diferentes? Diria que, no final, o objetivo é o mesmo: em nenhum destes fenômenos a principal intenção é a demissão. Tanto o *quiet quitting* como o *loud quitting* são estratégias utilizadas pelos profissionais que, estando descontentes com as suas condições laborais, procuram algum tipo de mudança e/ou melhoria. No entanto, de reforçar que estes fenômenos estão agora a ganhar força e “nome”, mas que sempre existiram no meio laboral.

No *loud quitting* o colaborador expressa, de forma evidente e clara, que está à procura de novas oportunidades de emprego, com a expectativa de conseguir negociar melhores condições salariais ou até mesmo uma promoção. Muitos destes fenômenos são considerados um “legado da pandemia”, período que obrigou o mundo a parar e, consequentemente, a refletir sobre tudo o que estava a acontecer, numa busca incessante por um maior equilíbrio em detrimento do ritmo e hábitos que há muito estavam para ser “denunciados”.

Mas será esta uma estratégia 100% eficaz para os profissionais? Depende. Tanto pode ser um ponto de viragem positivo e estes serem as suas “exigências” correspondidas como o profissional pode sair desta negociação sem nada. Expor as suas necessidades e ambições de forma organizada e realista será o melhor caminho a seguir.

Para os empregadores, estes fenômenos também têm consequências, principalmente numa altura em que vivemos num mercado marcado pela escassez global de talento e em que, segundo dados do Guia Hays 2023, este será mais um ano de quebra no interesse dos profissionais em mudar de emprego — este cenário eleva o desafio do recrutamento a outro nível, sendo crucial um forte *know-how* e experiência de mercado.

Outras das implicações do *loud quitting* estão relacionadas com o aumento da insatisfação das equipas, bem como o seu potencial afastamento. Isto poderá levar a uma menor produtividade e menor envolvimento com os valores e cultura da empresa. Aliás, uma vez mais, os dados do Guia mostram que os profissionais estão cada vez mais insatisfeitos com o seu emprego atual.

Estratégias? Os empregadores devem criar uma estratégia de comunicação interna e de recolha de *feedback* eficazes que lhes permita trabalhar sobre os *inputs* recolhidos. Isto garantirá uma linha de comunicação recetiva e realista. Recolher esse *feedback* e trabalhar sobre ele será a melhor forma para alinhar expectativas e ficar bem definido o que é esperado de ambas as partes — este será um bom ponto de partida para fazer face a um dos tantos desafios que o mercado de trabalho nos apresenta hoje.

Diretora-geral da Hays Portugal

PESSOAS

Roel Meeusen 46 anos, diretor-geral da Roche Diagnósticos Portugal

“Há mais ênfase na segurança e isso é excelente”

FORMAÇÃO



Mestrado em Business Engineering pela KU Leuven (Universidade Católica de Leuven), na Bélgica

LEMA

“Tudo o que é fascinante acontece fora da nossa zona de conforto”

AMBIÇÃO DE CARREIRA

“Estar motivado desde que sinto que o que faço tem um impacto e que posso ajudar as pessoas com quem trabalho a desenvolverem todo o seu potencial”



PERCURSO

Iniciou a carreira na empresa 3M e, após sete anos, juntou-me à Accenture como consultor de gestão. “Com base na minha experiência comercial, fui líder de vários projetos de transformação de empresas bancárias, seguradoras e farmacêuticas, um caminho que me levou à Sandoz, a unidade de genéricos da Novartis, em 2012, antes de me juntar à Roche um ano depois.” Dentro da Roche teve vários cargos, entre os quais responsável pelo planeamento estratégico para a Europa, Médio Oriente, África e América Latina.

HOBBIES

Corrida, golfe e fotografia

ÚLTIMA LEITURA

“Estou atualmente a ler o livro ‘Connect’, de David Bradford e Carole Robin”



ANA SOFIA SANTOS

Roel Meeusen é o novo diretor-geral da Roche Diagnósticos em Portugal e tem um sólido percurso internacional, com funções em diferentes países. Natural da Bélgica, acredita que “tudo o que é fascinante acontece fora da nossa zona de conforto”. Fez uma licenciatura em Engenharia Comercial, um mestrado em Marketing e, durante o seu percurso profissional, passou pela 3M, Accenture e Novartis.

Ao Expresso, Meeusen faz notar que, nos últimos anos, o ritmo de introdução de novas terapêuticas “tem sido notável” e, a par desta evolução, “o desenvolvimento de testes de diagnóstico *in vitro* (DIV) tem sido crucial, não só para determinar a elegibilidade dos

doentes, mas também para determinar a dosagem apropriada e permitir o controlo da eficácia desses tratamentos”. Além disso, algumas soluções de diagnóstico têm a grande vantagem de serem utilizadas na promoção da saúde e prevenção da doença, como é o caso dos rastreios, salienta. É que, “apesar do medicamento ter um papel fundamental na vida das pessoas, não pode ser subestimado o papel dos testes

É necessário um modelo que acelere o financiamento e reembolso dos testes de diagnóstico *in vitro* nos cuidados primários

de DIV na prevenção e diagnóstico precoce”.

Tem a convicção de que investir no diagnóstico “parte da solução para manter a população mais saudável, durante mais tempo”, e contribuir para a sustentabilidade do “excelente” sistema de saúde em Portugal. Porém, Meeusen sinaliza que o acesso — dos doentes, dos especialistas de medicina geral e familiar e dos restantes profissionais de saúde nos cuidados primários — a testes de DIV “representa ainda um grande desafio”.

“Em Portugal, apesar de existir um processo de avaliação de novas tecnologias, ainda é necessário um modelo que acelere o financiamento e reembolso dos testes de DIV” na saúde primária. E sugere uma “via rápida” para a decisão de participação destes meios de diagnóstico

desde que demonstrem de forma “clara” que existem “benefícios clínicos e económicos para os doentes e para o sistema de saúde”.

Sobre o panorama do diagnóstico nos últimos dez anos, o responsável fala em “grandes mudanças”. Comparando o cenário atual, destaca três fatores-chave: maior consciência e perceção do valor dos testes DIV, mais inovação e a mudança decorrente do Regulamento Europeu de Diagnóstico *In Vitro* que trouxe “mais ênfase na segurança, o que é excelente”, e que tem “exigido um investimento significativo em recursos e novos processos”.

A Roche Diagnósticos está em mais de 100 países e foca-se na química clínica, imunológica, anatomia patológica, microbiologia e genética.

assantos@expresso.imprensa.pt

Ângelo Guerra Vilela



- Está no Grupo Ageas Portugal há 27 anos
- Liderou a comunicação da Ocidental e da Médis

Foi nomeado gerente-executivo da Kleya, marca do Grupo Ageas Portugal de consultoria a clientes estrangeiros. Ângelo Vilela começou na direção de apoio corporativo na Ageas Portugal, passando, depois, pelas áreas de Comercial e de Marketing. Teve um importante contributo na reengenharia da Seguro Directo e liderou o lançamento das parcerias da Médis no digital e a criação da Direção de Estratégia do então Grupo Millennium bcp Ageas.

Joana Antunes, Michael Dean, Marco Alexandre Saias, Cláudia Lopes Varela e Luiza Lunardellion

Os cinco advogados reforçaram a equipa da Antas da Cunha ECIIJA nas áreas de Contencioso e Arbitragem, Direito Imobiliário e Urbanismo, TMT (tecnologias e *media*), Contratação Pública e Direito Administrativo e Imigração e Cidadania.

Maria de Lencastre Valente



- Licenciada pela Faculdade de Direito da Católica
- Há mais de 20 anos no Direito Laboral

Assumiu a Direção de Pessoas e Cultura da SRS Legal, que sucede à Direção de Recursos Humanos da sociedade de advogados. É sócia no Departamento de Laboral da firma e tem 21 anos de experiência.

Nuno Feijoca e Frederico Sasseti

O Harpoon Jobs contratou Nuno Feijoca para liderar a área de recrutamento (*head of recruitment*) e Frederico Sasseti como diretor de crescimento do negócio (*growth manager*). Nuno Feijoca tem 15 anos de experiência e foi *head of talent management* dos CTT Correios de Portugal, enquanto Frederico Sasseti foi *partnerships executive* na Five Thousand Miles.

Jacques Pommeraud

É o CEO da Inetum, substituindo Vincent Rouaix, que fica como conselheiro de Fusões e Aquisições da empresa de tecnologias de informação. Pommeraud era vice-presidente executivo da Bureau Veritas, responsável por França, África e Serviços Governamentais.

DICAS COMO FAZER UM RECRUTAMENTO INCLUSIVO

“As organizações diversas são mais bem-sucedidas, tomam boas decisões, incentivam a criatividade e a inovação, têm um foco mais forte no cliente, maior facilidade em atrair e recrutar pessoas, vendo os valores culturais reforçados interna e externamente, aumentando a reputação da própria organização”, faz notar o Guia para um Recrutamento Inclusivo, da Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão (APPDI). Deixamos-lhe quatro dicas, disponíveis neste manual, para verificar os níveis de diversidade e de inclusão da sua organização e fazer melhorias, se necessário.



1 REVISITAR A CULTURA DA EMPRESA
A diversidade e a inclusão devem estar presentes em todas as etapas da vida da organização e integrarem os seus valores. O recrutamento é apenas a primeira fase a ter em conta.

2 CRIAR UM PLANO DE AÇÃO
Depois de analisar a cultura da empresa, é preciso ter uma estratégia que deve ser comunicada de forma clara a todas as pessoas dentro da organização, que devem ser ouvidas. O plano de ação tem mais probabilidade de sucesso com o envolvimento dos trabalhadores de todos os níveis hierárquicos.

3 REGRAS PARA O RECRUTAMENTO INCLUSIVO
É redutor que num processo de recrutamento inclusivo se tenha em conta apenas aspetos como o género, a origem ou a idade. O conselho

da APPDI é de que devem ser tidas em conta “as competências do indivíduo, as suas diferentes experiências, opiniões e valores”. São estas as características “que fazem a diferença para o desempenho da sua função”.

4 DAR FORMAÇÃO
Se quem faz o recrutamento não está alinhado com a estratégia de diversidade da empresa, o plano de mudança morre na praia. Combater os enviesamentos inconscientes também importa: a formação nesta área promove decisões mais objetivas e reduz a influência dos valores e crenças de cada um.

PROJETOS EXPRESSO TURISMO



O enoturismo tem capacidade de atração e retenção de turistas geradores de maior valor para territórios de menor densidade e ao longo de todo o ano

Crescimento Dois recordes – um nos valores de exportação do vinho português, outro nas receitas do turismo – fazem antever um ano em grande para o Enoturismo em Portugal

2023, o ano de ouro do enoturismo

Textos PAULO BRILHANTE
Foto LUÍS FERRAZ

O enoturismo foi identificado pelo Conselho Estratégico para a Promoção Turística, que integra o Governo e as diferentes regiões de turísticas, como uma das prioridades para 2023, pela capacidade de “promover o desenvolvimento do território, valorizar os produtos endógenos, e potencial de atração de segmentos de mercado de longa distância, que ficam mais tempo e gastam mais”. O setor tem assistido ao crescimento da procura, alavancada pelo turismo em geral, e também pela notoriedade crescente dos vinhos portugueses, que nem a pandemia conseguiu quebrar.

Nunca como até 2022 se exportou tanto vinho português – €941 milhões nas vendas ao exterior, 1,5% acima do ano anterior e a ambição para 2023 é chegar a mil milhões de euros. “É para isso que estamos a trabalhar, quer na promoção nos mercados tradicionais, quer na abertura de novos mercados onde o potencial de crescimento é grande”, projeta Frederico Falcão, presidente da ViniPortugal.

Estima-se que o mercado global do turismo associado ao vinho tenha gerado receitas próximas dos nove mil milhões de dólares, em 2020, e que em 2030 essa receita se aproxime dos trinta mil milhões de dólares, refere o Turismo de Portugal no documento que aponta o enoturismo como uma área estratégica prioritária. Em termos nacionais não existe qualquer contabilização oficial, ainda que os



uma parceria
Expresso BPI
New 26 Capital

PRÉMIO NACIONAL DE TURISMO

O Expresso e o BPI, em parceria com o Turismo de Portugal e a Deloitte, lançam pelo quarto ano consecutivo o Prémio Nacional de Turismo (PNT), uma iniciativa para promover, incentivar e distinguir as melhores empresas, práticas e projetos do sector.

parceiros do sector apontem para 60 mil agentes económicos que dão emprego, direto e indireto, a 100 mil pessoas e geram uma faturação estimada de €410 milhões.

Enoturismo sem CAE

“São necessários números para perceber como pode funcionar o enoturismo”, começa por alertar Maria João Almeida, profunda conhecedora do sector como jornalista de vinhos e hoje presidente da Associação Portuguesa de Enoturismo (APENO), criada em 2020. “Não há dados de quantas adegas existem, quantas empresas praticam provas de vinho, que atividades são desenvolvidas, quantos profissionais”, detalha. “Sem conhecer o sector nas bases, não é possível

desenhar uma estratégia”, conclui Maria João Almeida, acrescentando que a APENO tem pedido a criação de uma subclasse do Código de Atividade Económica (CAE) para o enoturismo, bem como de legislação específica: “Seria uma oportunidade para Portugal ser pioneiro.”

Com forte ligação ao Douro, Pedro Araújo, diretor do World Of Wine (WOW), o maior empreendimento do país e um dos maiores da Europa ligado ao vinho, garante que o projeto é “uma parte importante da afirmação do destino como enoturístico”. Inaugurado em 2020, o WOW, na zona histórica de Vila Nova de Gaia, foi vencedor do Prémio Nacional de Turismo na categoria de Turismo Inovador em 2021. “Um dos nossos mantras é ajudar a definir o destino”, destaca, sublinhando que dos nossos sete museus, dois são dedicados ao vinho: “Temos ainda dois centros de visitas, Taylors e Croft que complementam a oferta.” O fator diferenciador do projeto prende-se com a ligação ao *terroir* e aos produtores. “O grande contributo é não só a oferta, mas a forma como o fazemos, focados no território nacional. Pôr o foco no país como produtor de vinho, nas regiões e nas castas”, detalha. Sobre o posicionamento do enoturismo no país, “garantidamente estamos nos caminhos certos, basta ver como estávamos há 30, 20, 10 anos”.

Posicionar o vinho ou o enoturismo?

“Uma coisa está diretamente ligada à outra”, diz Filipe Rocha, da Azores Wine Company, que há 10 anos começou, com António Maçanita e Paulo Machado, a produzir vinho no Pico e, em 2021, inaugurou aquela

que é, até agora, a única estrutura completa dedicada ao enoturismo na ilha, cuja paisagem viníca é Património da Humanidade. “Estamos a falar de uma revolução na última década. A área de vinha multiplicou por cinco e o número de produtores duplicou. Há jovens nesta área e isso mostra uma região dinâmica e em rejuvenescimento”, considera. Na Azores Wine Company, o enoturismo inclui sala de provas, restaurante com menu de degustação e a possibilidade de dormir na adega, que posiciona o produto num patamar de excelência e serve também de bitola para os projetos que se seguem. “Neste momento já somos 38 pessoas na Azores Wine Company, dos quais 12 no enoturismo. O contributo para a criação de postos de trabalho, fixação de pessoas nos meios mais rurais é muito positivo e grande parte do sector dá-o ao país”, sublinha Filipe Rocha, que assiste à mudança gradual da ilha, ao adaptar-se aos novos turistas.

O mesmo se espera que suceda na região do Douro que é, este ano, Capital Europeia do Vinho, uma iniciativa internacional, considerada “uma oportunidade para se promover o enoturismo, a cultura e o património e poder receber condigna e amplamente os visitantes, evidenciando o vinho como elemento estratégico e essência da nossa atividade económica”. A comunidade intermunicipal composta por 19 municípios do Douro alimenta, em consequência, a expectativa de que, até ao final do ano, a “região seja um grande contribuinte das exportações nacionais, faça do vinho e da vinha uma alavanca concreta e real para o desenvolvimento da economia e riqueza” de quem ali vive e trabalha.

pbrilhante@impresa.pt

5.ª EDIÇÃO DO PRÉMIO NACIONAL DE TURISMO

O QUE É

O Prémio Nacional de Turismo (PNT) distingue empresas, projetos públicos e personalidades. Para 2023 uma novidade: o Prémio Personalidade, que substitui o Prémio Carreira. As candidaturas decorrem até 31 de maio de 2023.

CATEGORIAS

- **Turismo Autêntico:** destacar projetos que valorizam os recursos endógenos, descentralizam e mitigam a sazonalidade.
- **Turismo Gastronómico:** premiar projetos que apostam na valorização de produtos endógenos, promovendo a gastronomia local e regional.
- **Turismo Inclusivo:** eleger projetos que fomentam a confiança e empatia do consumidor; fidelização; inclusão e obtenção de feedback por parte do utilizador.
- **Turismo Inovador:** premiar projetos que desenvolvem inovação a nível da oferta turística e do modelo de negócio, utilizem o digital para comunicar, distribuir e vender; promovam parcerias de *cross-selling* e utilizem *business intelligence* para a promoção do alcance e eficiência do negócio.
- **Turismo Sustentável:** distinguir projetos que promovam o uso eficiente dos recursos, incentivem um turismo responsável e implementem medidas e práticas que visem a redução e compensação da pegada ecológica.

DATAS MAIS IMPORTANTES

- **Candidaturas:** até 31 maio
- **Avaliação:** 1 junho a 31 de julho
- **Reunião de comités e júri:** setembro e outubro
- **Entrega de prémios:** novembro

CANDIDATURAS

- Para se habilitar a vencer o PNT apresente a sua candidatura até 31 de maio. Saiba mais em premionacionalturismo.pt

OPINIÃO

Capital de Risco por Rodrigo de Matos

Um dia a cibersegurança será algo intrínseco
Uma sociedade segura na era dos cibercrimes

Nuno Cruz

A sociedade em geral está cada vez mais ligada ao ciberespaço, seja por motivos pessoais, seja por motivos profissionais. Da mesma maneira que a segurança física é algo intrínseco a cada indivíduo, fruto de anos de evolução da nossa espécie, também a cibersegurança será um dia algo intrínseco, com a pequena grande diferença que, agora, não temos milhões de anos de evolução para atingirmos esse patamar. Neste processo evolutivo da sociedade, em que o conhecimento está mais à mão, também é a extração deste conhecimento o foco da tecnologia. Dados cada vez mais sensíveis são armazenados, algures numa "nuvem", obtidos a partir dos nossos dispositivos, do telemóvel ao aspirador, passando pelas lâmpadas e televisões, na conjugação perfeita daquilo que é a internet das coisas, os seus dados e o indivíduo.

É, assim, essencial aumentar o conhecimento sobre questões de segurança no ciberespaço por forma a reduzir o risco associado aos ataques cibernéticos que incidam sobre estes dados, a sua fonte — nós enquanto indivíduos — e consequentemente a sociedade no geral. É possível diminuir o impacto destes ataques educando pessoas e organizações (públicas e privadas) sobre os perigos das ameaças, provenientes do ciberespaço e oferecendo orientação sobre como prevenir e responder a

Cada comercializador pode apresentar tarifários fixos, indexados, ambos e até uma mistura dos dois. Saber quando e por qual tarifário optar é responsabilidade de cada um de nós

As oportunidades e riscos das tarifas indexadas de eletricidade

Ana Rita Antunes

Antes de começarmos, uma definição: a tarifa indexada é uma forma de contratação de energia em que o preço varia com base em índices preestabelecidos. No caso mais comum, este índice baseia-se no valor em mercado grossista de eletricidade. Por oposição, uma tarifa fixa mantém o preço a pagar por unidade de energia, tipicamente por um ano.

Para fornecer energia aos consumidores, os comercializadores necessitam de comprar energia. Nos casos em que o façam no mercado diário, uma tarifa indexada escuda-os das variações de preço, sendo estas passadas diretamente ao cliente.

É aqui que começamos a falar de risco.

A opção de oferta de tarifário fixo por parte de um comercializador representa a sua melhor estimativa para a média anual de preço, ponderada aos horários de consumo dos seus clientes, somada de uma margem. Alterações não previstas aos valores de mercado, como o aumento histórico devido a subidas no preço do gás motivadas por uma guerra, fazem do comercializador uma espécie de amortecedor de preços para o consumidor.

Já uma opção tarifária indexada passa o risco destas flutuações para o consumidor, funcionando como uma proteção ao comercializador. Por um lado, as expectativas do consumidor e do comercializador relativamente ao mercado podem ser diferentes.

Por outro, temos de recordar que para a maior parte dos pequenos consumidores, como as famílias, o comercializador não afina o tarifário para cada cliente. Tendo de trabalhar com médias, pode haver um potencial ganho para o consumidor que melhor ajuste o seu horário de consumo. Um exemplo será um consumidor (chamemos-lhe sr. A.) que dispõe de painéis solares para autoconsumo, esperando consumir da rede em horário noturno. Esta divergência face ao consumidor médio poderá significar que existam opções mais económicas para o sr. A. do que o tarifário fixo.

Quando pensamos em consumidores industriais, um outro fator será crucial. Numa empresa, a energia é tipicamente um custo de opera-

A ERSE, entidade por definição isenta, disponibiliza um comparador de preços na sua página; como no caso do médico, recomenda-se uma visita periódica

ção que, no fim, chega ao preço do produto. Desta forma, desde que a elasticidade da procura do produto não seja grande, a previsibilidade no preço de energia é mais importante.

Muitos comercializadores optaram por subir a componente da tarifa fixa relativa à energia. Também a ERSE, na definição da tarifa regulada, o fez. Se observarmos que o valor final (euros/kWh) praticamente não aumentou, tal deve-se também ao regulador e à definição das tarifas de acesso às redes negativas, como melhor explicado aqui. A esta subida da tarifa regulada contrapõe-se uma descida recente do mercado de energia, explicável por uma combinação de fatores, entre eles um inverno ameno na Europa, uma descida do preço do gás (agora em níveis do final de 2021 e a cerca de um sexto do valor de pico, em agosto de 2022) e boa disponibilidade de água nas barragens, permitindo um maior peso da hidroelétrica no mix energético nacional.

Com estas condições, estamos perante uma das situações em que o tarifário indexado pode apresentar vantagem do preço face ao tarifário fixo. Se evitarmos consumos nas horas em que a energia está muito cara, conseguimos poupar em relação ao tarifário fixo.

Este sinal de preço é visto por quem consome como uma oportunidade para reduzir os custos da fatura de energia, sendo também um mecanismo para a transição energética.

A produção de energia elétrica com base em fontes renováveis tem uma característica intrínseca: é possível apenas quando o recurso está disponível. Dependente do sol, a tecnologia fotovoltaica produz tipicamente en-

tre as 9h e as 18h, alargando o horário de produção no verão e encurtando no inverno. A eólica depende da existência de vento, que, embora possa soprar todo o dia e durante todo o ano, se concentra tipicamente mais no inverno e durante a noite. A energia hídrica, mesmo quando controlável (despachável) com recurso ao seu armazenamento em barragens com albufeira, tem importantes variações com a pluviosidade anual.

Num mercado marginalista como o atual, se a disponibilidade de recursos renováveis cobrir o consumo o preço será nulo ou próximo disso. Quando a disponibilidade não existe, a produção controlável ou despachável (energia fóssil, hídrica e biomassa) estabelecerá o valor de mercado, com mais ou menos restrições que venham a ser impostas. Esta volatilidade poderá não agradar a todos. Assim, comercializadores e consumidores poderão ter tendência a procurar fixação de preços. Uns procurando produção a preços constantes, outros em tarifários com estabilidade, ainda que possa não ser anual.

Cada comercializador pode apresentar tarifários fixos, indexados, ambos e até uma mistura dos dois. Saber quando e por qual tarifário optar é responsabilidade de cada um de nós, estando a escolha hoje facilitada através da utilização de ferramentas disponíveis a todos. A ERSE, entidade por definição isenta, disponibiliza um comparador de preços na sua página; como no caso do médico, recomenda-se uma visita periódica.

Coordenadora-executiva da Coopérnico, e João Crispim, diretor de Produção da Coopérnico

Esperamos que a evolução de Darwin, que nos colocou em segurança no topo da cadeia alimentar, não nos deixe agora no fundo da cadeia do conhecimento da cibersegurança

essas ameaças. Espera-se uma sensibilização geral, daquilo que é uma postura cibersegura, para reduzir os efeitos de ciberataques que visam o indivíduo, mas também organizações onde este é colaborador. Neste processo de consciencialização da sociedade, têm-se destacado: i) as próprias organizações, que formam os seus colaboradores para se protegerem de ataques que os visem; ii) os *media*, que divulgam e promovem a discussão destes temas; e, iii) as instituições de ensino, que requalificam e formam profissionais da área, quer pela sua génese de atribuição de graus académicos quer alcançadas por iniciativas como a C-Academy do Centro Nacional de Cibersegurança, cuja formação de arranque ocorreu no início deste ano no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa. Ortogonalmente a estas, temos também as ordens profissionais, com um papel importante na regulação do acesso à profissão, através da acreditação de planos de formação e de especializações associadas.

Esperamos, assim, que a evolução de Darwin, que nos colocou em segurança no topo da cadeia alimentar, não nos deixe agora no fundo da cadeia do conhecimento da cibersegurança.

FTT (Future Internet Technologies) professor-adjunto no Departamento de Engenharia de Eletrónica e Telecomunicações e de Computadores no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL)

MUNDO

1 UNIÃO EUROPEIA

TikTok enfrenta onda de restrições no Ocidente

Instituições europeias proibiram o TikTok em telemóveis de trabalho, um passo dado em vários países por receios com a segurança nacional



Texto SALOMÉ FERNANDES

Milhões de pessoas passam horas a ver desafios virais e partilham conteúdos no TikTok, mas a rede social que pertence à empresa chinesa ByteDance é vista por cada vez mais governos como uma ferramenta que pode comprometer a segurança nacional. Nos Estados Unidos há quem descreva o TikTok como "porta de entrada [do Governo chinês] para os nossos telemóveis", no Canadá alerta-se que acarreta um "nível de risco inaceitável".

Os receios são partilhados pela União Europeia (UE). Na semana passada, a Comissão Europeia decidiu suspender o TikTok nos telemóveis dos funcionários. A medida foi justificada com a necessidade de "proteger a Comissão contra ameaças de cibersegurança", sem que tivessem sido dados detalhes sobre se houve algum incidente a envolver a rede social. De acordo com a Reuters, o Parlamento Europeu e o Conselho da UE também proibiram a aplicação em dispositivos de trabalho.

A medida foi mal recebida pela China. Uma porta-voz do ministério dos Negócios Estrangeiros reagiu dizendo que as restrições a empresas estrangeiras "prejudicam a confiança global no ambiente de negócios da UE" e acusou a UE de "abuso" quanto ao conceito de segurança nacional. Já o responsável para o Sul da Europa do TikTok disse à agência Lusa que a suspensão da rede social pela Comissão Europeia é "uma decisão política que vai muito além" do respeito pelas regras e afirmou que há um "mal-entendido sobre o que o TikTok é".

O passo dado pela UE não está isolado na esfera internacional. A Índia proibiu a utilização do TikTok em 2020, uma decisão que se estimava que custaria mais de cinco mil milhões de euros à ByteDance. Desde então, as restrições noutros pontos do mundo aumentaram. As preocupações estão

associadas ao uso das informações dos utilizadores e ao receio da possibilidade de o Governo chinês aceder aos dados.

"Creio que essa barreira entre Estado e sector privado, que não existe na China, foi a razão pela qual a Índia decidiu banir a aplicação", analisou Harsh Pant, em declarações ao Expresso. O professor de relações internacionais no King's College London entende que se quis mostrar resistência ao país vizinho depois da crise na fronteira, mas admite uma preocupação mais ampla partilhada por outros países: "Os dados recolhidos podem ter consequências a longo prazo para a segurança nacional, em particular em momentos de adversidade."

Medir os riscos

No Canadá, a aplicação passou a ser proibida nos telemóveis de funcionários públicos esta semana por representar um "nível de risco inaceitável" para a vida pessoal e segurança. No entanto, a Presidente do Conselho do Tesouro explicou que não há indícios de que tenham sido comprometidas informações governamentais. Na Dinamarca, recomendou-se aos deputados e funcionários do parlamento a eliminação da aplicação dos telemóveis de trabalho por existir "um risco de espionagem", escreveu a Associated Press.

Entretanto, depois de departamentos governamentais dos Estados Unidos terem restringido a utilização do TikTok, a Casa Branca definiu que todas as agências federais devem eliminá-lo dos seus dispositivos. Nathaniel Sher, investigador no *think-tank* Carnegie China, defende que mesmo que as preocupações existentes sejam fundamentadas, "nenhuma justifica a proibição total do TikTok". No seu entender, a privacidade de dados pode ser protegida com a imposição de contratação de empresas americanas para serviços de computação em nuvem e servidores.

sfernandes@expresso.imprensa.pt

2 EUA

Microsoft lança atualização do Windows 11

A Microsoft anunciou esta semana uma atualização para o Windows 11, que tira partido da nova geração de inteligência artificial que já começou a ser usada no motor de busca Bing e no navegador (browser) Edge. A nova atualização já pode ser testada em equipamentos compatíveis com Windows 11, mas o lançamento final só deverá ocorrer durante março. Quem quiser começar a experimentar já as principais novidades e ferramentas que surgem com esta atualização apenas terá de aceder ao menu Definições e pesquisar por atualizações. A empresa adiantou que durante esta fase de demonstração, as ferramentas disponibilizadas para *download* podem variar consoante o país. A gigante do software aproveitou a atualização do Windows 11 também para lançar o Phone Link for iOS, que mais não é que uma ferramenta que dá acesso direto à informação trabalhada no iPhone, da Apple.

3 BRASIL



BRASIL REINTRODUZ IMPOSTOS NOS COMBUSTÍVEIS

O Brasil vai voltar a cobrar impostos sobre a gasolina e o etanol, que foram suspensos no ano passado pelo Governo anterior com o objetivo de melhorar as receitas e evitar um maior desequilíbrio fiscal, anunciou esta semana o Ministério das Finanças. As taxas a aplicar à gasolina e ao etanol serão fixadas nos próximos dias, mas os impostos sobre o gasóleo e o gás de cozinha continuarão suspensos.

FOTO GETTY IMAGES VIA ULLSTEIN/BILD



6 CHINA

Pequim aumenta limite de idade nas hipotecas



Alguns bancos chineses aumentaram a idade máxima permitida para os clientes contraírem crédito à habitação, numa tentativa de reanimar o mercado imobiliário do país, afetado por uma crise de liquidez. Segundo o jornal de Hong Kong "South China Morning Post", bancos nas cidades de Hangzhou, Ningbo ou Xiamen elevaram o limite de idade para contrair crédito à habitação de 65 para 70 ou 80 anos. Em Nanning, a capital da região de Guangxi, o banco estatal Citic elevou de 20 para 30 anos o período máximo de crédito à habitação que pode ser concedido a alguém na casa dos 50 anos. Até agora, apenas pessoas com menos de 40 anos eram geralmente elegíveis para hipotecas de imóveis com prazo de 30 anos na China, disse Tyrn Kam, da agência de classificação de dívida Fitch.

1 UNIÃO EUROPEIA

8 CHINA

MOODY'S REVÊ EM ALTA CRESCIMENTO PARA 2023

5%

é a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da China para 2023 e 2024, numa revisão em alta feita pela Moody's revelada esta semana. A agência de notação financeira norte-americana tinha avançado antes com uma progressão de 4%. A agência de rating afirmou que "a decisão do Governo chinês de relaxar totalmente as medidas de prevenção contra a covid-19 vão, naturalmente, impulsionar a atividade económica". A segunda maior economia do mundo cresceu 3% no ano passado, o segundo nível mais baixo em pelo menos quatro décadas, refletindo o impacto da política de "zero covid" e a crise de liquidez no sector imobiliário. As autoridades chinesas deverão anunciar a meta de crescimento para este ano no próximo domingo.

7 ESPANHA

Ferrovial muda sede para Amsterdão

O grupo de infraestruturas Ferrovial vai mudar a sua sede de Madrid para Amsterdão e irá compensar os acionistas que se opuserem à mudança com €26 por ação, o preço médio dos últimos três meses, segundo notícia o jornal espanhol "Expansión". A mudança da sede será concretizada através da fusão da empresa-mãe espanhola da Ferrovial com a empresa nos Países Baixos, que agrupa os negócios internacionais desde 2018. Os acionistas institucionais internacionais detêm 93% do grupo.

4 REINO UNIDO

O PRIMEIRO-MINISTRO BRITÂNICO, RISHI SUNAK, E A PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA, URSULA VON DER LEYEN, APRESENTARAM EM WINDSOR UM ACORDO-QUADRO QUE ELIMINA OS CONTROLOS ADUANEIROS PARA AS MERCADORIAS QUE CIRCULAM ENTRE O REINO UNIDO E A IRLANDA DO NORTE, MAS MANTÉM-NOS PARA AQUELAS QUE VÃO PARA A REPÚBLICA DA IRLANDA. O ACORDO PÕE FIM À HIPÓTESE DE UMA FRONTEIRA FÍSICA ENTRE AS DUAS IRLANDAS.

5 ALEMANHA

Berlim ameaça suspender proibição da UE à venda de carros poluentes



FOTO GETTY IMAGES/STOCKPHOTO

O Governo alemão admitiu esta semana que não irá apoiar a proibição da venda de carros novos com motores de combustão a partir de 2035, preparada pela União Europeia (UE), depois de não obter garantias de uma isenção dos combustíveis sintéticos. Os Estados-membros chegaram a um acordo preliminar no ano passado que força as construtoras de automóveis a reduzirem as emissões de carros no-

vos em 55% em 2030, em relação aos níveis de 2021, e em 100% em 2035. Este plano, que faz parte do esforço do bloco comunitário para reduzir as emissões de gases de efeito de estufa, significa, efetivamente, que a venda de carros novos que queimam combustíveis à base de hidrocarbonetos, como o petróleo, seria proibida, noticiou a agência Associated Press. Alguns países, como a Alemanha, pediram à Comissão Europeia que criasse uma isenção para carros que queimam os chamados *e-fuels* [combustíveis sintéticos, em português], argumentando que estes podem ser produzidos utilizando energia renovável.



9 FRANÇA

Importações de gás natural liquefeito sobem 63%

As importações europeias de gás natural liquefeito (GNL) aumentaram 63% em 2022, para compensar as reduções nos gasodutos russos, segundo um relatório da Agência Internacional de Energia (AIE), com sede em Paris, publicado esta semana. A forte procura na Europa levou a um incremento dos preços, o que fez com que o mercado mundial de GNL tenha duplicado o seu valor em 2022, para atingir um recorde de 450 mil milhões de dólares (424 mil milhões de euros), enquanto o seu volume aumentou apenas 6%. Para 2023, a agência prevê uma nova progressão do mercado mundial de 4,3%. “A Europa foi o principal impulsionador do aumento da procura de GNL, afastando-se dos gasodutos russos. As cargas de GNL entregues à Europa aumentaram 63% no ano passado”, sublinhou a AIE.



FOTO AP/VA REUTERS/CONNECT



Pente Fino
Manuela
Ferreira Leite

DIFÍCIL FAZER PIOR



FOTO JOSÉ FERNANDES

A inegável crise que se vive no setor da Habitação é semelhante à que se verifica na Saúde e na Educação, por sinal os três sectores que mais penalizam as classes mais desfavorecidas.

Estas questões eram tão previsíveis, têm sido tão discutidas e tão analisadas que não se pode invocar surpresas.

E, no entanto, tentam surgir aos olhos da opinião pública como inesperadas e passíveis de intervenções de carácter excepcional, merecedoras de uma cerimónia no Palácio da Ajuda, palco escolhido para anunciar as soluções para a escassez do mercado de arrendamento.

Desfilaram medidas soltas, desconexas, improvisadas, pretensamente originais, empacotadas num *powerpoint*.

Não se apresentou um estudo sobre as suas causas, um levantamento exaustivo da actual situação, as fontes de financiamento disponíveis, uma proposta de solução, um horizonte temporal, em resumo, uma política.

Não houve uma alusão à morosidade da Justiça, que está na origem de inúmeros, senão da maioria, dos casos de prédios devolutos à espera de solução jurídica de partilhas entre herdeiros.

Não foi explicitado onde vai o Governo buscar recursos financeiros, nem durante quanto tempo, para pagar o diferencial de rendas dos alugueres compulsivos, ou a falta de pagamento dos inquilinos, ou as obras de recuperação.

Nada foi dito, mas é claro que, lastimavelmente, são recursos do PRR, cujo programa tinha por objectivo ajudar os países beneficiários a relançar as economias após a covid, mas com tratamentos cirúrgicos e não com pensos rápidos.

Sabendo que estes meios só existem temporariamente e que não se repetirão, faltou esclarecer por quanto tempo durarão esses anunciados apoios e onde estão as estruturas para os executar, para se avaliar a sua credibilidade.

Ficou apenas uma certeza. Se estas medidas fossem concretizadas, estaria minado o caminho de um qualquer próximo Governo quando anunciasse que “o rei vai nu”.

Ficou ainda por esclarecer um mistério, que é o facto de o “ataque” aos prédios devolutos não começar pelo parque público que prolifera por inúmeros locais e de que é exemplo paradigmático o antigo edifício do Ministério da Educação na Avenida 5 de Outubro, destinado há vários anos a residências para estudantes!

Mas no conjunto das proclamações surge um outro enigma. Qual a motivação para que, no mínimo, se tenha lançado a incerteza no mercado do Alojamento Local?

É evidente que o fenómeno não é pacífico, mas não é este o momento e o modo mais adequado para o discutir e muito menos para o pôr em causa, uma vez que tem sido um instrumen-

to importantíssimo na captação de um sector de turistas que de outro modo não viriam para Portugal, não só por não terem capacidade financeira para hotéis como procurar experiências e vivências que o Alojamento Local lhes proporciona.

Mas, além do impacto do Alojamento Local na actividade económica do país, foi esta fórmula de arrendamento que permitiu e impulsionou uma exemplar reabilitação urbana de prédios decadentes e que, por exemplo, transformou os bairros tradicionais da Baixa de Lisboa numa zona degradada e assustadoramente deserta, numa atração histórica de uma indiscutível beleza. Fez renascer algo que estava moribundo.

Mas, agora, o mal está feito. A incerteza sobre o mercado do Alojamento Local está instalada e na do arrendamento nem se fala.

O Turismo é um fenómeno social e cultural, motor do desenvolvimento de outras actividades económicas, com grande capacidade de criar emprego.

Não considero que o Turismo devesse ser a nossa aposta prioritária para o crescimento económico, até por estar muito dependente de acontecimentos inesperados e incontroláveis, mas é inegável que actualmente constitui a maior actividade

A confiança no mercado de Habitação foi profundamente abalada. Se era esse o objectivo, o Governo fez um bom trabalho

económica exportadora do país, com repercussões em muitos sectores, como transportes, indústria alimentar ou comércio.

Neste contexto, teria sido oportuno saber qual a posição do ministro da Economia e do Mar, do secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços, da Confederação do Turismo de Portugal e, já agora, do Turismo de Portugal, que sendo a Autoridade Turística Nacional é responsável pela promoção, valorização e sustentabilidade da actividade turística.

Foram consultados? Concordaram com a potencial liquidação desta actividade tão decisiva para o sector?

Agora diz-se que estas e outras propostas foram lançadas apenas para testar a opinião pública. Recuso-me a aceitar que se brinque com assuntos tão sérios.

A confiança no mercado de Habitação foi profundamente abalada. Se era esse o objectivo, o Governo fez um bom trabalho.

Economista

Manuela Ferreira Leite escreve de acordo com a antiga ortografia



[in](#) [+](#) [f](#) [t](#) [v](#) [@](#) [expresso.pt](#)

SUBSCREVA O EXPRESSO DIGITAL DURANTE 3 SEMANAS POR 5,99€



Veja aqui as vantagens exclusivas.
Campanha válida até 30 de abril de 2023

Expresso50

Liberdade para pensar